

JONATHAN, UM MILITANTE DA ESPERANÇA:

A trajetória acadêmica de um aluno com deficiência no ensino superior

Jane Peruzo Iacono - Luana Aparecida de Oliveira
Jonathan Carlos Herkert



**Jonathan, um militante da esperança:
a trajetória acadêmica de um aluno
com deficiência no ensino superior**



Pedro & João
editores

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação
de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil
(CAPES) – Código de Financiamento 001



**Jane Peruzo Iacono
Luana Aparecida de Oliveira
Jonathan Carlos Herkert**

**Jonathan, um militante da esperança:
a trajetória acadêmica de um aluno
com deficiência no ensino superior**



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autor

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e do autor.

Jane Peruzo Iacono; Luana Aparecida de Oliveira; Jonathan Carlos Herkert

Jonathan, um militante da esperança: a trajetória acadêmica de um aluno com deficiência no ensino superior. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 206p. 14 x 21 cm.

**ISBN: 978-65-265-0284-6 [Impresso]
978-65-265-0285-6 [Digital]**

DOI: 10.51795/9786526502856

1. Militante. 2. Esperança. 3. Trajetória acadêmica. 4. Deficiência. 5. Ensino superior. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	13
PARTE I - O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UM SONHO REALIZADO	
1. E JONATHAN CHEGA À UNIVERSIDADE	37
A deficiência física e as condições gerais de Jonathan	37
A deficiência intelectual e a complexidade para sua definição e avaliação	41
Trajetória de escolarização no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio e no Ensino Superior	53
2. O COTIDIANO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA UNIOESTE: OS ANOS DE 2016 E 2017	57
Breve análise linguística do texto	90
O conteúdo semântico na produção textual	97
O processo de avaliação das escritas de Jonathan	108
Relato da entrevista com uma transcritora/ ledora que atendeu Jonathan em 2016-2017	120
Relato do bolsista/estagiário de apoio/cuidador de Jonathan no período pré-pandemia	123

**PARTE II - A TRAJETÓRIA NO ENSINO
SUPERIOR CONTINUA: DIFICULDADES E
POSSIBILIDADES**

3. OS ANOS DE 2018 E 2019 E OS AVANÇOS DE JONATHAN	129
Relato da atuação das professoras/docentes de AEE entre os anos de 2018 a 2022	137
Relato da coordenadora do Programa Institucional de Ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais - PEE, campus Toledo	151
Relatos dos colegas de curso	154
Com a palavra, Jonathan	161
Relatos de Jonathan sobre situações capacitistas que tem enfrentado na vida acadêmica	167
4. JONATHAN NA UNIVERSIDADE DURANTE A PANDEMIA E AS PERSPECTIVAS PARA A CONTINUIDADE E CONCLUSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
MEU AMIGO JONATHAN	187
REFERÊNCIAS	189
ANEXOS	201
ÍNDICE REMISSIVO	205

APRESENTAÇÃO

Recebemos com alegria o convite para apresentar esta obra, tarefa que muito nos honra, que é de muita responsabilidade, mas também de grande prazer pelo que ela significa no contexto do Programa de Educação Especial da Unioeste e pela forma como foi elaborada.

Jonathan foi uma surpresa ao chegar à Unioeste, no campus de Toledo (PR), no ano de 2016, por haver obtido uma vaga no curso de graduação em Serviço Social, através do SISU, até porque a grande maioria de acadêmicos com deficiência participam das bancas especiais no concurso vestibular e, assim, já são conhecidos pela equipe do Programa.

A condição física do Jonathan era uma situação inusitada que exigiu da equipe do Programa de Educação Especial um estudo para organização dos apoios do Atendimento Educacional Especializado: condições de acessibilidade física nos espaços do campus, a maca em sala de aula, a adaptação dos textos e dos materiais expostos nas aulas, além do mais desafiador: as formas de relacionamento e o apoio em sala de aula!

A necessidade de estudar a situação concreta do acadêmico provocou várias reuniões para análise de sua especificidade, juntamente em diálogos com o acadêmico e seus pais, com vistas às orientações necessárias para a prática do Atendimento Educacional Especializado.

A Unioeste tem sido receptiva às pessoas com deficiência que nela ingressam. Ainda que não haja uma política estadual de educação inclusiva para o ensino superior, a partir das iniciativas implementadas pelo Programa de Educação Especial (PEE) há 25 anos recém completados, ações vêm sendo institucionalizadas atendendo a cada novo acadêmico com deficiência.

Assim ocorreu com o Jonathan, cuja trajetória acadêmica é relatada pelas autoras professoras Jane Peruzo Iacono e Luana Aparecida de Oliveira, juntamente com o Jonathan, nesta obra, na qual desenvolvem reflexões a respeito das diversas situações que demandaram, e ainda demandam, tomadas de decisões e encaminhamentos não previstos institucionalmente, os resultados da pesquisa realizada, além de narrativas importantes sobre o período em análise. O diálogo tem sido a metodologia por excelência!

A compreensão de que, mesmo com defeito orgânico significativo, o ser humano aspira à validade social e impulsiona a busca de condições de várias ordens a fim de alcançar esse objetivo em sua vida, embasa os objetivos e a atuação cotidiana do Programa de Educação Especial.

Na sociedade atual, esta é uma expressão dissonante, pois possuir um defeito orgânico é ser um inválido para o trabalho explorador! Todavia, não é apenas o trabalho material, o produtor de mercadorias, que é trabalho, pois a produção imaterial e a produção do próprio ser humano, enquanto uma individualidade que se constitui e se reconhece, são importantes e fundamentais serem alcançadas! E esse processo é a educação, que não é

neutra, mas revolucionária! E como apontado nesta obra: “A educação especial na perspectiva da inclusão vai de encontro com os limites impostos pela lógica estrutural capitalista; em outras palavras, a principal barreira encontrada, pilar de todas as formas de barreiras, é a própria lógica desse sistema social”.

Com o suporte metodológico do materialismo histórico-dialético, o percurso acadêmico de Jonathan vai sendo buscado e registrado, desde as vivências escolares anteriores, que muito elucidam a vida dele, até sua entrada na universidade e, passo a passo, o enfrentamento e vencimento de cada desafio. Registros que indicavam ter o acadêmico frequentado classe especial provocaram a reflexão das autoras sobre questões relativas à deficiência intelectual, não somente quanto à avaliação diagnóstica ou a avaliação psicoeducacional no contexto escolar, mas sobre o amplo processo de escolarização, questão sempre atual que necessita estudos a cada caso.

Na especificidade do estudo de caso do Jonathan, diante de seu grave quadro de deficiência física, situações durante o processo escolar chamaram a atenção, considerando a chegada ao ensino superior, com questionamentos sobre a apropriação dos conteúdos científicos, a ênfase na oralidade, o uso da leitura e da escrita. Essas questões que de forma padronizada ocorrem na escola, da educação básica ao ensino superior, desafiam os professores quando a condição do defeito orgânico exige outras formas e instrumentos para a aquisição do conhecimento e a manifestação do aprendizado. O suporte possibilitado pelas tecnologias assistivas torna-se parte da

rotina de estudos: computadores, aplicativos e *softwares*, com as mais diversas adaptações, passam a fazer parte da rotina pedagógica.

Essa é uma nova realidade acadêmica a exigir a perspicácia, criatividade, dedicação contínua para obter soluções inovadoras, que respondam às necessidades manifestas pelo acadêmico, seus docentes e a família. Importa destacar a persistência dos profissionais do Programa de Educação Especial diante desses desafios e da construção de autonomia pelo acadêmico, o que exigiu procedimentos claros e repetidos de forma firme, intencional e planejada para atingir os objetivos estabelecidos.

A relação do acadêmico com o conhecimento científico e sua formação profissional, com seus colegas de turma, com os professores do curso e as diversas pessoas pelo campus da Unioeste apresentam um leque de atitudes, reações, experiências, que não apenas ilustram as vivências cotidianas, mas remetem à análise, avaliação e entendimento das relações humanas, nas quais estão presentes preconceitos, conhecimentos errôneos, misticismo...

É necessário registrar que os profissionais do Programa de Educação Especial, em sua maioria, são trabalhadores temporários, selecionados através de processos seletivos simplificados e admitidos na Unioeste por contrato, havendo ainda estagiários de nível superior e bolsistas de extensão. Essa precarização do trabalho constitui desafio constante para formar a equipe de trabalho na perspectiva que o Programa possui e, inclusive houve uma progressão de funções, do Técnico

de Assuntos Universitários, ao Pedagogo, chegando ao docente de Atendimento Educacional Especializado, regulamentada esta função pelo CEPE, no ano de 2021.

A Psicologia Histórico-Cultural vem sendo o suporte teórico da atuação pedagógica coletiva do Programa de Educação Especial, especificamente o tomo cinco, das “Obras Completas” de Lev Semionovich Vigotski, os “Fundamentos de Defectologia”. A obra teve tradução da publicação cubana em espanhol por integrantes do Programa, sendo publicada pela Editora da Unioeste em 2019, lançamento em e-book e segunda edição em 2022.

A superação da concepção biológica do desenvolvimento humano pela compreensão do que é e como ocorre o desenvolvimento cultural do ser humano direciona os estudos da equipe, as análises das necessidades dos acadêmicos com deficiência, o planejamento das ações pedagógicas, sua realização e as relações a serem estabelecidas com os demais atores na instituição. Busca-se, dessa forma, proporcionar qualidade à educação a fim de mobilizar processos compensatórios e desenvolvedores de novas estruturas psíquicas de natureza social.

Foi com este embasamento teórico e contexto institucional que este livro foi escrito, com a intencionalidade de provocar reflexões a respeito do desenvolvimento humano, da compensação da deficiência, das possibilidades de apropriação do conhecimento científico pela escolarização até ao ensino superior.

Ao apresentarmos este livro, desejamos que sua leitura contribua para professores e outros profissionais

que atuam no processo de formação humana, nas diversas áreas do conhecimento, assim como a familiares de pessoas com deficiência.

Com gratidão e reconhecimento da competência e dedicação das Professoras Jane e Luana e do entusiasmo e empenho do Jonathan!

Cascavel e Toledo, dezembro de 2022.

Francy Rodrigues da Guia Nyamien
Lucia Terezinha Zanato Tureck

INTRODUÇÃO

Esta obra foi elaborada com o objetivo de socializar conhecimentos sobre a trajetória de escolarização de Jonathan, aluno da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e que é, também, um de seus autores. Somos três autores, duas professoras - que atuam no Programa de Educação Especial – PEE da Unioeste e Jonathan, aluno do curso de Serviço Social da universidade e um dos autores desta obra.

A obra está dividida em duas partes. A primeira trata sobre alguns aspectos da história de vida e de escolarização de Jonathan durante parte da educação básica e referente aos anos de 2016 (quando de seu ingresso na universidade) e 2017, e a segunda, trazendo algumas questões referentes aos anos de 2018 em diante, mas, principalmente, questões referentes ao período da pandemia e pós pandemia; da retomada das aulas presenciais na Unioeste a partir de novembro de 2021 (por alguns cursos, já que voltar de forma presencial ou não, naquele momento, era uma decisão dos colegiados dos cursos, tanto de graduação como de pós-graduação); e dos primeiros meses de 2022, quando se retomou o processo de pesquisa realizada em campo, por meio de questionários e entrevistas com 1(um) bolsista/estagiário de apoio, com 1 (uma) Técnica em Assuntos Universitários (TAU), com 7 (sete) professoras/docentes de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que vêm atendendo Jonathan desde sua matrícula na

universidade, com a coordenadora do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Deficiência – PEE - campus Toledo, além de entrevista com 3 (três) colegas de sala de aula de Jonathan.

A pesquisa realizada para a elaboração desta obra foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná por meio do Parecer nº 5.341.456, aprovado em 09-04-2022. A obra traz revisão bibliográfica da legislação sobre a Educação Especial e de teóricos considerados relevantes quanto ao tema em questão. A pesquisa fez uso de entrevistas como método para coletar informações e, para preservar os entrevistados, optamos em não citar seus nomes. As entrevistas foram realizadas por meio do aplicativo Google Forms e, conforme já relatado, foram entrevistadas sete professoras de atendimento educacional especializado - AEE, as quais já trabalharam ou trabalham atualmente no Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais - PEE - da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo, realizando AEE com Jonathan, aluno que é, ao mesmo tempo, objeto da pesquisa e um dos autores desta obra. Foram elaborados, ainda: - um questionário destinado à coordenadora do curso de Serviço Social, do qual Jonathan é aluno; - outro destinado à supervisora de estágio; - um questionário para a coordenadora do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social – Meio ambiente e uso sustentável de recursos naturais; e, por fim, um questionário destinado aos professores do

curso de Serviço Social. Contudo, não houve retorno quanto às respostas desses quatro questionários.

Esta pesquisa é orientada pelo método materialista histórico dialético desenvolvido por Karl Marx, que se constitui em instrumento que fornece as bases teóricas para o entendimento e análise crítica do movimento do real. Ao permitir a compreensão da realidade, proporciona, ao mesmo tempo, pistas acerca das possibilidades concretas de ação transformadora da realidade vigente. Em suma, o método é materialista porque considera que a vida do gênero humano tem determinação material, até mesmo a subjetividade é constituída pela materialidade e de maneira dialética, as condições materiais são produtos da atividade humana. No que se refere ao caráter material da existência humana, o modo como ela é produzida e reproduzida é determinante no contexto das relações estabelecidas entre os seres humanos, isto é, as relações de produção fundamentam as relações sociais (MARX, 2008).

Uma das principais categorias do método em questão é o trabalho, pois trata-se de uma necessidade vital do ser humano na medida que é por meio dele que a vida humana é produzida e reproduzida. Nesse sentido, o trabalho também exerce papel central na existência humana uma vez que ao ser exercido faz a mediação entre o ser humano e a natureza, sendo que nesse processo a natureza é modificada e com isso o próprio ser humano modifica-se, tendo em vista que o mesmo é um ser da natureza (MARX, 2017). A categoria trabalho destaca-se pelo seu primado ontológico: o humano é o único ser capaz de realizar tal atividade; o

trabalho é atividade que surge com o ser humano, concomitantemente, o ser torna-se humano ao realizar a atividade do trabalho. Portanto, o trabalho foi condição de humanização e é fruto exclusivo do gênero humano (ENGELS, 2004).

O método é histórico, pois considera o humano um ser social, síntese de múltiplas determinações materiais, as quais também são históricas. Por conseguinte, é equivocada a concepção de que a natureza humana é a-histórica, imutável e desvinculada de determinado tempo e circunstâncias históricas. Nesse sentido, recorremos a uma significativa afirmação:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo (MARX, 1982, p. 21).

O ser humano é protagonista da sua historicidade por atuar ativamente na realidade em que está inserido, mas também se defronta com condições socialmente herdadas, com o legado de sujeitos que o precederam. É, portanto, agente e produto de um processo histórico. Nesse quesito, queremos salientar que o aspecto histórico do método descarta interpretações mecanicistas, deterministas e estáticas acerca da realidade e dos sujeitos. É nas relações estabelecidas que o ser humano produz a si mesmo; isso significa que ele é um ser social constituído historicamente no seio da sociedade, ademais, ele transforma a realidade objetiva

e, em um movimento constante, também é transformado por ela. Ao falar sobre a modificação de circunstâncias e de automodificação, na III Tese sobre Feuerbach, Marx estabelece relação com a educação, para o autor é necessário que o educador eduque-se. Uma vez que a educação reflete o momento histórico e é, em grande medida, reflexo dos interesses da classe dominante, cabe ao educador educar-se na perspectiva da luta de classes para então formar com vistas à superação da sociedade cindida em classes e findar a exploração de uma classe sobre a outra. Marx afirma que trata-se de ato revolucionário quando há consciência de tal modificação e que,

[...] As circunstâncias são modificadas pelos homens e o próprio educador tem de ser educado. [...] A consciência entre a altera(ção) das circunstâncias e a atividade, ou a automodificação humana, só pode ser apreendida e reconhecidamente entendida como prática revolucionária (MARX, 2009, p. 533-534).

O método também é dialético porque pressupõe que a realidade se configura em um movimento dinâmico, não linear, com elementos de contradição entre o singular e o universal. Nesse contexto, a verdade é considerada enquanto categoria sujeita a revisões, dado que os conhecimentos são atualizados conforme os seres humanos se defrontam com novas necessidades, as quais os impulsionam a novos conhecimentos. A Verdade, assim como a concepção de sujeito, não são entendidas como categorias acabadas e estáticas, haja vista que são dinamizadas por um movimento contínuo de

transformação, cujo movimento é alavancado pela própria realidade que tem dimensão conflitiva, sendo carregada de contradições.

Por fim, a adoção do método materialista histórico dialético implica a compreensão de que esta obra, fruto da pesquisa realizada, não visa a pretensa neutralidade, e sim a um compromisso com um projeto societário livre da exploração e dominação de uma classe sobre a outra. Está posto pela realidade concreta que o modo de produção capitalista nada oferece à humanidade e à natureza em geral, a não ser seu caráter destrutivo, predatório à vida humana e não humana, uma vez que gera, de forma intrínseca, desigualdade social cada vez mais intensa, irrefreável degradação do meio ambiente, entre outros. Ao fornecer a compreensão da lógica capitalista, esta que em suma visa à extração da mais-valia acima de tudo e de todos, o método exige crítica radical a tal modo de produção, mas para além da crítica, exige também práxis que contribua para a condução de sua superação.

Assim, as reflexões promovidas nesta obra, o conhecimento aqui produzido e compartilhado, objetiva, enquanto função social, contribuir para a transformação social que aos poucos é gestada nesta sociabilidade. As problemáticas do campo da educação, aqui levantadas, refletem questões que são em grande medida de ordem estrutural. Nesse sentido, é pertinente a afirmação do filósofo Theodor Adorno:

Reformas pedagógicas isoladas, embora indispensáveis, não trazem contribuições substanciais. Poderiam até, em certas ocasiões, reforçar a crise, porque abrandam as necessárias

exigências a serem feitas aos que devem ser educados e porque revelam uma inocente despreocupação diante do poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre eles (ADORNO, 2010, p. 8).

A gênese das problemáticas sociais é derivada da sociabilidade capitalista e, dessa maneira, reformas pontuais no âmbito da educação não as resolve. Contudo, a partir dessa identificação, não deve ser perdido de vista o caráter político que a educação possui na tomada de decisões, seja no espaço escolar da educação básica ou universitário, seja da rede municipal, estadual, federal ou privada. Com isso queremos dizer que a falta de concurso público para o professor de atendimento educacional especializado (AEE) e para um profissional cuidador, a título de exemplificação, já denota a precarização do trabalho e consequente sucateamento da educação. Por estar imersa nas relações sociais de produção capitalista e ser administrada por governos que se adequam aos valores próprios desse modo de produção, via de regra, a educação não guia-se para a formação voltada à construção de uma nova sociedade, a saber, emancipada da exploração do ser humano pelo ser humano.

A falta de acessibilidade arquitetônica, recursos escassos, a precária assistência estudantil destinada à saúde mental, e às demais condições de permanência na vida universitária, também são elementos que reforçam o diagnóstico de que os interesses da classe trabalhadora não são prioridade nessa sociedade. A classe que gera a totalidade da riqueza social é a mesma que tem a riqueza expropriada, por isso professores que se veem impelidos

a aderir à greve como forma de reivindicar seus direitos, alunos que ocupam a reitoria na tentativa de exigir restaurantes universitários, inúmeras ações movidas no âmbito judicial, mas nem sempre ganhas, pois a justiça vigente é a da classe dominante. Enfim, tantas lutas necessárias para que os trabalhadores tenham acesso à educação de qualidade e a melhores condições de trabalho, lutas imprescindíveis já que eles são continuamente apartados da riqueza que produzem.

Em síntese, a atual dinâmica social é marcada pela desigualdade: de um lado, uma classe que tudo produz e quase nada lhe pertence, pois foi violentamente despossuída dos meios de produção e por isso só lhe resta a venda de sua força de trabalho; de outro lado, a classe que detém os meios de produção, expropria tempo de trabalho excedente e, portanto, subtrai capital a partir do trabalho não pago. Assim como a educação é permeada pela dinâmica capitalista, a educação especial, enquanto modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, também está situada nesse contexto. Logo, mesmo havendo dispositivos legais - como a própria constituição federal (BRASIL, 1989), a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2012) e a Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) - que garantem o direito à inclusão, pelo fato de a exclusão ser intrínseca ao sistema vigente, a inclusão não efetiva-se de forma plena.

A educação especial na perspectiva da inclusão vai de encontro com os limites impostos pela lógica estrutural capitalista; em outras palavras, a principal

barreira encontrada, pilar de todas as formas de barreiras, é a própria lógica desse sistema social. À vista disso, para a inclusão ser realmente fecunda, faz-se necessária a construção paulatina de uma sociabilidade emancipada da exploração. As proposições ditas inclusivas somente têm sentido se contemplarem, isto é, se tiverem em seu horizonte a transformação radical da estrutura social.

Partimos da ideia de que as pessoas com deficiência podem se desenvolver - seja em termos de aprendizagem escolar e acadêmica, seja em relação ao pleno desenvolvimento do psiquismo e de outros aspectos da vida humana - tanto quanto as pessoas sem deficiência, desde que tenham acesso às condições necessárias. A questão é que todos, tendo deficiência ou não, devem ter acesso aos recursos indispensáveis à uma vida qualitativa; recursos que correspondam às demandas individuais de cada sujeito. Essa sociedade, conforme análise de Marx, expressa a esfera da primazia do reino da necessidade, isso porque as necessidades humanas não são supridas integralmente, elas estão em detrimento e em relação antagônica às necessidades do capital. A defesa, por conseguinte, é pela primazia do reino da liberdade, no qual a liberdade não seja a da concorrência e do mercado, e sim do gênero humano.

Enquanto a construção de uma sociabilidade emancipada é paulatinamente gestada, e mesmo tendo a clareza de que não há nenhuma garantia que a gestação se desenvolva a ponto de “dar à luz”, pois não trata-se de desdobramento inevitável do capitalismo, é preciso não perder de vista a possibilidade real e urgente da

superação das relações burguesas de produção. Inclusão não é mero agrupamento no mesmo espaço físico, podemos afirmar que a educação especial inclusiva na perspectiva materialista histórico dialética e na perspectiva da psicologia histórico-cultural é sinônimo de luta contínua, pois se tem consciência das limitações impostas pelo capital e isso não a impede de ser práxis processual de formação do ser humano em seu mais amplo aspecto que o conduz a saltos qualitativos, com vistas ao porvir do reino da liberdade. Vejamos o que Vigotski assevera sobre o reino da liberdade:

Coletivismo, a unificação do trabalho físico e intelectual, uma mudança nas relações entre os sexos, a abolição da separação entre desenvolvimento físico e intelectual, estes são os aspectos fundamentais daquela alteração do homem que é o assunto de nossa discussão. E o resultado a ser alcançado, a glória e coroamento de todo esse processo de transformação da natureza humana, deveria ser o aparecimento da forma mais alta de liberdade humana que Marx descreve da seguinte maneira: 'Somente em comunidade, [com os outros, cada] indivíduo [possui] os meios de cultivar seus talentos em todas as direções: só em comunidade, então, é possível a liberdade pessoal'. Assim como a sociedade humana, a personalidade individual precisa dar este salto que a leva do reino da necessidade à esfera de liberdade, como foi descrito por Engels (VIGOTSKI, 2004, s. p.).

Nos últimos trinta anos, no Brasil, vimos assistindo ao processo de universalização da educação para as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental atendendo à questão da quantidade, parte do binômio quantidade-qualidade na educação já expresso no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, com os

movimentos intitulados Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico (NAGLE, 1976).

Esse enorme contingente de alunos vinha sendo ampliado por conta, especialmente do direito subjetivo à educação, hoje finalmente deixando de ser letra morta no caso das crianças de 4 (quatro) anos, cujos pais são instados a obrigatoriamente matricular seus filhos na escola. Nesse contingente, tem sido incluído, também, um grupo de crianças que apresenta diferenças significativas em relação à maioria, como deficiências, condições linguísticas, étnicas ou outras (BRASIL, 1997). Nesse grupo estão as crianças com deficiência/necessidades especiais no qual, por sua vez, se encontra o grupo das crianças com grave deficiência intelectual ou deficiência múltipla, aquelas para as quais tem sido muito mais difícil matricular-se numa escola regular, tendo em vista o comprometimento ou a gravidade do quadro de deficiência que podem apresentar. Para elas, o processo de inclusão escolar, geralmente, não tem passado de mero discurso como, ademais, foi o próprio surgimento do discurso da Inclusão, no sentido de que,

[...] quanto mais a sociedade capitalista se sofisticada e se transforma, num movimento que visa sempre à sua manutenção, produzindo também mais desigualdade social com conseqüente produção de mais miséria, neste reorganizar-se, ela cria mecanismos cada vez mais sofisticados e sutis, para – num discurso de manutenção de direitos, de necessidade de inclusão em contraposição à exclusão – poder garantir a sua sobrevivência, escamoteando as mazelas que assolam cada vez mais o homem sofrido e expropriado (IACONO, 2004, p. 16).

Para melhor explicitar o movimento e o conceito de educação inclusiva, parte-se dos três fatores que contribuíram para o seu surgimento, como as duas grandes Guerras, o fortalecimento do movimento pelos direitos humanos e o avanço científico. Parte-se ainda, da dicotomia entre os termos integração e inclusão e seus significados – inclusive metafóricos – que hoje permeiam os discursos que tratam da temática maior da inclusão, quase não permitindo a percepção de que, mais que discutir se é o aluno quem deve se adequar à sociedade e à escola, ou se são estas quem devem se adequar ao aluno, por trás há a questão de como incluir numa sociedade de classes que se utiliza de discursos ideológicos para manter-se e reproduzir-se.

Com estas questões preliminares em que a temática principal é a importância da educação e a educação inclusiva, esta obra trata, principalmente, sobre a inclusão do aluno da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste chamado Jonathan e que traz um histórico¹ de deficiência física e de uma possível deficiência intelectual². Trata, também, de várias outras temáticas que se colocam para serem discutidas: - a possível deficiência intelectual e a deficiência física apresentadas pelo aluno; - a história

¹“Histórico” de deficiência intelectual porque dado o distanciamento do período em que o aluno pode ter sido avaliado/diagnosticado com deficiência intelectual (quando ainda era criança) e o fato de que a deficiência intelectual que apresentava fosse de nível leve, muito provavelmente hoje, não fosse possível identificar sua condição como a de alguém com deficiência intelectual.

²No sentido de que essa deficiência era condição *sine qua non* para que um aluno fosse matriculado em classe especial no Brasil.

do processo de escolarização desse aluno, que frequentou escola especial³ mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) até os quatro anos e, posteriormente, frequentou classe especial⁴, provavelmente quando estudava nos anos iniciais do Ensino Fundamental; - a forma como foi sendo avaliada a aprendizagem dos conteúdos científicos durante seu percurso escolar; - as decisões por promovê-lo para anos/séries posteriores mesmo quando ele ainda não tinha se apropriado dos conteúdos do ano/série que cursava e que culminaram na decisão de que concluísse o Ensino Fundamental e fosse promovido para o Ensino Médio e, posteriormente, a decisão de que concluísse o Ensino Médio, mesmo sem estar plenamente alfabetizado.

Finalmente, discute-se também, o cotidiano deste aluno na universidade cuja frequência vem revelar ou desvelar duas questões fundamentais: a) seu esforço e de

³Escola especial é um programa da Educação Especial que atende exclusivamente alunos com deficiência, em caráter segregado, ou seja, em outros espaços distantes das escolas comuns, o que priva os alunos com deficiência e os demais alunos que não têm deficiência, de conviverem e aprenderem juntos. O maior número de Escolas Especiais no Brasil é o daquelas mantidas pelas APAEs, o que faz com que o debate sobre educação inclusiva seja mais acirrado e enfrentado por essas instituições.

⁴“Classe Especial é uma sala de aula, em escola de ensino regular, em espaço físico e modulação adequada. Nesse tipo de sala, o professor da educação especial utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/etapa da educação básica, para que o aluno tenha acesso ao currículo da base nacional comum” (BRASIL, 2001, p. 25).

sua família para que permaneça na universidade; b) o esforço da universidade por meio das diferentes instâncias que a integram como o colegiado do curso que o aluno frequenta e do Programa de Educação Especial (PEE)⁵ com sua equipe de apoio que tem trabalhado para contribuir não apenas para a aprendizagem dos conhecimentos científicos pelo aluno mas, também, contribuir para a conquista de sua autonomia em questões como almoçar no restaurante universitário longe da família e a conquista de autonomia para fazer escolhas quanto a fatos do cotidiano na universidade, ou seja, escolhas que o aluno pode e deve fazer sobre sua vida.

Os dados para a obra vêm sendo coletados desde os anos letivos de 2016-2017 por estes pesquisadores, por meio de: - avaliação pedagógica do aluno e participação nas discussões sobre as adaptações curriculares necessárias para sua permanência na universidade; - dados extraídos de documentos da área da educação sobre o percurso escolar do aluno e da área da saúde sobre sua condição de deficiência; - dados coletados no PEE, especialmente de relatórios sobre o cotidiano do aluno na universidade; - Entrevista com membro da equipe do PEE.

No decorrer do ano de 2017, foram ocorrendo situações no PEE, as quais fizeram com que a primeira autora desta obra - juntamente com a coordenação do

⁵ PEE é a denominação utilizada no cotidiano da Unioeste, para o Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais, que neste ano de 2022 está completando 25 anos de existência.

Programa, a partir da constatação das necessidades de discutir/refletir cientificamente sobre os casos de alunos com severas deficiências que têm se apresentado ao PEE - voltasse ao estudo da temática que vem pesquisando nos últimos 20 anos, a deficiência intelectual. Essa temática vem sendo objeto de seus estudos, tanto no Mestrado como no Doutorado (questões relacionadas à apropriação da escrita) e em suas publicações.

Dentre essas situações que demandavam respostas imediatas do PEE, destaca-se: - uma palestra⁶ realizada na Universidade com o Promotor de defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Cascavel, Dr. Luciano Machado, em que ele afirmava, naquele momento, que uma das demandas mais frequentes que vinha recebendo das famílias de sujeitos com deficiência

⁶A palestra, realizada em 29/08/2017, foi organizada pela primeira pesquisadora e por um grupo de alunos do 4º ano de Pedagogia, na disciplina de Fundamentos da Educação Especial que ministra na universidade, como atividade de Atividade Prática como Componente Curricular - APCC. Essa atividade consiste em Entrevistas realizadas pelos alunos com coordenadores/gestores de Instituições que defendem os direitos das pessoas com deficiência de Cascavel e região oeste do Paraná, por meio de questionário previamente elaborado. Ressalta-se que a Promotoria de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, era uma dessas instituições e o Promotor, Dr. Luciano, ao invés de responder à entrevista, preferiu proferir palestra na universidade para um número maior de pessoas (duas turmas de alunos do 4º ano, alunos do curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual Wilson Jofre, Pais de pessoas com deficiência, membros do PEE e do programa de Mestrado e Doutorado em Educação e outros convidados), o que foi bastante importante, tendo em vista as temáticas abordadas e a presença do promotor da área de defesa dos direitos das pessoas com deficiência – dialogando na universidade.

intelectual adultos, de Cascavel, era a solicitação dessas famílias para que seus filhos pudessem voltar a frequentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)⁷ (quando já foram alunos dessa instituição) ou se matricular nela pela primeira vez; - a busca de pais de um aluno com TEA⁸ associado à deficiência intelectual e deficiência auditiva/surdez por orientações quanto aos encaminhamentos pedagógicos mais adequados a seu filho. Ressalta-se: que o trabalho de orientação/assessoria a famílias não é realizado com frequência no PEE, embora quando pais de crianças ou professores/pedagogos, especialmente quando esses pedagogos são egressos da universidade, procuram o Programa para orientações, sempre recebem atendimento e orientação; - a terceira e mais relevante situação foi o caso do aluno Jonathan, que havia se matriculado na universidade no ano de 2016⁹ e cuja

⁷APAE - Apae em Números - 2.165 Apaes e entidades filiadas, coordenadas por 24 Federações Estaduais, abrangendo todos os estados brasileiros para atender cerca de 250.000 pessoas com deficiência intelectual e múltipla diariamente (Disponível em: <http://apae.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2017.

⁸ Segundo Oliveira e Basegio (2016) “hoje, no DSM-5 (APA, 2013) o autismo está dentro de uma categoria e é denominado de TEA [Transtorno do Espectro Autista] que inclui: Transtorno Autístico, o Transtorno de Asperger, o Transtorno Desintegrativo da Infância e o Transtorno Global do Desenvolvimento não Especificado, também conhecido como Autismo Atípico” (p. 5).

⁹ Jonathan teve acesso à Unioeste por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM que prestou no ano de 2015 cuja média foi utilizada para a seleção do SiSu. “O SisU é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual, instituições públicas de ensino superior

situação demandava do PEE soluções e respostas às suas necessidades especiais.

Jonathan, que apresenta um quadro grave de deficiência física, é egresso de classe especial que frequentou em seu processo de escolarização quando estava matriculado no Ensino Fundamental, o que levanta a hipótese de que, no momento em que foi avaliado para frequentar essa classe especial, ele recebeu um diagnóstico de deficiência intelectual, podendo ser considerado, então, um dos primeiros casos de aluno com histórico dessa deficiência na Unioeste.

Esse caso vem sendo extremamente instigante para a universidade porque assim que começou a ser atendido no PEE em 2016, Jonathan parecia não estar plenamente alfabetizado, apresentando muitas dificuldades para ler os inúmeros e longos textos que seu curso demandava. Dessa forma, iniciou-se uma investigação junto a sua família e em documentos da área médica e de algumas das escolas onde havia estudado, para compreender mais sobre sua deficiência e qual(is) os diagnóstico(s) que havia recebido quando fora avaliado para frequentar programas de Educação Especial no decorrer de seu processo de escolarização na educação básica. Foi assim que se verificou que o aluno era egresso de classe especial, um programa no qual, para ser matriculado, o aluno, obrigatoriamente deveria ter sido avaliado como alguém que apresentasse deficiência intelectual.

oferecem vagas a candidatos participantes do Enem”. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/inicial>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Assim, ressalta-se que a Classe Especial é um programa da Educação Especial que funciona nas escolas de ensino comum, mas de forma segregada já que a matrícula dos alunos é exclusiva nas referidas classes, privando-os da fundamental convivência escolar com seus pares que não têm deficiência, durante o processo ensino-aprendizagem. É um programa previsto na Resolução nº 02/01/CNE (BRASIL, 2001) e no Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011) que atende alunos com deficiência intelectual, deficiências múltiplas graves ou transtornos do espectro autista (TEA), com matrícula exclusiva nessa classe especial e, por isso, ficam separados dos demais alunos que não têm deficiência. Dessa forma, compreende-se que, pelo fato de o Brasil ser signatário da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2012) e esse documento internacional preconizar a inclusão de todos os alunos nas escolas comuns estudando juntos nas mesmas salas de aula, não seria mais possível haver, no Brasil, programas segregados, como as escolas especiais e as classes especiais.

Dentre as hipóteses levantadas pela equipe do PEE no campus da Unioeste em que o aluno estudava, havia a de que ele não estava plenamente alfabetizado e isso parecia se constituir como um obstáculo à sua aprendizagem, o que poderia comprometer, inclusive, sua permanência no curso. Dentre as hipóteses que estas pesquisadoras levantaram sobre as condições que levaram a esse quadro de um aluno no Ensino Superior com dificuldades para ler e que, portanto, talvez também não soubesse escrever (o que ainda precisava ser

verificado/avaliado para se compreender seu nível de aquisição da leitura e escrita), estava a hipótese de que se fossem confirmadas suas dificuldades graves na leitura e escrita, provavelmente as escolas onde o aluno estudou haviam aligeirado seu processo de escolarização, fazendo com que ele chegasse ao Ensino Superior com tantas defasagens na aprendizagem, ou seja, o aluno não recebeu um AEE adequado às suas necessidades especiais ou, na melhor das hipóteses, o avanço em seu processo de escolarização teria sido precipitado.

Essa questão do aligeiramento no processo de escolarização de alunos com deficiência intelectual tem sido bastante frequente no Brasil embora, pela condição da própria deficiência que apresentam, eles tenham mais dificuldades e, conseqüentemente, maior lentidão para aprender. Assim, ressalta-se que na área da deficiência intelectual a debilidade está em que os sujeitos nessa condição levam mais tempo para aprender, necessitando então, de tempo maior para que se apropriem dos conteúdos. Dessa forma, Jonathan deveria, conforme preceitua o Art. 8º, VIII, da Resolução 02/2001 (BRASIL, 2001) ter tido tempo maior¹⁰ para a conclusão de sua escolaridade, especialmente no Ensino Fundamental.

¹⁰ “VIII – temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em **tempo maior** o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;” [...] (BRASIL, 2001, p. 3, destaques dos autores).

Assim, uma das maiores dificuldades dos alunos que apresentam deficiência intelectual e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem em sua trajetória escolar, é o fato de que as escolas de educação básica não oferecem tempo suficiente para os alunos com atraso no desenvolvimento ou deficiência intelectual aprenderem os conteúdos do ano/série escolar que frequentam, decorrendo daí um efeito cascata ou um círculo vicioso de problemas/dificuldades que a falta desse tempo provoca nesses alunos: a não aprendizagem dos conteúdos e o acúmulo cada vez maior de falta de pré-requisitos para aprender o que deve ser aprendido em determinada série/ano escolar.

Nesse sentido, se deu o aprofundamento e a sistematização dos estudos sobre o caso de Jonathan com o qual já se vinha trabalhando desde 2016 pelo PEE no sentido de: - estudar/analisar os relatórios elaborados pela equipe do PEE do campus onde ele estudava, como transcritoras/ledoras¹¹ e profissionais de apoio; - realizar

¹¹O primeiro PSS realizado para a contratação de Técnico em Assuntos Universitários - TAU, foi para a função de transcritor/ledor e ocorreu em 2014; ressalta-se que essa função não estava descrita no edital. Este edital encontra-se no site: <https://www.unioeste.br/cogepe/arquivos/concursos/interno/2014/1pssagentes/002d.pdf>.

Assim, por meio de PSS foram admitidas duas Técnicas em Assuntos Universitários para o exercício dessa função junto ao PEE. Em 2016 e 2017 essas duas profissionais se revezaram no atendimento a Jonathan. A partir de 2018 a função teve sua denominação mudada para Professor(a) de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa função de professor(a) de AEE ainda não está regulamentada na Unioeste, embora estejam ocorrendo testes seletivos (PSS) já há alguns anos. São utilizadas para esta função denominações como Docente de AEE, Professor(a) de AEE e Professor(a) de Apoio.

reuniões com profissionais que atendem o aluno fora da universidade como a Terapeuta Ocupacional que o acompanha desde o tempo em que estudava na rede municipal de educação de seu município; - realizar reunião com sua mãe para compreender suas condições quanto à deficiência no momento atual e para responder à entrevista de Anamnese; - realizar avaliações de leitura e escrita do aluno para verificar o estágio/nível de apropriação dessas duas habilidades essenciais para sua frequência no Ensino Superior; - participar na indicação e assessoria para a utilização de softwares e outros recursos de acessibilidade e ajudas técnicas para que pudesse ter acesso aos textos de forma mais independente já que apresenta dificuldades para escrever por conta da deficiência física que compromete os movimentos das mãos; - discutir com a equipe do PEE as adaptações curriculares necessárias para, no AEE, contribuir para viabilizar sua aprendizagem durante as aulas.

Conforme já explicado anteriormente, a primeira denominação para essas funções na Unioeste, era Transcritor(a)-Ledor(a), lembrando que esse profissional tinha como função principal, naquele momento, transcrever/registrar por escrito os textos elaborados pelos alunos com deficiência, bem como ler textos para esses alunos quando necessário. Dessa forma, o trabalho realizado pelo transcritor/ledor era próximo ao trabalho realizado atualmente denominado AEE. Ressalta-se que esse profissional transcritor/ledor não tinha, necessariamente, a formação de docente e nem era especializado em Educação Especial e/ou Educação Inclusiva, o que é pré-requisito, atualmente, para exercer a função de docente/professor de AEE.

Além do materialismo histórico dialético, a teoria que norteia as discussões e os apontamentos no desenvolvimento desta obra é a teoria histórico-cultural (VIGOTSKI, 1997) segundo a qual, para o desenvolvimento pleno do ser humano é necessária, além da herança biológica, sua participação e interação no contexto social para a formação das funções superiores da mente. Compreende-se, assim, que o convívio do aluno com deficiência, tanto com os demais alunos de sua sala de aula, como com os demais alunos de toda a escola/universidade, vai lhe proporcionar aprendizados não somente com as experiências do dia a dia, mas vai provocar a necessidade de novas aprendizagens e a compensação de sua deficiência.

Dessa forma, esta obra traz, inicialmente, uma breve conceituação das deficiências física e intelectual; na sequência apresenta o caso do aluno Jonathan que um dia pode ter recebido o diagnóstico de deficiência intelectual o que não o impediu de ter acesso ao Ensino Superior.

PARTE I

O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UM SONHO REALIZADO

1. E JONATHAN CHEGA À UNIVERSIDADE

Nesta Parte I da obra trataremos sobre alguns aspectos da saúde de Jonathan que podem se constituir em obstáculos para seu sonho de cursar o ensino superior; de sua trajetória escolar a partir do Ensino Fundamental II e Ensino Médio e sobre a acessibilidade necessária para sua permanência no curso de Serviço Social da Unioeste e na própria Unioeste, abordando nesta primeira parte, o período de 2016 (quando ele se matricula na Universidade) a 2017.

A deficiência física e as condições gerais de Jonathan

Jonathan nasceu em 1994 e, segundo laudo médico do Fundo Municipal de Saúde/Central de Especialidades do município onde mora, “nasceu de 6 meses de parto induzido tendo ficado sem o líquido amniótico. Apresentou dificuldade da [sic] movimentação motora. Relata luxação congênita com retirada de fêmur proximal. Apresenta dificuldade somente motora e na fala. O problema hoje é a coluna. Paralisia cerebral motora [...] Tetraparesia Espástica [...] Ansiedade intensa refratária [...] Está [sic] acompanhamento na saúde mental”. Segundo relatório da escola onde Jonathan estudava antes de ingressar na universidade, seu diagnóstico é de “a) Deficiência Física

(tetraparesia/luxação de quadril com dor refratária. b) Deficiência Visual (baixa visão); c) Ansiedade”¹²

Com relação às dúvidas sobre a visão do acadêmico, há um laudo datado de Fevereiro de 2014 em que se afirma: “O paciente [...] apresenta ao exame oftalmológico atual, quadro sem alterações. Apresenta miopia discreta que necessita de correção (uso de óculos)”. Quando constatadas as dificuldades visuais de Jonathan, a equipe do PEE pediu, segundo relatório sobre o aluno, “uma nova avaliação do oftalmologista, de forma a indicar suas necessidades educacionais e sanar algumas dúvidas com relação à baixa visão”. Portanto, em julho de 2016, o PEE solicitou avaliação oftalmológica, embora o aluno afirmasse que não possuía dificuldades para enxergar, mas demonstrasse dificuldades nos momentos de leitura, a qual, no caso do curso de graduação que frequenta, é diária e em grande volume. Esse novo laudo¹³ refere, segundo a equipe, que o aluno “apresenta miopia discreta que necessita de correção’, passando a usar óculos 0,50 grau. [...] no entanto, nada de anormal foi indicado (sic mãe do acadêmico) – colocando em dúvida a baixa visão”. Segundo a equipe do PEE, Jonathan lê apenas “letras maiores” e parece ter visão periférica e, de acordo com o

¹² No laudo médico consta “[...] Ansiedade intensa refratária. [são prescritos dois medicamentos]: XXXXXXXX 25 mg.; XXXXXXXX 8 gts.”

¹³ O laudo apresentado pelo aluno foi de “miopia discreta”, que não caracteriza “baixa visão”, o que seria considerado deficiência visual. O que parece ter ocorrido é que ao longo de seu processo de escolarização, pelas escolas por onde passou, teria sido construído um discurso de que Jonathan tinha baixa visão.

médico oftalmologista que o atende com o qual a equipe do PEE, conversou de maneira informal), Jonathan deve fazer exames mais específicos em aparelhos mais sofisticados. Ou seja, para a equipe “a perda visual dele ainda não está resolvida”.

Quando Jonathan ingressou na universidade por meio do SiSu, apresentou laudo médico de deficiência física para ter atendidas suas necessidades especiais por meio de Atendimento Educacional Especializado - AEE. Segundo o decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004),

§ 1º Considera-se [...] a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, **tetraparesia** triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; [...] (p. 2, grifos nossos).

Quanto ao tipo de deficiência física, Jonathan apresenta “Tetraparesia¹⁴/luxação de quadril com dor

¹⁴Tetraparesia - “A Paralisia Cerebral (PC), acomete o sistema nervoso central em desenvolvimento maturacional e funcional. Na tetraparesia os quatros membros são acometidos igualmente. [...] A espasticidade é a seqüela motora mais comum na PC, sendo caracterizada por aumento do tônus muscular, devido à lesão no neurônio motor superior, estabelecendo um desequilíbrio entre a ação muscular de agonistas e antagonistas. Como consequência, gera aumento da resistência à movimentação passiva e diminuição da movimentação ativa, fraqueza muscular, espasmos, reflexos exacerbados, encurtamentos, deformidades musculares e perda de

refratária”. Quando criança, o aluno foi submetido a duas cirurgias com “retirada de fêmur proximal”, o que o faz ter dificuldades, tanto para sentar-se, como para permanecer muito tempo sentado, necessitando fazer uso de colete em tempo integral para permanecer ereto na cadeira. Como relata dores causadas pela luxação do quadril (sic), faz-se necessário intercalar sua permanência entre a cadeira e a maca para onde é transferido durante o intervalo para descansar e onde permanece por cerca de 15 a 30 minutos. Quando está na cadeira, a cada meia hora o estagiário¹⁵ do PEE o levanta e readequa sua postura, sendo que há dias em que a ocorrência de levantá-lo é maior como, por exemplo, em dias de provas/avaliações em que esse estagiário permanece junto ao aluno por que, pelo fato de o aluno ficar mais tenso nesses períodos, ele necessita ter sua postura readequada mais frequentemente.

Segundo Deliberato, Nunes e Walter (2014, *apud* MASSARO *et al.*, p. 338) “Algumas crianças com deficiências motoras não têm a possibilidade de explorar ou podem ter dificuldades com a exploração do meio ambiente. Elas dependem, substancialmente, da mediação oferecida por parceiros que realizam as ações motoras para elas”, o que demonstra a importância do trabalho do PEE no processo de inclusão de Jonathan na

destreza, ou seja, impossibilita funções motoras normais. [...] (SILVA, MORAES, GOLIN, 2021, p. 1,3).

¹⁵ Em conversa do aluno com a coordenação do curso que frequenta, foi sugerida a contratação de um profissional de enfermagem, mas o aluno referiu “não estar doente” dizendo não haver necessidade desse profissional.

universidade. Conforme Massaro *et al.* (2016, p. 338) “A realização de uma atividade motora permite a aquisição e desenvolvimento das funções da linguagem, bem como a aquisição e desenvolvimento de seus elementos, como no caso do vocabulário, sintaxe e pragmática”, o que vem reiterar a importância do trabalho de AEE realizado com Jonathan, pois apesar de suas limitações motoras, o aluno é capaz de se expressar por meios alternativos para ter acesso ao conhecimento científico trabalhado em seu curso de graduação.

A deficiência intelectual e a complexidade para sua definição e avaliação

Com relação à identificação da deficiência intelectual a qual, presume-se, Jonathan possa ter apresentado quando criança (provavelmente num processo de avaliação psicopedagógica) e ainda era aluno da rede municipal de ensino, constata-se que pode haver dúvidas quanto à sua veracidade, o que demonstra a complexidade do tema “deficiência intelectual”, dividindo opiniões entre os autores que o discutem, quando se trata de sua definição. Nesse sentido, Carvalho e Maciel (2003) afirmam:

[...] alguns autores questionam a própria existência da deficiência mental, entendendo-a como uma categoria socialmente construída (Amaral, 1992; Ribas, 1992; Tunes e Piantino, 2001). Ou um mito a ser abandonado (Smith, 2003) (CARVALHO; MACIEL, 2003, p. 148).

Demonstrando o quão polêmico e complexo pode ser o significado da deficiência intelectual, Iacono (2014, p. 23) cita a afirmação de Sanches-Ferreira, Lopes-dos-Santos e Santos (2012) de que “[...] têm surgido vozes, desde há vários anos, a assumir que a *deficiência mental* reflete mais uma construção discursiva do que propriamente um conceito apoiado na observação cuidada e crítica dos fatos”.

A despeito dessas discussões referentes à “deficiência intelectual” e o fato de ela poder ser ou não, considerada como deficiência, a questão que ora se apresenta é: Jonathan apresentava realmente deficiência intelectual ou, no seu caso, teria havido um erro de avaliação/diagnóstico? Em Jonathan apresentando deficiência intelectual, qual o nível de seu comprometimento? Jonathan poderia ter sido encaminhado para a classe especial, mesmo não apresentando níveis significativos de perda/comprometimento intelectual? Em não frequentando a classe especial na qual havia menos alunos do que nas classes comuns e, portanto, havia mais possibilidades de realizar um atendimento especializado e individualizado, Jonathan teria aprendido o que foi capaz de aprender? A deficiência intelectual uma vez identificada é para sempre, ou seja, é uma condição que acompanha o sujeito durante toda sua vida?

Na obra *Deficiência Mental: da superstição à ciência*, Pessotti (1984) afirma:

A história da idéia de deficiência mental acompanha de perto a evolução da conquista e formulação dos ‘direitos humanos’ que se insere, por sua vez, na trajetória da filosofia humanística. De

seu lado, a filosofia do homem reflete o entrelaçamento de eventos e idéias de diferentes campos do saber e da vida social. Não se pode explicar a evolução daquela idéia sem referir seus momentos marcantes às determinações de origem teológica ou econômica, política, jurídica ou outras (PESSOTTI, 1984, s.p).

Com relação aos dois termos - deficiência mental e deficiência intelectual -, a literatura pós anos 90 do século XX parece tê-los significado como sinônimos, parecendo, ainda, que o termo deficiência intelectual seria mais adequado que deficiência mental, pois este termo pode ser confundido com doença mental. No entanto, a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD, os dois termos passam a ser utilizados, conforme o “Artigo I - Propósito” (BRASIL, 2012):

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, **mental, intelectual** ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades (sic) de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2012, p. 26, destaques dos autores).

O fato de os dois termos – mental e intelectual – estarem colocados na definição de quem são consideradas pessoas com deficiência nesse importante documento internacional do qual o Brasil não apenas é signatário como, também, atribuiu *status* constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186¹⁶, de 2008, tem provocado

¹⁶O Congresso Nacional decreta: “Art. 1º Fica aprovado, nos termos do § 3º do Art. 5º da Constituição Federal, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo

muitos questionamentos por parte dos pesquisadores dessa área, tendo em vista que já parecia ser consenso na literatura brasileira os dois termos serem utilizados como sinônimos, sendo que o termo deficiência intelectual teria substituído deficiência mental.

Assim, ainda é possível encontrar na literatura a denominação da deficiência intelectual como deficiência mental ou como retardo mental¹⁷, a depender das instituições ou manuais da área da saúde nos quais se fundamentam (AAIDD¹⁸, APA¹⁹, DSM²⁰, CID²¹, CIF²²). Segundo Iacono (2014), o termo “retardo mental” foi utilizado até 2010 quando a Associação Americana de

Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007” (BRASIL, 2012, p. 19).

¹⁷ O termo “retardo mental” foi utilizado até 2010 quando a Associação Americana de Retardo Mental (AAMR) passou a ser denominada Associação Americana em Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento, alterando a terminologia de retardo mental para deficiência intelectual.

¹⁸ AAIDD - *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities*. Em tradução livre para o Português, Associação Americana sobre Deficiência Intelectual e Desenvolvimento. (IACONO, 2014, p. 24).

¹⁹APA – Associação Americana de Psiquiatria.

²⁰ DSM - *Diagnostic and Estatistical Manual of Mental Disorders*. Na tradução para o Português, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Em 18 de maio de 2013 a Associação Americana de Psiquiatria (APA) lançou o DSM-V, a quinta versão desse manual (IACONO, 2014, p. 25).

²¹ CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde.

²² CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

Retardo Mental (AAMR) passou a ser denominada Associação Americana em Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD) e o termo “[...] foi finalmente modificado de ‘retardo mental’ para ‘deficiência intelectual’, conforme publicação no novo *Manual da AAIDD*, intitulado *Discapacidad Intelectual: definición, clasificación y sistemas de apoyo*, 11ª edição” (p. 25). Esse Manual traz a seguinte definição de DI:

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa deficiência se origina antes dos 18 anos (AAIDD, 2011, p. 31).

Com base nos estudos da AAIDD, Iacono (2014, p. 31) afirma que a partir do Manual elaborado por essa instituição em 1992, procurou-se “[...] introduzir mudanças que permitissem caracterizar a importância do ambiente no funcionamento da pessoa com deficiência intelectual e prescrever os tipos de apoios necessários para cada uma delas (MENDES, 1996)”. Segundo essa autora (MENDES, 1996),

[...] a deficiência mental não pode ser entendida como algo inscrito no sujeito, que testes ou exames vão detectar. Nem os atuais problemas da definição devem ser atribuídos a uma imprecisão de instrumentos ou falhas no uso dos mesmos. Trata-se de uma *condição inferida* a partir do funcionamento do sujeito na sociedade, ou que se encontra particularmente *na relação entre o sujeito, com suas características, e o ambiente que lhe é peculiar*, com suas demandas e as oportunidades de desenvolvimento que ele oferece (MENDES, 1996, p. 128-129).

A partir dessas considerações, Iacono (2014, p. 31) afirma que:

Assim, a DI deixa de se constituir como um traço absoluto do sujeito para ser tomada como uma expressão da interação entre a pessoa com limitações no funcionamento intelectual e seu contexto, considerando que, em muitos casos, especialmente naqueles em que a deficiência é considerada leve, a deficiência não é “para sempre”.

Nesse sentido, ainda, Almeida (2012) assegura que:

[...] de acordo com Putnam (2005), essa construção ecológica social de deficiência e deficiência intelectual acaba por exemplificar a interação entre a pessoa e seu meio ambiente; a concentrar-se no papel que o suporte individualizado pode desempenhar no funcionamento individual e também permite a busca e compreensão da “identidade da deficiência”, cujos princípios incluem bem-estar, orgulho, causa comum e engajamento na ação política (p. 53).

A partir da realidade social dos anos 30 do século XX, Vigotski (1997) já afirmava:

[...] na atualidade também os melhores cientistas burgueses reconhecem que falar sobre a criança “retardada mental” é o mesmo que falar sobre uma pessoa que está enferma, porém não dizem, neste caso, de que enfermidade padece. Pode-se constatar o fato do retardo, porém é difícil determinar a essência, a origem e o destino do desenvolvimento desta criança. Em relação a isto, a tarefa principal que têm diante de si os investigadores do retardo mental é a aspiração de ajudar a estudar o desenvolvimento da criança retardada mental e as leis que dirigem este desenvolvimento (VIGOTSKI, 1997, p. 102).

Após quase um século das afirmações de Vigotski (1997) em relação à pessoa com deficiência intelectual,

verifica-se que ainda são atuais as questões por ele problematizadas naquele momento histórico no sentido de que embora seja possível constatar o atraso no desenvolvimento de uma criança, é difícil definir o que realmente “é” aquela deficiência, sua essência, sua natureza, as causas de sua ocorrência e, muito mais difícil ainda, determinar qual o futuro do desenvolvimento dessa criança. Assim, continua atual e instigante a recomendação do autor quanto à tarefa que têm os pesquisadores dessa deficiência, no sentido de que se estude o desenvolvimento das pessoas com DI²³ e as leis que dirigem esse desenvolvimento (p. 24).

Tendo em vista a complexidade do termo, a definição da deficiência intelectual como característica de uma pessoa só deve ser efetivada a partir de uma série de avaliações realizadas por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, professor especializado em Educação Especial, a equipe pedagógica da escola, seus professores e outros profissionais da área da saúde, quando necessário. Essa avaliação que se inicia no contexto da escola onde o aluno estuda, recebe a denominação de avaliação psicoeducacional no contexto escolar e tem como objetivos, segundo o documento “Curso de Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar” (PARANÁ, 2013),

[...] oferecer informações relevantes para conhecer as necessidades educacionais dos alunos, seu contexto escolar, familiar e social, bem como avaliar as condições de ensino-aprendizagem e subsidiar mudanças na ação pedagógica do professor, na gestão escolar e na indicação dos apoios pedagógicos adequados (p. 6).

²³ DI – Deficiência Intelectual

Ressalta-se que esse processo compreende uma avaliação que é pedagógica e deve ser realizada em diversas etapas, envolvendo procedimentos sistematizados realizados por meio de instrumentos, como:

[...] observações, entrevistas, jogos, análise da produção do aluno, entre outros, permitindo confrontar dados, resultados e também efetuar uma análise minuciosa do desempenho escolar do aluno. Todas as informações possíveis, no decorrer do processo avaliativo devem ser registradas priorizando-se os **aspectos qualitativos** sobre os quantitativos (2013, p. 52, destaque dos autores).

No entanto, segundo o referido documento (PARANÁ, 2013) “os recursos da avaliação psicoeducacional no contexto escolar, realizada pelos profissionais da escola (professores das disciplinas, pedagogos, professor da Educação Especial, entre outros)” (p. 7-8) podem não ser suficientes. Nesse caso, para que as reais necessidades educacionais dos alunos sejam identificadas no sentido de se definir os apoios necessários,

[...] a escola poderá recorrer à avaliação de uma equipe multiprofissional externa, composta por psicólogos, especialistas em psicopedagogia, fonoaudiólogos e/ou equipe médica (clínico geral, neurologistas e psiquiatras, entre outros). Assim, todos os profissionais envolvidos (equipe da escola e equipe externa) devem realizar juntos estudo de caso e tomadas de decisões necessárias.

No final de todo esse processo, os resultados dessas avaliações definirão as condições intelectuais e

pedagógicas²⁴ desse aluno de acordo com os critérios da definição de deficiência intelectual atualmente aceito pela comunidade científica, os quais, segundo o Manual da AAIDD (2011) se resumem a: - utilização de testes de quociente de inteligência (QI) que irão demarcar o quociente intelectual da pessoa avaliada; - avaliação do comportamento adaptativo que se expressa por meio das habilidades adaptativas sociais, conceituais e práticas; - o fato de que a ocorrência da deficiência intelectual deve acontecer antes dos 18 de anos de idade do sujeito.

Historicamente, a deficiência intelectual tem sido classificada em níveis, os quais são determinados pelo grau de deficiência e comprometimento do sujeito. De acordo com Amaral (2001, p. 2) a classificação para definir o diagnóstico da deficiência intelectual e referendá-lo, é a da Organização Mundial de Saúde (OMS) e pode ser demonstrada no quadro a seguir.

Quadro I – Classificação Diagnóstica

Deficiência Mental²⁵	QI
Profunda	0 a 19
Grave [severa]	20 a 34
Moderada	35 a 49
Leve	50 a 69

Fonte: AMARAL, 2001, p. 2

²⁴ Condições pedagógicas, neste caso, referem-se aos conteúdos do currículo da série/ano escolar em que o aluno está matriculado e que ele já foi capaz de aprender.

²⁵ Deficiência Mental - leia-se Deficiência Intelectual.

A partir da classificação acima, é possível compreender os níveis da deficiência intelectual segundo critérios psicológicos, ou seja, a deficiência intelectual classificada em grave [severa] ou profunda se refere a casos de pessoas com muitas dificuldades associadas, tanto intelectuais quanto físicas, sendo que algumas dessas pessoas podem se encontrar em estado de extrema debilidade e, dependendo da gravidade da sua condição, elas têm sido encaminhadas para frequentar as escolas mantidas pelas APAEs nos municípios brasileiros onde existem essas instituições. Como o Brasil tem 5.570 municípios e há 2.182 Apaes²⁶ e entidades filiadas - em não existindo essas instituições/entidades na maior parte dos municípios brasileiros, as crianças já identificadas com deficiências intelectuais, deficiências múltiplas graves e com atraso no desenvolvimento têm que, obrigatoriamente, ser atendidas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), embora essas escolas de Educação infantil ainda não universalizaram seu atendimento sequer para as crianças sem deficiência. Nesse sentido, ainda se faz necessário que se faça uma atuação bastante insistente junto aos setores de gestão dos estados e municípios brasileiros, para que as políticas relativas ao direito das pessoas com deficiência à educação – aquelas que fazem parte da Educação Infantil, especialmente as que têm de

²⁶ São “2182 Apaes filiadas à Rede Apae Brasil” (p. 38). In: Políticas de ação integral e integrada da rede APAE. Disponível em: <https://media.apaebrasil.org.br/FENAPAES-CARTILHA-POLITICA-DE-ATENCAO-INTEGRAL-E-INTEGRADA-DA-REDE-APAE-Web.pdf>. Acesso em: 6 set. 2022.

0 a 3 anos - possam ser implementadas com o Atendimento Educacional Especializado (AEE)²⁷ desenvolvido nos CMEIs.

Ressalta-se que os alunos classificados como casos de deficiência intelectual de nível moderado ou leve são aqueles que, historicamente, têm sido encaminhados para frequentar a escola regular. É importante ressaltar, ainda, que a educação inclusiva pressupõe que todos os alunos estudem juntos na escola comum, independentemente da condição de sua deficiência, pois segundo Vigotski (1997), para o desenvolvimento pleno do ser humano é preciso, além da herança biológica, sua participação e interação no contexto social para a formação das funções superiores da mente. Ao explicar a importância das vias indiretas no processo de aprendizagem da criança com deficiência quando a via direta está comprometida pelo defeito, Vigotski (1997) afirma que é necessário,

[...] ter em conta não apenas a caracterização negativa da criança, não só seu defeito, senão também a fotografia positiva de sua personalidade que representa, antes de tudo, o quadro das vias indiretas complexas do desenvolvimento. O desenvolvimento das funções psíquicas superiores apenas é

²⁷ Esse AEE pode ser realizado em Salas de Recursos Multifuncionais - SRM, também nos CMEIs. No Paraná, a Secretaria de Estado da Educação/Superintendência da Educação, elaborou a **Instrução n.º 15/2018** (PARANÁ, 2018) com critérios para a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, por meio das SRMs e Centros de AEE para alunos da Educação Especial e/ou com Atraso Global no Desenvolvimento, matriculados na Educação Infantil das instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

possível nas vias de seu desenvolvimento cultural, não importa que tenha lugar este desenvolvimento pela linha de domínio dos meios externos da cultura (a linguagem, a escrita, a aritmética) ou pela linha da perfeição interna das próprias funções psíquicas (a formação da atenção voluntária, da memória lógica, do pensamento abstrato, dos conceitos, da liberdade da vontade, etc.). As investigações demonstram que a criança anormal está atrasada de um modo geral, precisamente neste sentido. Este desenvolvimento não depende do defeito orgânico. Esta é a resposta do porquê a história do desenvolvimento cultural da criança permite estabelecer a seguinte tese: **o desenvolvimento cultural é a esfera principal onde é possível a compensação da deficiência.** Onde é impossível o desenvolvimento orgânico sucessivo, ali está aberta de um modo ilimitado a via do desenvolvimento cultural (VIGOTSKI, 1997, p. 152-153, destaques dos autores).

Vigotski esclarece, assim, a importância de se proporcionar uma educação altamente qualificada para os alunos com deficiência, já que o “desenvolvimento orgânico sucessivo” encontra-se comprometido pela deficiência, pelo defeito. Advém desses pressupostos, então, a clareza de que apenas e unicamente no meio cultural, junto com todas as pessoas, é possível haver a compensação da deficiência. Daí a necessidade de que o processo educativo dos alunos com deficiência aconteça com todas as crianças vivenciando os mesmos espaços e tempos escolares, de forma que aquelas que apresentam deficiência estejam junto com as demais crianças nas salas de aula comuns da escola.

Ao tratar sobre a importância das vias indiretas de desenvolvimento cultural no que se refere à criança com deficiência intelectual, Vigotski afirma:

Para a criança com atraso mental, em relação ao desenvolvimento de suas funções superiores da atenção e do pensamento, deve ser criado algo que recorde as letras formadas por pontos em relevo - segundo o sistema Braille para a criança cega ou a dactilologia para a criança surda - quer dizer, um sistema de vias indiretas de desenvolvimento cultural ali, onde as vias diretas tenham sido cortadas por causa do defeito (VIGOTSKI, 1997, p. 153).

Assim, esse “algo” a que Vigotski se referia podem ser os inúmeros materiais pedagógicos como alfabetos móveis, letras, sílabas, palavras confeccionados em diferentes materiais que poderiam ser manipulados e vivenciados por Jonathan (e outros materiais e instrumentos de Tecnologia Assistiva) para que ele pudesse pôr em operação suas funções psicológicas superiores como atenção voluntária, memória lógica, pensamento abstrato, etc., para se apropriar da leitura, da escrita e da matemática, linguagens que, ademais, também se constituem como instrumentos que vão permitir suas aprendizagens posteriores.

Trajetória de escolarização no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio e no Ensino Superior

Quanto ao período de escolarização de Jonathan na Educação Infantil e no primeiro segmento do Ensino Fundamental (EF I - 1º ao 5º ano) não há registros; há apenas aqueles relatados pela rede estadual de educação - EFII (6º ao 9º ano) e Ensino Médio - nos relatórios enviados à universidade. Segundo o relatório do colégio estadual onde Jonathan estudou (recebido pelo PEE em 04/04/2016), o aluno foi matriculado nesse colégio no ano

de 2011, na 5ª série²⁸ e, apesar de já ter concluído os anos iniciais do Ensino Fundamental, ainda não estava alfabetizado. A professora de Apoio Permanente²⁹ que o atendia em sala de aula começou a alfabetizá-lo, constatando que o aluno “tinha um grande potencial de aprendizagem, tanto que no decorrer dos seus estudos neste estabelecimento no 9º ano percebeu-se a possibilidade de reclassificá-lo”. Apesar de ter grande potencial de aprendizagem, esse potencial parece não ter sido adequadamente explorado ou, então, parece não ter havido tempo suficiente para que ele fosse explorado em todas as suas dimensões, ou seja, parece não ter sido dado o “tempo maior”, conforme preceitua o artigo VIII da Resolução 02/2001 (BRASIL, 2001) para Jonathan se alfabetizar plenamente. O colégio relata que com “o acompanhamento do Núcleo de Educação³⁰ foram feitas as avaliações necessárias de todas as disciplinas e o mesmo progrediu com êxito para o 1º Ano do Ensino Médio”. Questiona-se, neste caso, o significado da expressão “progrediu com êxito”, tendo em vista que o aluno foi aprovado para o Ensino Médio parecendo não estar plenamente alfabetizado. Segundo o relatório, Jonathan “possui, assim como muitos estudantes, uma grande dificuldade nas áreas exatas, mas nas aulas

²⁸ Atual 6º ano. No Paraná a responsabilidade governamental pelo Ensino Fundamental é dividida entre os municípios (que são responsáveis pelo 1º segmento desse nível de ensino, do 1º ao 5º ano) e o Estado (que é responsável pelo 2º segmento, do 6º ao 9º ano).

²⁹ Também denominada como Professora de AEE.

³⁰ Núcleo Regional de Educação de Toledo, município onde se situa o campus da UNIOESTE onde Jonathan cursa o Ensino Superior.

teóricas tem um ótimo desenvolvimento, é participativo e tem boa compreensão”.

De acordo com o relatório do colégio, logo que o aluno chegou “nesta instituição de ensino, iniciaram-se as adequações necessárias para o seu desenvolvimento escolar e garantia de seu direito, algumas a própria escola providenciou e outras ficaram no aguardo do Núcleo de Educação (SEED)”, afirmando-se que num primeiro momento houve adequações nos espaços físicos da escola como alargamento de portas, construção de rampas, além de um espaço no qual o aluno pudesse deitar “pois devido ao problema de luxação no quadril necessita de um momento de mais ou menos 50 minutos de descanso” e que a escola providenciou também “uma entrada de carro com cobertura³¹ para os dias de chuva”.

No relatório do colégio afirma-se que “após algumas avaliações da médica terapeuta³² houve a necessidade de uma cadeira adaptada a qual o município providenciou e doou a cadeira ao mesmo (que

³¹Quanto à acessibilidade na Unioeste, a entrada de Jonathan ocorre de duas maneiras: nos dias de chuva o carro em que vai para a universidade entra por um estacionamento mais próximo de sua sala de aula, com cobertura, sendo que na vaga onde estaciona foi providenciada placa de “vaga reservada” pelo pai, que a conseguiu fora da universidade; quando não está chovendo o carro entra por outro estacionamento onde é recebido por um profissional da equipe de apoio do PEE que o conduz até a sala de aula.

³² Trata-se da Terapeuta Ocupacional que acompanha o caso de Jonathan desde a infância.

ele usa atualmente³³)” e que “na tentativa de melhorar seu aprendizado foi solicitado pela médica terapeuta uma lupa com tela grande”. Afirma-se, ainda, que o Núcleo de Educação enviou uma lupa de 23 polegadas na qual “foi adaptado um CPU possibilitando que ela fosse usada como lupa e computador”. Para leitura com essa lupa o texto tinha que ser escrito em fonte 48 no [programa] Word (em “letras garrafais”, segundo o relatório do Colégio) ou “numa resolução máxima da lupa para adequação visual”. Ainda segundo o colégio, o aluno recebeu um mouse de pressão que conseguia manusear, embora com dificuldades, sendo que esses materiais ficavam numa mesa de rodinhas “para melhor manuseio”.

³³ Jonathan faz uso de duas cadeiras diferentes na universidade, sendo que em uma delas há a almofada especial.

2. O COTIDIANO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA UNIOESTE: OS ANOS DE 2016 E 2017

Algum tempo antes de Jonathan ingressar na Unioeste (em 2016), ele e sua família foram à universidade para conhecer e conversar com os profissionais que possivelmente trabalhariam com ele, realizando o AEE. Era dia do *IV Seminário em prol da Educação Inclusiva* e toda a equipe do PEE estava voltada para a realização do evento, por esse motivo foi um encontro breve, mas Jonathan e sua família foram convidados para prestigiar o seminário. Inclusive sua professora de AEE do Colégio Estadual onde estudava no Ensino Médio, estava presente nesse evento. No ano seguinte, o pai de Jonathan foi ao PEE, pois estava preocupado com o motivo pelo qual seu filho ainda não havia sido chamado na primeira fase de matrícula. Ele acreditava que a universidade dispunha de cotas para pessoas com deficiência e que, por isso, o ingresso de Jonathan no Ensino Superior estava garantido. A equipe explicou que, naquele momento, ainda não havia cotas³⁴

³⁴ Em 24 de março de 2022, foi aprovada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, a Resolução nº 003/2022-CEPE, que assegura vagas para Pessoas com Deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação, a partir do ano letivo de 2022. São 130 vagas adicionais às regulares, ou seja, não há diminuição das vagas já ofertadas; no entanto, apenas as pessoas com deficiência (PcD) podem ocupá-las, ou seja, as 130 vagas abertas ficam exclusivas para quem participa do vestibular e informa que é uma pessoa com

para esse público e que era necessário aguardar as demais chamadas.

Quando Jonathan foi matriculado na Unioeste e seu caso foi relatado/levado ao PEE para serem tomadas as providências quanto às adaptações curriculares e ao AEE que deveria receber, foram elaborados os seguintes objetivos para acompanhar seu caso: a) Realizar análise documental das áreas médica e educacional para subsidiar os estudos pela equipe do PEE, para o encaminhamento e o Atendimento Educacional Especializado a ser realizado com o aluno no interior da universidade; b) Analisar a trajetória educacional do aluno na educação básica que antecedeu seu ingresso na universidade no curso de Serviço Social, no sentido de auxiliar na definição do AEE que se faria necessário no decorrer de sua trajetória acadêmica na universidade.

Segundo a terapeuta ocupacional (TO) que acompanhou Jonathan desde o período em que estudava na rede municipal de ensino, o aluno pertence a uma “família de risco”, pois tem dificuldades econômicas e depende da “rede SUS”. Em 2015 foi diagnosticado com gastrite, hérnia e refluxo e passou a tomar Omeprazol (fez tratamento durante 6 meses). Quanto ao controle de esfíncteres vesical, o aluno usa fraldas o que permite que não necessite ir ao banheiro durante o período de aulas.

deficiência; caso elas não sejam ocupadas, não serão direcionadas para ampla concorrência. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/tv-imago/9-central-de-noticias/59265-vestibular-da-unioeste-vai-alem-e-oferta-mais-vagas-do-que-previsto-em-lei-para-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 7 set. 2022.

Quanto à comunicação, o aluno apresenta bastante dificuldade oral. Segundo relatório da equipe do PEE que atua no campus onde o aluno estuda, “sua dicção não é boa e piora em situações de angústia e ansiedade, como em casos de discussão, apresentação de trabalho, etc. No início do ano questionamos o acadêmico e pais sobre o acompanhamento com fonoaudiólogo, os quais justificaram que ‘havia o acompanhamento, mas faz anos que recebeu alta, pois seu quadro é estável; [...] que diante do quadro de paralisia, quando ansioso, Jonathan tende a enrijecer, por isso a dificuldade na fala’” (sic). Embora apresente essas dificuldades, Jonathan conversa no intervalo das aulas, relata experiências e se organiza oralmente com os colegas e professores com relação aos trabalhos e avaliações acadêmicas. Os profissionais do PEE que atendem Jonathan em sala de aula relatam que sempre atuaram de forma a “não tirar a autonomia e responsabilidade do acadêmico, pelo contrário, pretendemos fortalecer o acadêmico enquanto sujeito” no sentido de fazer com que sua voz seja ouvida, seu tempo de fala seja respeitado, que seu tratamento seja de um adulto, tal como ele de fato é. Relatam, também, que “as transcritoras/ledoras³⁵ auxiliam nas relações apenas quando solicitam ou explicitam dúvidas nas palavras ditas. É ele quem decide o quê e como fazer”.

³⁵ A função de Transcritor/Ledor como profissional de atendimento/apoio educacional especializado foi criada em 2016 e, por meio de PSS foram admitidas duas profissionais para o exercício dessa função junto a Jonathan e demais acadêmicos da Unioeste naquele período (2016 e 2017). A partir de 2018 a função teve sua denominação mudada para Professor(a) de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Ao ouvir e ler os relatórios da equipe do PEE, compreende-se que o objetivo na atuação com Jonathan e com os demais alunos com deficiência/NEE atendidos pelo PEE, é que suas decisões devem ser respeitadas, independentemente de a equipe concordar ou não; afinal, trata-se de um adulto que tem suas próprias ideias, gostos, desejos e valores. No caso de o aluno decidir fazer algo que pode acarretar numa consequência que o prejudique ou até mesmo que afete negativamente sua família, então a equipe do PEE problematiza, questiona, enfim, instiga-o à reflexão para que ele tenha mais elementos para uma decisão consciente. Como exemplo, cita-se a problematização que se faz nos casos em que Jonathan fala de modo deselegante com as pessoas, sem medir as consequências. Observa-se que muitas dessas pessoas relevam, devido à condição de pessoa com deficiência de Jonathan, o que acaba prejudicando seu desenvolvimento humano e social. Assim, se Jonathan tem consciência de suas decisões e atos, no sentido de que sua deficiência não o torna um sujeito amoral, logo, deve ser responsabilizado por esses atos e decisões, tal como qualquer adulto. Em outras palavras, a equipe do PEE, em sua forma de trabalhar, parte do pressuposto de que Jonathan deve receber tratamento regido pelo mesmo princípio ético que as demais pessoas, de maneira que sua deficiência não seja usada como autorização para falar e fazer o que deseja sem que se responsabilize, uma vez que isso caracterizaria capacitismo.

Por outro lado, na forma mais frequente de manifestação do capacitismo, preconceito específico relativo à pessoa com deficiência, a deficiência é vista

como um impeditivo para a realização de atividades, por mais banais que sejam, ou seja, a pessoa com deficiência é desqualificada devido a sua condição corporal e/ou condição (supostamente) cognitiva; porém, nesse quesito Jonathan faz enfrentamento, mostra aos seus colegas, professores e demais pessoas com quem convive, que é capaz de muitas realizações, fazendo a seu modo e no seu tempo. Outra face do capacitismo é a superproteção exacerbada e o sentimento de piedade em relação à pessoa com deficiência, situações também vivenciadas por Jonathan no Ensino Superior.

Quanto à participação do aluno nas aulas, segundo o relatório da equipe do PEE que atua no campus onde o aluno estuda e é datado de fevereiro de 2017, ele é bastante participativo em sala de aula e sempre expõe sua opinião, suas vivências e apresenta grande potencial enquanto ouvinte; presta atenção nas aulas e responde sempre as perguntas que lhes são formuladas, na maioria das vezes com sucesso, mostrando ter prestado atenção. Os professores são bastante atenciosos. A equipe do PEE exemplifica, afirmando que quando o professor disponibiliza um texto para fazer leitura em sala de aula, mesmo o aluno tendo o texto gravado e o tendo escutado, ele requer que a ledora ou os colegas leiam para ele para que possa participar das discussões, o que nem sempre é possível sem que se atrapalhe os colegas de sala. A equipe do PEE afirma, também, que “diante dos laudos [médicos] entregues pela família, passamos a realizar a gravação de toda a leitura básica do curso e entregar os arquivos em CDs” e que, apesar de entregar a gravação em tempo de o aluno usar em

sala, ele não demonstra “leitura contínua”³⁶ e que “raramente está acompanhando o cronograma dos professores”. Mas que, “quando ouve a gravação, faz questão de reafirmar aos professores que leu e até conta o que achou da leitura”.

Ressalta-se, segundo a equipe, que no início do ano [2016], o aluno responsabilizava os profissionais pelos deveres, trabalhos ou provas que esquecia ou qualquer outra tarefa cotidiana. Inclusive pelos textos que não lia, culpando equivocadamente o atraso na entrega da gravação, o que não era verdade. O que demonstrava que durante a vida escolar de Jonathan, provavelmente pouco lhe havia sido exigido em termos de responsabilidades referentes aos estudos. Para aos poucos atribuir a Jonathan o que de fato lhe competia e contribuir para que ele assumisse seu papel de protagonista, foram sendo criadas algumas estratégias. Tentou-se usar um caderno para anotar as informações importantes e recados dos professores, mas ainda assim, era pouco visualizado pelo aluno e família.

³⁶ Segundo a equipe do PEE “leitura contínua” significa estudar o conteúdo trabalhado em sala de aula “dentro do prazo”, para ter condições de realizar as avaliações/provas, já que ele apenas faz leituras eventuais, esporádicas e “em cima da hora” das provas; na verdade, segundo a equipe, nem é leitura feita por Jonathan. O que ele faz, mas apenas esporadicamente, é escutar as gravações dos textos dados pelos professores e previamente realizadas pela equipe. Para ajudar Jonathan na organização do que deve ler (na verdade, “ouvir”), há um caderno em que são registradas as datas de entrega dos textos gravados e separados por disciplinas. Atualmente, o material de estudo é gravado em CD, ademais, Jonathan faz uso de calendário virtual para organizar seus compromissos acadêmicos, sendo as professoras de AEE que anotam o conteúdo que ele solicita.

Posteriormente, se fez uso de agenda, onde eram feitas anotações nos dias correspondentes às tarefas, mas, ainda assim, a agenda era pouco visualizada. Na verdade, Jonathan precisava adquirir o hábito de pedir para que fosse anotado o que julgava importante, assim como precisava criar o hábito da leitura das anotações, pois, somente assim teria sentido a agenda; entretanto, a família passou a não mais responsabilizar o PEE. Jonathan também usou uma agenda feita em papel pardo, ela tinha cerca de 1m e divisórias para cada dia da semana, ficava colada na parede do PEE e Jonathan a “alimentava” conforme julgava necessário. A ideia de uma agenda de tamanho maior e que ficasse fixa na altura de Jonathan surgiu com o intuito de facilitar a leitura do acadêmico, uma vez que ela estaria disponível sempre que desejasse ler, podendo exercitar a leitura sem ter que pedir para alguém segurar a agenda. Todavia, após alguns meses de uso, uma funcionária do PEE decidiu jogar a agenda fora sem consultar Jonathan, pois segundo ela, a agenda atrapalhava o local de trabalho. Esse fato demonstra o quanto ainda se precisa avançar na questão de se dialogar nos diferentes espaços da universidade (inclusive no próprio PEE) para se fazer um trabalho integrado, na direção de realmente se realizar uma educação que se quer inclusiva.

Com relação ao registro das atividades e conteúdos trabalhados em aula, a equipe do PEE relata que todo o registro é feito pela transcritora/ledora. E que “[...] antes nós fazíamos a gravação das anotações no caderno, no entanto, há algumas semanas estamos escrevendo com letras maiores e acordamos que o acadêmico se

responsabilizaria pela leitura. Utilizamos também uma agenda onde anotamos no respectivo dia os compromissos”. De acordo com o relato das profissionais que atendem Jonathan, ele não faz uso de nenhuma forma ou instrumento de Comunicação Alternativa, tendo sido feitos “alguns testes com vários equipamentos, mas até o momento não havia sido encontrado um mecanismo que sanasse todas as necessidades do aluno”. A equipe afirma que havia testado um *tablet*, o que permitiu que ele movimentasse a tela, mas não permitiu que fizesse movimento de pinça³⁷ para aumentar a letra.

Com relação às relações com a família, a equipe do PEE afirma que as demandas da casa parecem ficar por conta da mãe do aluno (que tem, também, um filho com síndrome de *down* associada à hiperatividade). “Mesmo assim, a mãe auxilia os filhos em todas as suas necessidades, sendo que os trabalhos, provas, tarefas, sempre requerem apoio materno, embora essa mãe apresente um quadro depressivo, nem sempre conseguindo auxiliar devido a outros compromissos da casa”. Geralmente é a mãe que levava o aluno para a universidade e o pai o buscava.

Porém, no ano de 2017 o pai sofreu um grave problema de saúde e, a partir de então a mãe leva e busca Jonathan na universidade, sendo importante ressaltar que o adoecimento do pai de Jonathan fez com que as

³⁷ Na verdade, o movimento que o aluno deveria fazer para ampliar as letras no *tablet* parece não poder ser considerado movimento de pinça, já que este movimento é realizado quando se juntam os dedos polegar e indicador para executar um determinado movimento com os dedos.

atividades domésticas realizadas pela mãe fossem intensificadas, assim como o cuidado com os dois filhos com deficiência e, agora, o cuidado com o esposo.

A equipe afirmou, naquele momento, que há mais de um mês estava aguardando a família para mostrar como funcionava o computador que havia sido disponibilizado ao aluno em sistema de comodato³⁸ e esse encontro era sempre adiado, provavelmente pelas dificuldades da mãe para permanecer na universidade devido ao acúmulo de afazeres.

Em relato informal, Jonathan referiu tomar banho a cada dois dias “porque é muito peso para a mãe carregar”³⁹. A equipe do PEE afirmava, em 2016, que

³⁸ O setor de patrimônio da universidade elaborou o documento de comodato de um computador que foi disponibilizado para Jonathan utilizar e que se encontra em posse do aluno até o presente momento.

³⁹ A mãe de Jonathan apresenta alguns problemas de saúde e, por isso, lhe foi fortemente recomendado realizar cirurgia, mas ela se recusava a fazê-lo por não ter quem ajudasse Jonathan durante o período pós-cirúrgico, como no caso de banho, levá-lo e buscá-lo da universidade. Naquele momento, na tentativa de contribuir para a resolução desses problemas de saúde de sua mãe, que tendiam a se agravar com o passar do tempo, Jonathan pediu à professora de AEE para que entrasse em contato com a assistente social responsável pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de sua cidade. Em reunião com a profissional, a mesma solicitou para que fosse verificado se algum membro da família **extensa ou ampliada** de Jonathan pudesse realizar tais tarefas, pois o município não dispunha de profissionais para atender nesses casos. O conceito de “família extensa ou ampliada” é explicado no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, conforme segue: “Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Estatuto da Criança e do Adolescente Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se

quando havia necessidade, se comunicava diretamente com a mãe de Jonathan e que o aluno estava fazendo mais uso da agenda frisando, diariamente, que era de sua responsabilidade lembrar a mãe das suas demandas, sendo que, nesse caso, tratavam-se das demandas que precisassem de ajuda da mãe para serem realizadas em casa, sendo que, a responsabilidade de lembrar de realizar as atividades, deveria ser de Jonathan e não da mãe.

Inicialmente, quando o aluno ingressou na universidade, as aulas eram gravadas (com a permissão dos professores), mas como o PEE dispunha de somente dois gravadores, e outros alunos também faziam uso do material, foi parado de gravar. Dessa forma, os conteúdos passaram a ser registrados no caderno do aluno pela transcritora/ledora e depois gravados. No mês de junho [2016] o aluno aceitou a sugestão da equipe do PEE para que ele próprio começasse a ler o conteúdo registrado em seu caderno pela transcritora, entendendo-se que ele tem necessidade de ler para aprimorar a leitura. Para tanto, começou-se a transcrever o conteúdo com letra maior, usando canetinha hidrográfica nas cores preta e vermelha e intercalando as linhas e, assim, parou-se de gravar a leitura do caderno.

estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência” (ECA, 2021, p. 25-26). A tentativa de solucionar o problema de saúde da mãe de Jonathan, ocorreu em 2018; em 2022, torna-se ainda mais urgente a necessidade da cirurgia, mas sua mãe desiste de fazê-la, tendo em vista o agravamento da saúde de Jonathan.

Quanto ao apoio, foi combinado com o aluno e seus pais que o PEE ficaria responsável pela bibliografia básica do curso e que as leituras complementares seriam de responsabilidade deles. Todavia, dependendo da demanda de textos, algumas leituras complementares, quando utilizadas em prova, também eram gravadas. O acesso ao e-mail da turma e a leitura da agenda (na agenda são registradas as datas das provas, de entrega de trabalhos, de renovação dos livros na biblioteca e demais recados importantes) ficou como responsabilidade da família. Segundo a equipe, foi agendado um dia para que o aluno e seus pais fossem ao

PEE testar dois softwares (microfenix⁴⁰ e mousekey⁴¹) para que o aluno pudesse adquirir mais autonomia nas

⁴⁰“O microFênix v 2.0 é uma ferramenta capaz de proporcionar, a muitas pessoas, o renascimento de potencialidades, que, até então, estavam encobertas pelas cinzas das limitações de coordenação motoras e/ou de comunicação. Sendo assim, a utilização desse programa, não apenas, proporcionará aos seus usuários, o acesso ao computador, para, entre muitas outras coisas, realizar trabalhos, jogar ou navegar na internet, mas também contribuirá para que essas pessoas atinjam progressivas alturas nos vãos de suas vidas. O programa simula o uso do mouse e teclado, e possibilita a ativação de programas e funções no ambiente Windows, de forma bastante acessível. A interação com o programa, através da qual é possível comandar as ações desejadas, é feita através de menus que aparecem na tela. As opções contidas nos menus são iluminadas uma após a outra, até que o usuário use o acionador para afirmar a escolha de opção. O projeto microFênix v 2.0 foi criado pelo professor Antonio Borges, no Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2004/5, para facilitar o uso do computador pelos portadores de deficiência física grave como os tetraplégicos, portadores de distrofia muscular entre outros portadores de patologias que apresentam limitações que impossibilitam o uso dos membros superiores ativamente”. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/microfenix/definicao.htm> Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

⁴¹“Este teclado virtual silábico-alfabético pode favorecer o processo de escrita e inclusão de pessoas com deficiência física, seja: a) possibilitando o ato de escrever; b) contribuindo na percepção da qualidade de vida e adaptação à deficiência; c) reconstrução da autoimagem; além de outros componentes afetivos e cognitivos. Quanto ao ato de escrever o Mousekey-UFRGS permite diminuição de tempo, esforço e aumento da produtividade textual”. MOUSEKEY-UFRGS. GUIA DO USUÁRIO. TECLADO VISUAL SILÁBICO-ALFABÉTICO: Tecnologia Assistiva para Pessoas com Deficiência Física. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+mousekey%3F&ie=utf-8&oe=utf-8&cliemt=firefox-b->

atividades de leitura e de escrita. No entanto, os pais adiaram a data agendada. No computador disponibilizado ao aluno para que pudesse estudar em casa, foram instalados os softwares NVDA⁴² e DOSVOX⁴³ e tela com fundo preto e cursor ampliado. Foi

ab&gws_rd=cr&dcr=0&ei=fVNXWtSdB8GuwgShi5ngDA. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

⁴² O NVDA é um leitor de tela para Windows. “[...] Foi iniciado em meados de 2006, pelo jovem australiano Michael Curran, de apelido Mick (pronuncia-se maik). Mick então cursava o segundo ano de bacharelado em Ciência da Computação, mas muito tempo antes ele já percebera as distorções e mazelas que cerceiam o acesso das pessoas cegas, mais especificamente no campo tecnológico. Sendo ele cego, foi obrigado a comprar um leitor de tela comercial para uso pessoal, profissional e estudantil. Apesar de esse leitor proporcionar acesso relativamente ótimo aos computadores que Mick precisaria usar, com o passar do tempo e convívio com pessoas em situação semelhante mundo afora [...]. Mick chamou, então, esse leitor de “Non Visual Desktop Access” ou NVDA, e escolheu como licença a largamente reconhecida e consagrada GPL (sigla em Inglês para ‘LICENÇA PÚBLICA GERAL GNU’), de autoria da Fundação para o Software Livre e adotada pelos sistemas GNU/Linux e outros”. Disponível em: <http://www.acessibilidadelegal.com/33-nvda.php>. Acesso em: 11 de jan. 2018.

⁴³ “O DOSVOX é um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto grau de independência no estudo e no trabalho. O sistema realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em Português, sendo que a síntese de textos pode ser configurada para outros idiomas. O que diferencia o DOSVOX de outros sistemas voltados para uso por deficientes visuais é que no DOSVOX, a comunicação homem-máquina é muito mais simples, e leva em conta as especificidades e limitações dessas pessoas. Ao invés de simplesmente ler o que está escrito na tela, o DOSVOX estabelece um diálogo amigável, através

solicitado à coordenação do curso que Jonathan frequenta, para que fosse disponibilizado um monitor⁴⁴ tamanho 22 no laboratório de informática, embora o acadêmico considerasse que seria mais adequado o tamanho 40 devido a suas dificuldades visuais. Por fim, foi combinado que o aluno utilizaria o *Datashow* que possui em casa, para expor em tela maior, o conteúdo do computador.

Segundo observação realizada em sala de aula pela primeira pesquisadora, na disciplina de Direito, o aluno estudava numa sala relativamente pequena, sentado numa cadeira de rodas que ficava na primeira fila, ao lado da mesa do professor, o qual, quando sentado, permanecia bem próximo do aluno. Do lado esquerdo do aluno ficava a transcritora/ledora que o acompanhava de forma permanente, durante todas as aulas. Situada na parede, próxima ao aluno, ficava a maca onde ele permanecia deitado durante o intervalo das aulas, em função de sua debilidade física, consequência das características de sua deficiência.

Durante a observação, pode-se constatar que o aluno participou ativamente da aula, interagindo com o professor e os colegas. Era uma aula cujo tema era totalitarismo e o professor, ao explicar o conteúdo, mencionou autores como George Orwell (e suas obras

de programas específicos e interfaces adaptativas. Isso o torna insuperável em qualidade e facilidade de uso para os usuários que vêm no computador um meio de comunicação e acesso que deve ser o mais confortável e amigável possível". Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm> Acesso em: 11 de jan. 2018.

⁴⁴ Esse monitor não foi disponibilizado ao aluno.

“A revolução dos bichos” e “1984”, recomendando-as como leitura extra-classe) e Hanna Arendt. Durante essas explicações do professor, o aluno mencionou, de forma coerente com o conteúdo explicado “os doutrinadores” e, quando o professor perguntou a ele o que era “jurisprudência”, ele não conseguiu responder (embora tenha tentado elaborar uma resposta).

No decorrer do tempo em que a primeira pesquisadora permaneceu na sala de aula, o estagiário do PEE foi até a sala e readequou a postura do aluno em sua cadeira de rodas (tendo em vista que depois de algum tempo sentado o aluno escorrega e precisa ser reposicionado na cadeira). Esse estagiário é quem tem a função de ir até sua sala de aula para readequar sua postura na cadeira. O estagiário faz isso sempre que solicitado (de duas a até três vezes em cada período de aulas); para chamá-lo no PEE onde permanece realizando outras atividades, a transcritora/ledora se comunica com ele da sala de aula (via celular) e solicita sua ida até a sala. Ressalta-se, ainda, que na turma de Jonathan na universidade estuda André, que foi seu colega na rede estadual de ensino e, por um período, foi seu cuidador.

Naquele dia de 2016, no término das aulas, Jonathan foi para casa com sua mãe e o irmão com síndrome de *Down*, que tinham ido buscá-lo e retornou à universidade no período da tarde para uma reunião para se discutir com a Terapeuta Ocupacional - TO, da Prefeitura do município, sobre questões relativas à sua condição/situação na universidade. Participaram: Jonathan, sua mãe, a primeira pesquisadora, a

transcritora/ledora do PEE daquele campus e uma transcritora/ledora do campus onde se situa a sede do PEE (Cascavel) e o estagiário responsável por posicionar/adequar a postura de Jonathan na cadeira de rodas durante as aulas.

A Terapeuta Ocupacional faz acompanhamento de Jonathan por meio de atendimentos terapêuticos desde que o aluno estudava nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino. Ela veio para essa reunião na Universidade para falar, dentre outras questões, sobre um mouse⁴⁵ que estava sendo construído pelo departamento de Engenharia Mecânica da UTFPr/Toledo em atuação conjunta com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Cascavel e a FUNDETEC⁴⁶.

O Instituto Federal é responsável pela impressão do mouse destinado a Jonathan, já que era a instituição que dispunha de impressora 3D na região oeste do Paraná. Segundo a TO, naquele momento estavam sendo realizados ajustes no mouse, pois os botões tinham ficado altos demais. Na reunião, a TO relatou que Jonathan faltava muito nos atendimentos que ela realizava com ele, por vários motivos: pela própria “doença”, problemas com o transporte/locomoção (sua mãe o leva e busca de carro próprio na universidade e

⁴⁵ Mais tarde, esse projeto de desenvolvimento de um mouse adaptado às suas necessidades especiais foi suspenso por falta de recursos, e também porque foi reduzida a carga horária do professor que o coordenava.

⁴⁶ FUNDETEC – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Cascavel – BR 277, Km 573, trevo para São João, Cascavel-Pr. Disponível em: www.fundetec.org.br. Acesso em: 7 de Jan. 2018.

em todos os atendimentos) e por apresentar muita dor no quadril em consequência da deficiência (a mãe relatou que a dor melhorou muito e diminuiu o problema da cãibra, ao que o aluno afirmou: “Eu tô bem contente”). Usa colete e, por meio de um deputado, o pai conseguiu uma cadeira com “Almofada Digitalizada (ou de posicionamento)⁴⁷” em que a almofada é feita especialmente para ele. Na reunião, a TO questionou o motivo de o aluno não estar usando a cadeira com a almofada especial naquele momento.

Como essa terapeuta ocupacional faz acompanhamento do aluno há vários anos, muitas informações do cotidiano do aluno na universidade lhe foram repassadas pela equipe, inclusive a de que ele havia parado de usar óculos, embora seu uso fosse recomendado e a TO perguntou o motivo. Então, ela sugere uma consulta com a médica Maria Cristina Kobayashi, de Cascavel, afirmando que “ele virá com uma lista de exercícios”. Foi relatado, também, que um médico Ortopedista do município onde o aluno reside fez as cirurgias no quadril e retirou ossos.

⁴⁷Almofada digitalizada ou de posicionamento: “Um Produto Versátil e fácil de usar que permite um posicionamento correto em diversas situações. Através de um sistema de vácuo especialmente desenvolvido, você pode modelar as almofadas ao corpo em qualquer posição. As almofadas criam uma superfície firme e uniforme para todas as partes do corpo, reduzindo o risco de pontos de pressão. Você pode modelar e remodelar sua almofada quantas vezes quiser, é só abrir a válvula e começar novamente para conseguir o posicionamento desejado.” Disponível em: <http://www.digitisbrasil.com.br/produtos/almofadas-de-posicionamento/>. Acesso em: 8 Jan. 2018.

Após as observações realizadas em sala de aula e a reunião no PEE com a TO e os demais profissionais que atendem Jonathan, decidiu-se que: a) seria disponibilizado um computador para o aluno estudar em casa o que efetivamente ocorreu; b) seriam instalados os softwares MouseKey e Virtual Keyboard⁴⁸ NVDA, DOSVOX, MicroFênix, Balabolka⁴⁹ para facilitar-lhe a

⁴⁸ “Hot Virtual Keyboard é um pacote de teclados digitais shareware que permitem a edição de textos em qualquer dispositivo – PC, smartphone, *Palm* – que por algum motivo não ofereça este periférico. Atualmente, a função *Touchscreen* está sendo muito explorada, porém nem sempre o aparelho que você está usando oferece um teclado para que a criação de textos seja feita. Com o Hot Virtual Keyboard você pode ter mais de quarenta opções diferentes de teclados para usar com o Touchscreen do seu celular ou o mouse do seu computador, por exemplo. A variedade de teclados e formas de apresentação dos mesmos é enorme, pois você pode usar os famosos teclados *QWERTY*, ergonômicos, com caracteres especiais ou apenas setas”. Disponível em: <http://www.baixaki.com.br/download/hot-virtual-keyboard.htm#ixzz53scK5gWG> Acesso em: 11 Jan. 2018.

⁴⁹ “O Balabolka é um programa tipo Text-To-Speech (TTS) - ou Texto Para Fala. Todas as vozes instaladas no seu sistema estarão disponíveis para o Balabolka. O Balabolka usa várias versões da ferramenta de fala da Microsoft, a Microsoft Speech API (SAPI); isto permite que você altere os parâmetros de uma voz, incluindo a velocidade e a tonalidade. O(a) usuário(a) pode aplicar uma lista especial de substituições para aumentar a qualidade de articulação das vozes. Este recurso é útil quando você quer mudar a soletração das palavras. As regras para a correção de pronúncia usam sintaxe de expressões regulares. Balabolka pode salvar o texto sincronizado em arquivos externos LRC ou marcadores MP3 dentro dos arquivos de áudio. Quando um arquivo de áudio é tocado com leitores dum computador ou com modernos leitores de áudio digitais, o texto é apresentado de forma síncrona (no mesmo modo que as letras das canções)”. Disponível em: <http://www.cross-plus-a.com/br/balabolka.htm> Acesso em: 11 Jan. 2018.

leitura e a escrita no computador, ou seja, para ampliar sua capacidade de comunicação sendo que, no mesmo dia já foram instalados alguns desses softwares no notebook do PEE ao qual o aluno tem acesso; c) discutiu-se, a partir de pesquisa e visualização no computador, a utilização do Óculos Mouse⁵⁰ como mais uma alternativa para o aluno. Para se trabalhar a leitura como elemento fundamental para aprofundamento dos conteúdos trabalhados em sala pelos professores, foi sugerida a biblioteca da Fundação Dorina Nowil sugerindo-se ainda, que Jonathan começasse lendo os livros recomendados pelo professor na disciplina de Direito: “A revolução dos bichos” e “1984”. Após a reunião, a primeira pesquisadora realizou uma entrevista de Anamnese com a mãe do aluno.

No decorrer de 2017 a equipe do PEE do campus onde o aluno estuda, envia outro relatório ao PEE da Unioeste/Cascavel, para “atualizar informações referentes aos apoios educacionais especiais realizados junto ao acadêmico Jonathan, do primeiro ano de curso”. A equipe afirma: “Como já relatado em relatório enviado no dia 18 de julho 2016, o acadêmico iniciou o ano letivo

⁵⁰Os estudantes Alexandre Sampaio, Cléber Quadros e Filipe Carvalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense criaram o projeto denominado óculos-mouse. “Por meio de um sistema eletrônico interligado, que utiliza um emissor de luz infravermelha e um receptor fixados em um par de óculos, é possível acionar o clique do mouse com apenas um piscar de olhos. Já para a movimentação do cursor, foi desenvolvido um sistema de sensores, colocados em locais específicos nos óculos. Eles captam a inclinação da cabeça, tanto para a direita como para a esquerda, e transmitem o sinal ao mouse”. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 7 Jan. 2018.

com requisições relacionadas às suas necessidades físicas (necessitando deitar durante a aula) e à sua visão (citando baixa visão) – sendo todas as requisições prontamente articuladas para melhor atendê-lo. Uma maca foi cedida, permanecendo na sala de aula, um estagiário foi contratado para fazer a transferência do acadêmico até a maca. Com relação à visão, tivemos alguns encontros com o colegiado do curso, de forma a orientar e sugerir alternativas para que o aluno pudesse participar qualitativamente das aulas, em consideração à sua baixa visão”. Segundo a equipe do PEE, “Entre todas as estratégias e articulações realizadas, vale salientar a conquista da ampliação do tempo adicional das atividades e avaliações, de 50% para 70%. Ainda, após diversas situações experimentais, percebemos ser de grande auxílio a utilização do computador nas atividades, economizando tempo nas transcrições”.

Segundo o relatório do PEE, percebeu-se, “com o tempo, que, mesmo após investimento dos docentes na utilização de material visual ampliado, até mesmo slides, o aluno pouco se atinha ao conteúdo exposto. Após algumas tentativas e avaliações, percebeu-se que o aluno teve sua alfabetização fragilizada: apresenta leitura silábica, inclusive com limitações e desconhecimento de algumas letras e sílabas, sendo [essa leitura] extremamente lenta [e realizada] somente em voz alta, pois, segundo uma das transcritoras/ledoras que o acompanhou em 2016 e 2017, Jonathan “necessita expressar oralmente sua leitura”; assim, pode-se inferir que ele não consegue concentrar-se para

fazer leitura silenciosa. Jonathan apresenta dificuldade em pontuar frases corretamente”.

A equipe afirma, ainda: “notou-se que o acadêmico possui precária noção de matemática, nas equações mais simples e que, com relação a dinheiro, conhece simbolicamente as notas por cores”, mas “não compreende materialmente o valor das coisas” e, “inclusive, não sabe somar notas e moedas para concluir o troco, por exemplo”. E a equipe continua: “Outra fragilidade a ser contextualizada seria sobre sua noção de tempo e espaço, bem como sua ‘preocupação imediata’. O acadêmico possui grande dificuldade em planejar e se organizar, principalmente de forma a se respeitar quanto à necessidade de tempo devido [à] lentidão na leitura e confecção dos trabalhos. Sempre que o professor lhe cobra algo, prontamente decide em resolver (imediatismo) [a situação], no entanto, quando o que tinha que fazer não deu certo, simplesmente esquece, só retornando sua preocupação quando lembrado, geralmente só nos dias que antecedem o fato que iria ocorrer. Com isto, ocorreram diversas situações em que fez trabalhos no dia anterior [à data prevista] entregando-os incompletos. Todavia, curiosamente o aluno não percebe estar incompleto”.

Segundo a equipe, embora passe a tarde no PEE ditando um texto [um trabalho solicitado pelos professores] para ser transcrito e, “às vezes completando apenas um parágrafo, o aluno pensa ser muito conteúdo e age como se tivesse concluído a tarefa. Há trabalhos em que ditou uma frase, mas acredita ter feito sua conclusão inteira. E, mesmo [lhe] mostrando no telão o tamanho da

redação, para ele há pouco significado, pois se limita a não fazer automaticamente a leitura daquilo que lhe é apresentado, ou seja, Jonathan precisa da mediação da transcritora/ledora, que tem que apontar, no texto, a parte a ser lida naquele momento. O mesmo ocorre na leitura. Há apoios em que colocamos o texto no telão para que ele leia sozinho. A leitura lenta faz com que [permaneça] a tarde toda em meia página, no entanto, para ele, significa ter lido quase o texto por completo”.

Segundo a equipe, “nas semanas de maiores tensões com provas e trabalhos, o acadêmico apresentava sinais de ansiedade. Chegou a ter situações mais severas, que chamou de ‘crise de pânico’”, sendo que a equipe pediu para que trouxesse uma orientação de especialista, por escrito, sobre como deveria atendê-lo adequadamente se essas crises se repetissem. A declaração trazida afirma que “em casos de crises de pânico exacerbadas, em que todas as estratégias comportamentais (respirações pausadas e profundas) tenham sido esgotadas, Jonathan receba [XXX] na dose de 0,25 mg sublingual”. Segundo a equipe, até aquele momento o aluno não havia levado esse remédio, embora estivesse conseguindo se controlar, com exercícios de respiração pausados. A equipe ressalta que o psiquiatra sugeriu ao aluno para que esperasse “para procurar atendimento psicológico, pois julgou que o mesmo ainda não era necessário. No entanto, recomendamos ao acadêmico que analisasse se realmente não era o caso de procurar uma terapia, de qualquer natureza que fosse, com o objetivo de prevenir possíveis crises. Até mesmo para lidar melhor com alguns comportamentos que possui, como por exemplo,

dormir com a luz acesa e medo de cair do colchão – mesmo que esteja no chão”.

No ano de 2018, Jonathan conseguiu atendimento psicológico semanal via universidade, realizado no próprio espaço da universidade, no período em que não tinha se matriculado em nenhuma disciplina. A equipe relata que, segundo o próprio aluno, seu dia-a-dia se resumia a acordar às 06:30 horas, ir para a universidade, almoçar às 12:00 horas, dormir após o almoço até às 16:00 ou 18:00 horas, estudar, assistir TV, comer e, entre as 20:00 e 21:00 horas estar dormindo novamente. Devido à grande sonolência durante as aulas e às “longas pausas de sono durante o dia”, a equipe solicitou que o aluno procurasse nova avaliação com relação ao uso dos medicamentos, o que efetivamente ocorreu e a dosagem foi alterada, o que fez com que as cochiladas em sala passassem a ser eventuais, embora as 14/15 horas de sono por dia permanecessem.

No decorrer do ano de 2016 a equipe afirma que passou a identificar sinais de imaturidade por parte do aluno, pois além de ele não saber “informações mínimas” sobre sua vida, seu corpo e seus pertences, demonstrava “irresponsabilidade nos compromissos, nas relações que estabelecia na vida acadêmica. Passou-se, então, a estimular sua autonomia, responsabilizando-o nas atividades cotidianas, de forma a reduzir a superproteção da família e de pessoas do seu entorno em sua vida acadêmica. E, para favorecer sua independência, seus recados - antes ditos pela mãe; seus pertences; sua agenda; suas provas; trabalhos; sua cadeira; deveriam ser movimentados/atualizados conforme indicação do

acadêmico, não mais por iniciativa de outros - auxiliando no processo emancipatório e, por consequência, [em sua condução] à fase adulta". A equipe afirma que ele "conquistou autonomia em assinar⁵¹, sozinho, seus documentos pessoais e lista de chamada", mas que "isto, todavia, está em construção, ainda de forma lenta, considerando que Jonathan não está habituado a tantas responsabilidades, [...] sendo que ela [sua mãe] esquece do 'combinado' de que agora cabe a ele passar os recados para nós e os professores".

A equipe ressalta, também, a "conduta de alguns professores e colegas de classe que traziam expressões de sentimentalismo, até mesmo infantilidade, como falar no diminutivo, além de agrados, elogios demasiados, sentimento de pena, expressos nas mais variadas formas, como com comentários [sobre] papai Noel; olhar para a ledora e não para ele; fazer elogios infantis – que não seriam referidos a outro rapaz de 23 anos; e exacerbando ações ou falas ditas por Jonathan, de modo que a realização de atividades que eram exigidas a qualquer aluno, eram enaltecidas quando se tratava de Jonathan as ter realizado, indicando que, em suma, as pessoas pareciam não esperar que Jonathan fosse capaz de

⁵¹ Nesse período, Jonathan decidiu atualizar seu RG, pois até então constava "não alfabetizado" em seu documento. Cabe aqui refletirmos: que significa um adulto, estudante do Ensino Superior, ter um documento com tal descrição? Foi a partir dessa problematização que, pela primeira vez, Jonathan assina um documento e torna sua assinatura oficial. Com o suporte da equipe do PEE, Jonathan ficou meses criando e treinando sua assinatura e no dia de fazer seu RG um membro da equipe do PEE estava junto com ele.

realizá-las. Alguns professores explicavam o conteúdo para as ledoras e não para ele; faziam perguntas para as ledoras e não para ele”, ou seja, [subestimando] sua capacidade.

A equipe afirma, ainda, que essa “trajetória de ‘sempre ter alguém falando por ele’, pensando por ele, contribuiu para que pouco desenvolvesse diálogos e conversas com as pessoas com quem convive. Basicamente, tudo que conversa com os colegas é sobre a disciplina, se está difícil, se o professor é legal, se a nota foi boa. Aparentemente há pouca empatia, lhe parecendo não se importar com informações pessoais, trajetórias de vida, ou algo que construa um vínculo. No entanto, as relações rasas que estabelece, parecem representar muito para ele. De forma ingênua, cita pessoas com quem conversou nos corredores brevemente como sendo [seus] melhores amigos, inclusive sugerindo convidá-los a passar o natal em sua casa ou citando-os em seus trabalhos e diálogos”. A equipe afirma que os colegas da classe relataram que possuem receio de se aproximar de Jonathan, pois “souberam que ele já processou algumas pessoas”. Assim, evitam fazer cobranças, mesmo quando necessário (Ex: quando ele não coopera com o grupo na apresentação de algum trabalho).

A equipe relata que “diante desse contexto, passamos a instigar o acadêmico a almoçar na universidade, de forma a ampliar suas relações” para que pudesse amadurecer. Dessa forma, durante três vezes por semana ele almoça com a equipe no Restaurante Popular que fica localizado dentro do

campus e a rotina do setor [PEE] foi adaptada para que pudessem atendê-lo no contraturno: no treinamento da leitura, no conhecimento sobre regras gramaticais, na leitura de textos, na transcrição de atividades etc.

Jonathan almoça com o auxílio de um estagiário⁵² que o alimenta e escova seus dentes após o almoço e, em seguida, ele é levado à maca para descansar até o momento do retorno de seus estudos. A equipe afirma, ainda, que apesar de todo dia ser estimulado à leitura, o aluno continua limitando-se a esperar alguém que leia para ele. Mesmo nos corredores, ou em outros ambientes, não há interesse do aluno em ler as informações que estejam ao seu redor, sejam placas com informações ou cartazes de campanhas (visíveis ao seu grau de miopia). Mesmo que os slides apresentados em sala sejam grandes, [ele não os percebe] se não houver alguém que peça - “Jonathan, leia o que está escrito”. A equipe afirmava, ainda, em 2016, que embora sempre tenha alertado sobre a fragilidade e lentidão na leitura, o aluno “parece não visualizar suas dificuldades”. Jonathan parece não perceber suas dificuldades e não as percebendo, parece não vivenciar o sentimento ou a consciência da deficiência que - segundo Vigotski fundamentado em Adler - surge no indivíduo por causa do defeito e converte-se na principal força motriz do seu desenvolvimento psíquico e, ainda, ter a percepção da

⁵² Jonathan é levado até o *buffet* onde ele escolhe o que deseja comer e a quantidade que deseja servir; após, escolhe onde sentar. É a partir dessas pequenas decisões que sua vontade é respeitada e Jonathan é considerado sujeito ativo da sua própria vida.

valoração de sua posição social (VIGOTSKI, 2019). Para Vigotski (2019)

A supercompensação, “ao desenvolver os fenômenos psíquicos de pressentimento e previsão, assim como seus fatores que atuam à maneira de memória, intuição, atenção, sensibilidade, interesse, em resumo, todos os momentos psíquicos em um grau intensificado” (ADLER, 1926, p. 11), conduz à formação de uma consciência de supersaúde no organismo enfermo, à formação da supersuficiência proveniente da insuficiência, à transformação do defeito em talento, capacidade e inteligência. (p. 71).

Um exemplo disso é que desde o começo, quando foram iniciados os exercícios de leitura com o acadêmico, ele cogitava em ler na sala de aula para os colegas, mas era sempre alertado de que havia a necessidade de ler mais, evitando que passasse qualquer constrangimento. No entanto, no último trabalho avaliativo de sociologia do ano de 2016, Jonathan não estudou o conteúdo e, sem organizar ou avisar a transcritora/ledora, pediu para colocar a folha na sua frente para que pudesse ler. Com dificuldade conseguiu ler apenas duas palavras, de forma silábica e, com o constrangimento que sofreu, passou a inventar dados para concluir a apresentação”.

Com esse fato, ressalta-se a importância de se trabalhar exaustivamente a leitura e a escrita em toda a trajetória escolar dos alunos com história de deficiência intelectual e com todos aqueles que apresentam dificuldades em ler e escrever (não apenas trabalhando com os conteúdos na oralidade), pois ao longo do processo de escolarização eles receberão,

inexoravelmente, demandas por ler e escrever, inclusive, muitas vezes, em público.

A equipe realizou mudanças no espaço físico do PEE, posicionando um aparelho multimídia na parede para os momentos em que são realizados os apoios, ou seja, o AEE que é realizado com o aluno. Assim, “tudo que está na tela do computador passa a ser mostrado na parede para que ele possa reconhecer todo o processo, todos os mecanismos do computador. Essa metodologia evidenciou outras fragilidades. Apesar de discorrer oralmente sobre palavras e expressões relativos ao uso da tecnologia, como “e-mail”, “sites”, por exemplo, ele não sabe indicar como fazer para operacionalizar o acesso a essa tecnologia, nem sequer conhece símbolos ou palavras que sempre pronunciou. Exemplo: nunca tinha visto o símbolo @ do seu e-mail, não conseguia ler a página inicial do site de buscas *Google* ou soletrar o nome do serviço de correio eletrônico gratuito “Hotmail”.

Dessa forma, “mesmo muito lentamente, passaram a fazê-lo visualizar seu e-mail, achar itens lidos e não lidos, ler seus e-mails sozinho e ditá-los [para a transcritora/ledora] quando quisesse respondê-los”. Assim, relata a equipe, “mesmo que lento, esse processo tem responsabilizado o acadêmico, pois antes, tudo que falhava sempre culpabilizava alguém por não ter conseguido fazer”. Segundo Jonathan, durante toda a sua vida escolar os professores não lhe exigiram essas habilidades, sempre fizeram por ele e não o tratavam de forma correspondente à idade que possuía.

A equipe relata que “uma das situações que marcam precisamente a tutela, inclusive intelectual, que sofre de

todos, ocorreu na greve⁵³. Nesse processo de reconhecê-lo como sujeito, informamos antecipadamente que o PEE não poderia atendê-lo em determinada data devido à paralisação geral dos servidores públicos, deixando que o acadêmico organizasse estratégias para sanar o fato de não ter um acompanhante em sala. Entre as alternativas, achou conveniente combinar com um colega de sala, que este ficaria do seu lado, lhe daria água e ergueria da cadeira; e nos dias seguintes daria a matéria para que as transcritoras/ledoras copiassem em seu caderno. No entanto, apesar de todos os combinados, estes não foram respeitados e, embora as transcritoras/ledoras tivessem aderido à paralisação, elas foram responsabilizadas pela família por não estarem presencialmente na sala de aula. Dessa forma, tudo aquilo que Jonathan, na sua autonomia havia combinado, não foi feito, o que anula, portanto, essa autonomia.

Segundo a equipe, nesse mesmo dia aproveitou-se a oportunidade para esclarecer a família sobre a necessidade de fortalecimento da autonomia de Jonathan, pois segundo ela, estava-se exigindo demais de Jonathan e não se deveria exigir tanto, pois ele seria deficiente intelectual. Como exemplo, segundo a família, Jonathan não sabia onde estava localizado o conteúdo que cairia na prova e que “exigimos [a equipe do PEE] que ele lembre de tudo, sendo que não consegue lembrar de todos os compromissos que tem. Explicamos que essa é uma postura que decidimos ter para contribuir com

⁵³ A equipe explicou que foi uma das paralisações que ocorreram na universidade, naquele período (2016).

seu desenvolvimento e que não precisaria lembrar de tudo, mas apenas pedir para escrevermos na agenda, como faz qualquer outra pessoa”. Assim, foi combinado com Jonathan para “que nos diga para escrever na agenda tudo o que julgar necessário” e que colocaremos um lembrete tipo *post-it* na página do dia do compromisso, em que cada cor designa um tipo de compromisso.

A equipe afirma que o computador que foi disponibilizado ao aluno “teve o teclado modificado para (quem sabe) possibilitar maior autonomia do acadêmico. Instalamos *software* de leitura – com instruções de uso pregadas ao computador; salvamos todos os textos gravados em pasta nominal; adaptamos o vídeo em fundo preto e ícones grandes. Passou por testes de funcionamento; do manuseio do acadêmico no teclado virtual, mouse nas teclas, etc. Lentamente, o acadêmico conseguia fazer uso de poucas teclas, que bastavam para indicar na tela a linha que gostaria que o programa lesse. A mãe do acadêmico também foi instruída para manusear os comandos do computador. No dia 08/11/2016 o acadêmico levou o computador para casa, porém utilizou pouquíssimas vezes (nem para leitura) e, atualmente não está utilizando por que, segundo ele, uma tecla estragou, porém nos comunicou somente em fevereiro de 2017. Refere também que não há internet no computador cedido, embora tenhamos sugerido algumas possibilidades (como a mãe⁵⁴ utilizar

⁵⁴ Além de Jonathan, sua mãe tem um filho com Síndrome de Down que também demanda uma atenção diferenciada, sobrando-lhe,

o computador pessoal do pai para acessar o e-mail e arquivos e salvá-los em pendrive)”.

Segundo a equipe, “percebemos que em casa Jonathan não tem treinado a leitura - incluindo no período da greve e nas férias” e que têm aumentado suas dificuldades na escrita e na formulação das frases “quando nos dita nos momentos de avaliação e, por consequência, tem aumentado o nervosismo durante as atividades avaliativas. Seguidamente explicamos a ele que enquanto acadêmico necessita melhorar a escrita, aumentar o vocabulário da linguagem culta, a importância da leitura para que tenha autonomia, entre outros; inclusive, que o tempo que reserva para o estudo não é suficiente, diante da lentidão de todo o processo”. A equipe afirma, também, que “desde o início frisamos a necessidade” de o aluno procurar aulas particulares de português e gramática, pois sem isso não conseguiria prosseguir no conteúdo, mas ainda nada fizeram. Desta forma, sugerimos que no próximo ano letivo [2018] reduza a quantidade de disciplinas para que possa dedicar um tempo maior para os estudos e evitar que os trabalhos sejam entregues incompletos e com atraso – como vem ocorrendo com frequência”.

A equipe afirma que acredita ser importante que o aluno “tenha acesso e participe de grupos de estudos, seminários, encontros, fóruns”, inclusive em outros locais que não o campus Toledo, como no campus de Cascavel e de Marechal Cândido Rondon, sendo que o transporte era providenciado pela Unioeste e profissionais do PEE

provavelmente, pouco tempo para ajudar Jonathan em suas atividades escolares.

(uma professora de AEE e um estagiário) o acompanhavam; participou, ainda, de eventos na câmara de vereadores, na Universidade Paranaense (UNIPAR) e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Toledo, pois além de despertar o interesse do aluno para conhecimentos que nem sempre são abordados em aula, essa participação seria importante para “sua construção social, opinativa e acadêmica”. A equipe do PEE relata perceber que logo que Jonathan ingressou na universidade, ele não conhecia a fundo a trajetória de luta das pessoas com deficiência e de “outros movimentos sociais, sendo vulnerável ao senso comum” o que o deixava à mercê da “reprodução de opiniões alheias, inclusive daquelas que desmobilizam os movimentos [sociais]”. No entanto, depois que começou a ter a vivência acadêmica de seu curso, o qual traz toda uma formação para a compreensão das questões sociais, e da participação ativa nos próprios movimentos de e sobre pessoas com deficiência e suas lutas para a conquista de seus direitos constitucionais à educação e a uma vida com dignidade, e nas ações na universidade, Jonathan passou a refletir sobre essas questões.

A seguir, será relatada a avaliação⁵⁵ de uma disciplina de seu curso [Oficina de Formação Profissional em Serviço Social]

“Responda em texto dissertativo, ou seja, com introdução, desenvolvimento e considerações finais/conclusão, quais foram os conteúdos, (basear-se

⁵⁵ Optou-se por transcrever o texto avaliativo do aluno em itálico, lembrando que, segundo a transcritora “a pontuação, as palavras e os parágrafos são conforme a determinação do acadêmico”.

em três textos/autores), que mudaram sua compreensão de homem, mundo e sociedade que rebatem no Serviço Social”.

O texto abaixo foi elaborado [mentalmente]⁵⁶ pelo aluno e ditado para a transcritora/ledora, que o transcreveu.

Por isso o [Curso] trabalha com Gramsci com Max Weber e Durkheim alguns desses autores porque eles defendem as bases de fundamentação teórica do [Curso], durante esse ano com os ensinamentos desses autores podemos aprender como devemos atuar em nossa profissão de seriação sociais, com eles aprendemos os caminhos que temos que seguir se quisermos ser um bom profissional o caminho da ética e do respeito pelo usuário, seguir o caminho, da justiça e da igualdade social na busca sempre pelo direito dos trabalhadores.

É necessário que não cometamos o erro da falta de ética por que segundo os autores estudados que são: Max Weber Gramsci temos de manter uma só posição, e é isso também, nos ensina a teoria da profissão do [Curso] e que nos leva a assumir, posição de defesa da classe trabalhadora, a ética deve ser um princípio praticado com ou sem a presença de outras pessoas, a ética é o princípio indissolúvel. Esse princípio indissolúvel baseia-se no princípio da ética mas como aprendemos nas aulas ética é uma condição do ser você pode aprender a ser ético, o que podemos ou não fazer e mais do que isso o que nós devemos agir corretamente sempre tendo como prioridade o respeito à lei e aos usuários porque sem usuário sem as expressões da questão social a nossa profissão não teria razão de existir, a nossa profissão é basicamente tentar minimizar as expressões da questão social.

De respeito com o usuário que busca seus direitos na profissão de Serviço Social, e nisso está baseado um dos fundamentos da profissão que é garantir e ampliar direitos. E é por isso, que o direito é tão importante porque é ele que nos dá as armas para garantir e preservar os direitos da classe trabalhadora, é o direito é a constituição que possibilita a busca incessante dos direitos dos trabalhadores.

⁵⁶ Enquanto elaborava mentalmente o texto, Jonathan ia verbalizando em voz alta.

A busca incessante do direito do trabalhador não deve nunca ultrapassar as leis que regem nosso país os direitos do trabalhador, devem sempre ser a nossa principal prioridade, porque segundo a teoria da felicidade que é definida, pelo livro Ética de Nicômaco a felicidade deve ser um dos objetivos, perseguidos por nós seres humanos para alcançarmos esse objetivo, as instituições devem funcionar adequadamente cada uma em sua função, como diz a teoria funcionalista compara as instituições sociais a órgãos do corpo humano, que funcionam organizadamente cada um cumprindo a função para que foi designada como as instituições sociais, funcionam da mesma maneira cada uma cumpre a função para que foi designada mas, se quer enfatizar o que se diz que se deve manter uma só posição porque manter uma só posição garante a defesa dos trabalhadores, e dos seus direitos e é uma das principais prerrogativas da nossa profissão garantir e ampliar direitos já conquistados pelos trabalhadores.

Conclusão

Esse ano tivemos várias experiências que nos enriqueceram academicamente e também como ser humanos além de no futuro nos tornarmos um bom profissional agora levamos para a vida uma boa bagagem de conhecimento o que no futuro irá nos enriquecer como profissionais, e nos dará bagagem para termos uma boa atuação como profissionais que um dia seremos. Esse primeiro ano de curso nos ensinou basicamente a termos disciplina pois, sem disciplina não seremos bons profissionais, os professores contribuíram com a nossa formação profissional sem nenhuma dúvida mas também com a nossa formação de bom (sic) seres humanos, e isso se refletirá na nossa formação profissional quando nos tornarmos bons profissionais com certeza vamos nos lembrar de cada pessoa que nos ajudou em nossa formação profissional.

Breve análise linguística do texto

Ressalta-se, que a questão da elaboração dos textos por pessoas com deficiência - especialmente as que apresentam deficiências físicas que limitam a possibilidade do registro escrito e as pessoas cegas -

ainda parecem não ter uma regulamentação quanto aos procedimentos para que o(a) transcritor(a) faça o registro do texto ditado pela pessoa com deficiência, seja numa sala de aula, num exame vestibular ou num concurso público.

Dessa forma, talvez, essas situações estejam sendo resolvidas de diferentes formas, mas, basicamente, seria assim: quando um aluno “dita” um texto, ele deve ser avisado no início de sua elaboração que sempre deverá dizer os acentos que as palavras têm e a colocação adequada da pontuação, pois se não o fizer, as palavras não serão acentuadas pela transcritora e a pontuação não será marcada/colocada. Se for um texto com mais de um parágrafo (portanto, um texto longo para alunos com deficiências físicas que se cansam facilmente, por exemplo), o aluno deve ser lembrado várias vezes sobre essa questão para que não esqueça de acentuar as palavras e de colocar os sinais de pontuação em seus devidos lugares nas frases, quando necessário. Lembrar sempre que a redação é do aluno.

Portanto, ele é responsável por toda sua estrutura, desde os aspectos de sua escrita, como do seu significado. Na Unioeste, quando do concurso vestibular, os fiscais de prova - cuja função exercida nas bancas especiais do vestibular que atendem as pessoas com deficiência, é a de Transcritor/Ledor - recebem as seguintes orientações: - A redação é redigida pelo transcritor/ledor no rascunho; - Quando concluída, o transcritor/ledor faz a leitura da redação para o candidato; Em o candidato considerando que se faz necessária alguma mudança na estrutura geral da

redação como, por exemplo, na pontuação ou na escrita de alguma palavra, esta(s) mudança(s) é(são) realizada(s), lembrando que também se deve perguntar ao candidato sobre a escrita de determinada palavra quanto à sua ortografia se houver dúvida sobre a forma como o candidato escreveria essa palavra. Importante considerar que, seja numa prova ou em outro momento avaliativo, o texto/redação final deve ser escrito estritamente com o aval do aluno/candidato.

O texto/prova elaborado mentalmente e “ditado” por Jonathan para a transcritora/ledora, apresenta dificuldades de pontuação e de organização das ideias nas frases e há dúvidas quanto à acentuação. Importante ressaltar que a acentuação do texto produzido por Jonathan, foi toda realizada pela transcritora, não tendo sido “ditada” pelo aluno em nenhum momento de sua produção textual. Essa é uma informação muito importante para refletir sobre o processo de escolarização dos alunos da educação básica (especialmente aqueles que apresentam deficiência), cujos quais, muitas vezes, chegam ao ensino superior com enormes defasagens na apropriação de conhecimentos básicos nas diferentes áreas do conhecimento, inclusive, em português e matemática. Nesse sentido, ressalta-se a fala da transcritora que acompanhava Jonathan nos apoios pedagógicos realizados em contraturno, quando ela afirma: “Foi realizada [a acentuação do texto da prova “ditado” por Jonathan para a transcritora], porque o aluno não tinha o conhecimento acerca da acentuação, se tivesse que dizer qual acento e onde acentuar toda vez que usasse

uma palavra que tem acento, iria precisar de mais tempo para a realização da prova e, provavelmente, iria fazer de forma errada. A acentuação das palavras e demais normas da gramática, assim como a estrutura de um texto, eram estudadas com/por Jonathan no período de contraturno, nos momentos de pesquisa e elaboração de seus trabalhos acadêmicos. Referente à pontuação, sempre líamos tal como estava escrito, se não havia ponto ou vírgula fazíamos uma leitura corrida para que ele pudesse perceber a falta da pontuação correta e o quanto interfere na qualidade da produção textual”.

Ao definir acento, Silva (2018) afirma:

Sob a ótica de Câmara Jr (1994), o acento “é uma maior força expiratória, ou intensidade de emissão, da vogal de uma sílaba em contraste com as demais vogais silábicas” [...] essa maior força expiratória tem a possibilidade de incidir “na última, penúltima, antepenúltima, ou mais raramente, quarta última sílaba de um vocábulo fonológico”. (CÂMARA JR, 1994, p. 63)”. (SILVA, 2018, p. 23, destaques dos autores).

Segundo Silva (2018, p. 26), ainda de acordo com Câmara Jr (1994) “[...] o acento é livre, previamente marcado no próprio léxico da língua, portanto, desprovido de regras que determinem sua posição. É a sílaba, ‘estrutura fonêmica fundamental’, que recebe o acento tônico [...]”. (SILVA, 2018, p. 23). Com relação à definição de sinais de pontuação, Almeida e Fonseca (2017) afirmam: “[...] os sinais de pontuação são uma

forma de representar variações prosódicas⁵⁷ da fala (CAGLIARI,1989; PACHECO, 2003; 2006; e LEITE, 2012)”. (p. 1).

Ressalta-se que, numa produção de texto, a pessoa que o está produzindo/elaborando vai registrando os sinais de acentuação tônica das palavras e a pontuação que se deve colocar no texto para, no caso da pontuação, garantir a coesão e a coerência interna do texto, bem como os efeitos de sentidos dos enunciados. No entanto, há aquelas pessoas que, por variados motivos, como, por exemplo - o caso de Jonathan que apresenta deficiência física acentuada que compromete também, sua fala, sua oralidade - a forma de escrever as palavras, os textos, a questão de registrar os sinais de acentuação e de pontuação, torna-se bem mais complexa. Ou seja, Jonathan apresenta enormes dificuldades para articular os fonemas, as sílabas, as palavras, parecendo não ter, assim, a pronúncia das palavras como referência para escrevê-las e nem, tampouco, a imagem mental de sua forma (orto)gráfica para escrevê-las.

Nesse sentido, apoiadas em Cagliari (2002), Cezar e Morais (s/d, p. 2) afirmam que durante a produção de um texto, os alunos se deparam com palavras cuja grafia eles desconhecem e, para alcançar a forma ortográfica correta, utilizam-se de diferentes recursos, tomando por base, geralmente, a forma como as palavras são pronunciadas. Afirmam, então, que “[...] embora as

⁵⁷ “[Do gr. *prosodia*, ‘acento que se põe sobre as vogais’, pelo lat. *prosodia*.] S. f. 1. Pronúncia regular das palavras com a devida acentuação. 2. A parte da gramática que estuda as pronúncias das palavras; ortoépia. [...]” (FERREIRA, 1986, p. 1404).

crianças dominem a língua portuguesa em sua modalidade oral, podem não conhecer a forma ortográfica das palavras em sua modalidade escrita". (CEZAR, MORAIS, s/p, p. 2, destaque dos autores). Destaca-se, na afirmação das autoras, que elas estavam se referindo a crianças que, normalmente, dominam a modalidade oral da língua portuguesa, mas nós estamos falando de Jonathan, um jovem estudante do ensino superior que apresenta dificuldades acentuadas para falar, para articular foneticamente as palavras, que também não se encontrava plenamente alfabetizado e que, por consequência, certamente também não dominava a ortografia da língua.

Nesse sentido, então, há que se destacar que Jonathan, ao ter que "ditar" determinada palavra para a transcritora/ledora⁵⁸, deveria refletir sobre a forma gráfica dessa palavra e especificar/nomear todos os elementos não comuns que compõem essa palavra, como por exemplo, no caso da palavra "família": refletir sobre sua acentuação (ou não) em determinada sílaba e qual o acento que deve ser colocado e, no caso da ortografia da língua, se essa palavra deve ser grafada com "li" (em família) ou "lhi" (em familha) (já que, nesse último exemplo, essa forma de pronunciá-la é muito frequente). Embora esse exemplo utilizando a palavra FAMÍLIA seja aleatório, no caso de Jonathan poderia ser perfeitamente plausível que houvesse essa ocorrência de troca, pois ele parecia ter pouca familiaridade com a linguagem escrita e, não se sabia, ainda, se "escrevia" pela rota lexical

⁵⁸ A transcritora/ledora também realiza seu apoio pedagógico no contraturno de seu período regular de aulas na universidade

(quando se pensa na palavra que se vai escrever, imediatamente sua forma gráfica já vem à mente do produtor do texto) o que seria muito mais rápido; ou pela rota fonológica (quando se faz necessário refletir/pensar no que se vai escrever, “dizendo” aquela palavra, ou seja, pronunciando-a baixinho, quase que sussurrando-a – de forma a soletrá-la - para que se tenha a percepção de quais letras serão utilizadas para compô-la).

Quanto aos autores citados por Jonathan no texto da prova que “ditou” à transcritora/ledora – Gramsci, Max Weber e Durkheim – destaca-se que os nomes desses autores foram grafados de forma correta pela transcritora sem que ela perguntasse a Jonathan como deveria grafar o que ele “ditava”, embora ela já soubesse que deveria ter lhe perguntado como escrever cada um daqueles nomes próprios (nomes de pessoas). Ela deveria, inclusive, tê-lo questionado se no início da palavra deveria ser utilizada letra maiúscula ou minúscula. A importância de ele saber como se escreve o nome dos autores, é que ao ter que lê-los num texto, de forma rápida (pela via lexical), ele consiga fazê-lo, ou seja, ele precisa ler/reconhecer esses nomes próprios dos autores - de maneira rápida, numa “passada de olhos” - para que sua leitura seja mais fluente e, conseqüentemente, sua capacidade de raciocinar, de abstrair e interpretar o que ali está escrito possa realmente ocorrer. Essa interpretação de determinada palavra que se está tentando ler, ocorre a partir da capacidade do sujeito de, rapidamente, reconhecer cada signo linguístico/letra, fazer a síntese dessas letras juntando-as de forma a compor a palavra.

Nesse sentido, deve-se observar como ocorre, como se realiza sua leitura. Ela ocorre pela rota lexical ou pela rota fonológica? A hipótese é de que, provavelmente, sua leitura realiza-se pelas duas rotas; por isso, observar em que casos de leitura predomina uma ou outra rota (nas palavras mais simples - do ponto de vista de sua estrutura - provavelmente predomina a rota lexical e, nas palavras mais complexas - do ponto de vista de sua estrutura - predomina a rota fonológica).

Assim, reitera-se que quando o aluno estiver ditando algo para que a transcritora/ledora escreva para ele, é importante que lhe seja perguntado sempre “como se deve escrever” determinada palavra cuja escrita é mais complexa (nomes de autores, palavras com dígrafos (NH, CH, LH, SC, SS, RR, GU, QU), com estruturas silábicas com duas consoantes juntas, como encontros consonantais (BR, PR, TR, PL, BL, CR, etc.). Nesse caso a transcritora/ledora poderia, também, registrar num quadro de giz ou tipo *flip chart*, todos esses nomes próprios, essas palavras “novas” que surgem em suas leituras, para que ele as visualize e possa ir memorizando sua forma (orto)gráfica convencional/correta. Ressalta-se que ela deveria escrevê-las em letra tipo caixa alta (maiúscula de forma), pois esse tipo de letra é de muito mais fácil reconhecimento/leitura para o aluno.

O conteúdo semântico na produção textual

Destaca-se quando Jonathan afirma que os autores (Gramsci, Max Weber e Durkheim) “defendem as bases de fundamentação teórica do curso, demonstrando compreender que os autores mencionados são a base da

fundamentação teórica do curso de graduação que frequenta.

Análise do 1º parágrafo - Destaca-se quando afirma que “com os ensinamentos desses autores” os alunos do curso puderam “aprender como devemos atuar em nossa profissão de Serviço Social, com eles aprendemos os caminhos que temos que seguir se quisermos ser um bom profissional [sem pontuação, o que compromete a fluência de sua ideia] o caminho da ética e do respeito pelo usuário, seguir o caminho, [vírgula colocada de forma inadequada] da justiça e da igualdade social na busca sempre pelo direito dos trabalhadores”. Destaque para sua compreensão de que, com os ensinamentos desses autores, os alunos do curso puderam aprender como devem atuar [na] profissão de Serviço Social, ou seja, ser um profissional que “segue” o caminho da justiça e da igualdade social na busca sempre pelo direito dos trabalhadores, sendo um profissional ético e que respeita o usuário.

Análise do 2º parágrafo - Faz confusão quando afirma que “Esse princípio indissolúvel [Está falando de qual princípio? O da ética ou outro?] baseia-se no princípio da ética”.

Pontuação - Esse princípio indissolúvel baseia-se no princípio da ética mas [falta vírgula] como aprendemos nas aulas [falta vírgula] ética é uma condição do ser [aqui faltou um ponto e vírgula ou um ponto final; sua falta comprometeu a compreensão do texto] você pode aprender a ser ético. Destaque para sua compreensão de que os profissionais formados no curso de Serviço Social devem agir corretamente e sempre com a prioridade do

respeito à lei e aos usuários, porque sem esses usuários, “sem as expressões da questão social” a profissão não teria razão de existir, [tendo em vista que o objetivo da profissão] é basicamente tentar minimizar as expressões da questão social. Não fica claro o que quis dizer com a palavra “expressões” nesse contexto frasal.

Análise do 3º parágrafo - Nesse parágrafo o aluno trata sobre os direitos dos usuários do Curso, e sua redação fica um tanto comprometida por conta da repetição da palavra Direito. Destaque para sua compreensão de que é necessário “garantir e preservar os direitos da classe trabalhadora”.

Análise do 4º parágrafo - Dificuldades de Pontuação que comprometem o significado, as ideias do texto: A busca incessante do direito do trabalhador não deve nunca ultrapassar as leis que regem nosso país [faltou ponto final] os direitos do trabalhador, devem sempre ser a nossa principal prioridade, porque segundo a teoria da felicidade que é definida, pelo livro Ética a Nicômaco, a felicidade deve ser um dos objetivos, [vírgula colocada de forma inadequada] perseguidos por nós seres humanos [faltou ponto final] para alcançarmos esse objetivo, as instituições devem funcionar adequadamente cada uma em sua função, como diz a teoria funcionalista [faltou a palavra “que”] compara as instituições sociais a órgãos do corpo humano, que funcionam organizadamente cada um cumprindo a função que lhe foi designada, como as instituições sociais, [faltou a palavra “que”] funcionam da mesma maneira cada uma cumpre a função que lhe foi designada mas, se quer enfatizar o que se diz que se

deve manter uma só posição porque manter uma só posição garante a defesa dos trabalhadores, e dos seus direitos e é uma das principais prerrogativas da nossa profissão garantir e ampliar direitos já conquistados pelos trabalhadores”. Confusa essa parte do parágrafo em que o aluno fala que se deve manter “uma só posição” porque manter uma só posição garante a defesa dos trabalhadores, e dos seus direitos [...], não ficando claro de que “posição” o aluno está falando.

Análise do 5º parágrafo - Nas Considerações Finais de seu texto dissertativo o aluno fala na primeira pessoa do plural (nós), relatando que no ano de 2017 ele e os colegas tiveram várias experiências que os enriqueceu academicamente e também como seres humanos. Destaca que essas experiências, no futuro, os tornará bons profissionais porque lhes dará uma “boa” bagagem de conhecimento que os enriquecerá como profissionais e lhes permitirá terem uma “boa” atuação como profissionais. Afirma que esse primeiro ano de curso lhes ensinou basicamente a terem disciplina, pois sem disciplina não serão bons profissionais. Afirma, também, que os professores contribuíram com sua formação profissional e com sua formação de bom [a palavra deveria estar no plural] seres humanos, e isso se refletirá na sua formação profissional. Finalmente, afirma que quando se tornarem bons profissionais, com certeza irão se lembrar de cada pessoa que os ajudou em sua formação profissional.

A seguir são relatadas⁵⁹ questões relativas à alfabetização de Jonathan, pela equipe do PEE do campus onde o aluno estuda.

A maior dificuldade do acadêmico são as aulas expositivas, quando os professores passam vídeos com legendas ou qualquer coisa escrita. De início, conforme os laudos oftalmológico e psiquiátrico apresentados, achávamos que o acadêmico possuía baixa visão, portanto, pedimos para que os professores aumentassem [o tamanho das] as letras e usassem o multimídia com maior distância para que a imagem ficasse maior. No entanto, mesmo com a mudança de conduta, independente da letra, o acadêmico continuou a requerer a leitura, em frases curtas e simples, até que percebemos que o acadêmico possui muita dificuldade na leitura. Após tal análise, o acadêmico afirmou que enxerga, mas não sabe ler. Durante os intervalos [das aulas], passamos a fazer pequenos testes para saber qual a dificuldade, que notamos: - só consegue fazer leitura em voz alta; - faz a leitura sílaba; - não reconhece letras cursivas; - não sabe pontuar (em qual situação colocar vírgulas, pontos, pontos de exclamação e interrogação. Ex: atrás do [da palavra] “porque” (sic), independente em qual parte do texto, coloca automaticamente o ponto de interrogação); - não sabe a função do “h”, inclusive do nha, nhe, nhi... ou lha, lhe, lhi...; - o acadêmico relatou que durante o ensino médio sua professora de apoio permanente - PAP fazia a pontuação por ele nas avaliações. Diante de tal dificuldade, explicamos para o acadêmico da importância de saber o que o professor está expondo na aula (no quadro), ou de ler o que o colega escreve. [...] Estamos escrevendo com letra maior no caderno e agenda para que ele tenha autonomia de ler em casa. No entanto, já se passaram algumas semanas e não fez a leitura.

Em 2017, a primeira pesquisadora realizou avaliação da escrita e da leitura de Jonathan, pois desde que ele começou a estudar na Unioeste levantou-se a hipótese de que ele pudesse não estar [plenamente]

⁵⁹ Optou-se por transcrever o relatório sobre a alfabetização do aluno, em itálico.

alfabetizado. A avaliação foi realizada em sua sala de aula, no campus onde estuda, num momento em que não havia aulas na sala. As palavras foram ditadas uma de cada vez.

Palavras Ditadas:

1. CHÁ – escreveu: CHÃ
2. BOI – escreveu: BOI (corretamente)
3. GATO – escreveu: GATO (corretamente)
4. PATO – escreveu: PATO (corretamente)
5. MAMADEIRA – escreveu: MAMADEIRA (corretamente)
6. BORBOLETA – escreveu: BOROLETA
7. ELEFANTE – escreveu: ELELEFTE
8. PARAGUAI – escreveu: PARAQAI
9. FABIÓS (Pseudopalavra⁶⁰) – escreveu: FABISOS

Frases Ditadas:

A MENINA CHUPA BALA. – escreveu: A MENINA XUPA BALA.

Análise da Frase: Grafou a palavra “Chupa” com “X”, o que se caracteriza como uma troca ortográfica. Colocou o ponto final apenas quando perguntado sobre essa necessidade.

A GALINHA COME MILHO. – escreveu: A GLIHNA COME MILHO.

⁶⁰ Segundo Moreira (2009) **pseudopalavras** são [...] construções linguísticas inexistentes na língua e sem entrada no dicionário do idioma, mas que se constitui de estruturas silábicas e combinações de sílabas passíveis de ocorrer na língua, tanto que são pronunciáveis; dessa forma, embora sejam pseudopalavras do ponto de vista semântico (por não ter entrada no dicionário do idioma), seriam palavras do ponto de vista fonológico (MOREIRA, 2009, p. 68).

Análise da Frase: Escreveu de forma inadequada apenas a palavra GALINHA, cujos processos fonológicos foram descritos no Quadro 1.

O PATO NADA NO RIO. – escreveu: O PATO NADA NO RIO (sem o ponto final).

O Quadro 1 apresenta os Processos Fonológicos⁶¹ ou Processos de Simplificação encontrados nas escritas de Jonathan

⁶¹ As análises das palavras foram realizadas a partir dos estudos de Teixeira (1988, 1990, 1991, 2009a, 2009b, apud IACONO, 2014, 2020) sobre Processos Fonológicos.

Quadro 1 – Processos Fonológicos encontrados nas escritas de Jonathan

Palavra	Escrita do Aluno	Processo de Simplificação	Modificações que ocorreram
CHÁ	CHÃ	Alteração Prosódica	1. Troca do acento agudo pelo “til”
BORBOLETA	BOROLETA	1. PME ⁶² - Simplificação (Parcial) da Sílabas Fraca	1. CVC.CV.CV.CV ⁶³ → CVC.V.CV.CV
ELEFANTE	ELELEFTE	1. PS ⁶⁴ - Reduplicação 2. PME - Simplificação da Silábica Tônica 3. PME - Simplificação da Estrutura Silábica	1. Réplica de Sílabas (ELEFANTE → ELELEFTE) 2. V.CV.CVC.CV → V.CV.C.CV 3. V.CV.CVC.CV → V.CV.C.CV
PARAGUAI	PARAQAI	1. PS - Ensurdecimento	1. /g/ - /k/

⁶² PME – Processos Modificadores Estruturais. Segundo Teixeira (2009a, apud IACONO, 2014, p. 91) “esses processos alteram a estrutura prosódico-silábico-lexical. Isto quer dizer que a substituição de traços e/ou segmentos vai afetar as possibilidades combinatórias através das quais o sistema de sons da língua se organiza”.

⁶³A Estrutura da palavra é representada pelas letras: CVC.CV.CV.CV – Consoante Vogal Consoante. Consoante Vogal. Consoante Vogal. Consoante Vogal.

⁶⁴ PSC- Processos Sensíveis ao Contexto. São aqueles em que “as substituições de traços ou segmentos são causadas pela pressão do contexto fonológico próximo, e tornam os elementos da estrutura prosódico-silábico-lexical mais parecidos uns com os outros” (TEIXEIRA, 2009a, apud IACONO, 2014, p. 172).

		2. PME - Simplificação (Parcial) da Sílabla Fraca	2. CV.CV.C <u>S</u> VS → CV.CV.CVS (Elisão da Semivogal de GU)
FABIÓS (Pseudopalavra)	FABISÔS	1. PME - Simplificação da Consoante Final por Metátese ⁶⁵ 2. PME - Ampliação da Estrutura Silábica 3. Alteração Prosódica	1. CV.CV. <u>VC</u> → CV.CV.CVC 2. CV.CV. <u>VC</u> → CV.CV. <u>CVC</u> 3. O aluno havia escrito a palavra sem acento e colocou acento circunflexo sobre a letra "O" apenas quando a avaliadora repetiu a palavra e ele percebeu a sílaba tônica. Anteriormente a avaliadora já o havia alertado de que ele não costumava colocar acentos nas palavras. Então, quando pronunciou a palavra

⁶⁵ A Metátese ocorre quando a Consoante Final se desloca de seu lugar na margem final da sílaba e passa a ocupar a cabeça da sílaba (TEIXEIRA, 1988).

			novamente, ele percebeu a sílaba tônica, mas confundiu o acento agudo (que deveria ter sido colocado), com o acento circunflexo. Constatou-se que o aluno não tem clareza sobre os sinais de acentuação, confundindo-os.
FRASE	Escrita do Aluno	Processo de Simplificação	Modificações que ocorreram
A MENINA CHUPA BALA.	A MENINA <u>X</u> UPA BALA.	1. Troca Ortográfica ⁶⁶ Não ocorreram Processos Fonológicos nas palavras desta frase.	Grafou a palavra “Chupa” com “X”, o que se caracteriza como uma troca ortográfica. Colocou o ponto final apenas quando perguntado sobre essa necessidade.
A GALINHA COME MILHO.	A <u>G</u> L <u>I</u> H <u>N</u> A COME MILHO.	1a PME - Simplificação (Parcial) da Sílaba Fraca 1b PME – Simplificação da Estrutura Silábica	1a <u>C</u> <u>V</u> .CV.CCV → C.CV.CCV 1b <u>C</u> <u>V</u> .CV.CCV → C.CV.CCV

⁶⁶ A Troca Ortográfica não se caracteriza como Processo Fonológico.

		2. PME - Simplificação (Parcial) da Sílabas Fraca por Metátese ⁶⁷	2.CV.CV. <u>CCV</u> → C.CV.CCV
O PATO NADA NO RIO.	O PATO NADA NO RIO (sem o ponto final).	Não ocorreram Processos Fonológicos nas palavras desta frase.	Obs. O aluno não pontuou nenhuma das três frases ditadas, parecendo desconhecer os sinais de pontuação.

⁶⁷ Segundo Teixeira (1988) o termo Metátese também pode ser utilizado “para descrever os casos em que um determinado segmento muda de posição dentro da estrutura da sílaba [...]” (TEIXEIRA, 1988, apud IACONO, 2014, p. 127).

O processo de avaliação das escritas de Jonathan

O momento da avaliação das escritas de Jonathan⁶⁸ também foi usado para trabalhar com as dificuldades apresentadas pelo aluno, tanto as relativas às suas dificuldades de escrita, como aquelas referentes a aspectos gerais de seu comportamento como: insegurança e receio de “passar vergonha” perante os colegas de sala, etc. Percebeu-se, durante o processo de avaliação, que o aluno estava um tanto inseguro, até que ele questionou a avaliadora (a primeira pesquisadora) sobre o porquê de estar realizando aquela avaliação que consistia, naquele momento, apenas em escrever algumas palavras e frases ditadas. Embora tivesse sido explicado ao aluno como a avaliação seria realizada, o que ele realmente queria saber era o motivo de estar fazendo aquele tipo de avaliação. A avaliadora lhe explicou que era para se ter clareza de suas reais dificuldades com relação à escrita e à leitura, para se verificar formas de poder ajudá-lo a aperfeiçoar suas escritas e sua fluência na leitura. Acreditava-se que, na medida em que o aluno fosse exposto a formas intensificadas de leitura, ele fosse assimilando, tanto a forma gráfica, como as estruturas frasais e textuais da língua padrão e, dessa forma, adquirisse mais rapidez e fluência em sua leitura, aperfeiçoando então sua capacidade de compreensão dos textos que lê, já que tem um grande volume de leitura para ler todos os dias.

⁶⁸ A avaliação da escrita foi realizada pela primeira autora desta obra.

Nos momentos em que o aluno escrevia as palavras e lhe era pedido que lesse o que escreveu, a avaliadora aproveitava para lhe mostrar como era a escrita daquela palavra na língua padrão, mostrando-lhe quais foram seus erros/processos fonológicos, a partir da comparação das duas escritas: a palavra na língua padrão e a forma como o aluno a escreveu. A avaliadora, nesses momentos, já ia mostrando ao aluno como escrever aquela palavra e já lhe apresentava as “famílias” silábicas das sílabas que ele havia escrito de forma inadequada. Ex. Escreveu: 1. CHÃ (CHÁ) com “til” ao invés de acento agudo. A avaliadora lhe explicava sobre essa Alteração Prosódica fazendo-o pronunciar a palavra com os dois tipos de tonicidade e quais os tipos de acento que deveria usar para marcar essas diferentes tonicidades. 2. ELEFANTE → ELELEFTE em que repetiu a sílaba “LE”, levando-o a perceber que sempre que escreve algo, ele deve reler para corrigir eventuais erros cometidos por distração/falta de atenção. As demais dificuldades apresentadas pelo aluno nessa palavra foram: a Simplificação da Silábica Tônica (ou seja, a terceira sílaba “FAN”, é a sílaba tônica dessa palavra e ela sofreu um processo de simplificação, em que parte dela foi elidida/suprimida, ficando grafada apenas a letra “F” (o problema ocorreu por falta de atenção? Por distração? Por reais dificuldades do aluno oriundas de seu processo de alfabetização/letramento?). Como consequência desse primeiro processo de Simplificação que incidiu na sílaba, ocorreu o Processo de Simplificação de sua Estrutura Silábica (ou seja, essa terceira sílaba da palavra ELEFANTE que deveria ter 3

(três) letras, ficou com apenas 1 (uma) letra, [o que caracteriza um erro gráfico que ocorreu como consequência de um processo fonológico]. Foi escrita a família silábica “AN, EN, IN, ON, UN”

Foram mostradas ao aluno as sílabas “QUA, QUE, QUI, QUO, QU” e “GUA, GUE, GUI, GO, GU” após ele ler a palavra “PARAGUAI” que havia escrito como “PARAQAI”, levando-o a perceber as trocas de letras (G por Q, num processo de ensurdecimento) na medida em que foram comparadas as duas escritas.

Constatou-se, naquele momento, pela avaliação da avaliadora, que Jonathan realmente não se encontrava plenamente alfabetizado, o que dificultava sua capacidade para ler o volume de textos que tem em seu curso.

Com a constatação de que Jonathan não estava plenamente alfabetizado quando ingressou na universidade e encontrava-se frequentando o Ensino Superior, torna-se inevitável a reflexão sobre seu processo de escolarização, de certificação e de sua terminalidade acadêmica referente aos níveis/etapas que compõem a educação básica⁶⁹, especialmente no Ensino Fundamental porque é nesse nível de ensino que ocorre o processo de alfabetização da maioria dos alunos. Ressalta-se que sua certificação foi acelerada na medida em que ele foi reclassificado quando, na verdade, ele poderia ter permanecido por um **tempo maior** em determinada(s) série(s) do Ensino Fundamental e essa parece ter sido uma decisão tomada pela escola e,

⁶⁹ Pela LDBEN nº 9394/96, os níveis/etapas que compõem a educação básica no Brasil, são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. (BRASIL, 1996).

provavelmente, com anuência do Núcleo Regional de Educação responsável, na estrutura da educação do Paraná, por aquele município.

Levando-se em conta as extremas dificuldades de Jonathan para estudar, apesar de todo o aparato de apoio que vem recebendo do PEE desde que ingressou na universidade e, também, a partir da avaliação desta pesquisadora com relação ao fato de que Jonathan não se encontra plenamente alfabetizado - o que dificulta enormemente sua capacidade para ler o volume de textos que tem em seu curso - é fundamental questionar:

- Por que Jonathan foi reclassificado, provavelmente deixando de cursar anos/séries do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio se ele apresentava dificuldades acentuadas na leitura e na escrita e na matemática⁷⁰?

- Seria porque havia defasagem idade/série? Se houvesse essa defasagem pode-se considerá-la tão significativa a ponto de privar um aluno de apropriar-se dos conhecimentos científicos como, por exemplo, os conteúdos de língua portuguesa e matemática, os quais, conforme preceitua o Art. 32 da LDBEN nº 9394/96 (BRASIL, 1996) são base para novas aprendizagens?

Há algumas questões a serem colocadas quando se trata de casos como o de Jonathan. Por exemplo: - Quanto, do conhecimento científico ensinado, Jonathan

⁷⁰ Conforme já avaliado pela equipe do PEE ao afirmar: “notou-se que o acadêmico possui precária noção de matemática, nas equações mais simples e que, com relação a dinheiro, conhece simbolicamente as notas por cores”, mas “não compreende materialmente o valor das coisas” e, “inclusive, não sabe somar notas e moedas para concluir o troco, por exemplo”.

foi capaz de se apropriar no período em que frequentou a educação básica? Esta é uma pergunta muito difícil de responder, mas ela serve para reflexão sobre a apropriação do conhecimento científico dos alunos com deficiência que não conseguem expressar facilmente seu pensamento e aquilo que querem dizer. Há uma distância angustiante para eles ao processar seu pensamento e a maneira pela qual conseguem expressá-lo. O MEC, ao tratar sobre recursos de acessibilidade, narra sobre o caso de um aluno que, com adaptações tecnológicas hoje consideradas simples, pode começar a trabalhar no computador e aprender a ler e escrever. Segundo o texto (BRASIL, 2006), o aluno conseguiu “[...] pela primeira vez na vida, escrever, desenhar, jogar e realizar diversas atividades que antes lhe eram impossíveis [...]” (p. 55). Dessa forma, “[...] horizontes totalmente novos lhe foram abertos, possibilitando que **sua inteligência, antes aprisionada** em um corpo extremamente limitado, encontrasse novos canais de expressão e desenvolvimento”. (p. 55, grifos nossos).

- Foi realizado algum tipo de adaptação curricular relativa à temporalidade, quando Jonathan estava matriculado no segundo segmento do Ensino Fundamental? A escola que Jonathan frequentava parece ter optado por promovê-lo/aprová-lo (reclassificá-lo) para cursar o Ensino Médio e, por isso, talvez tivesse sido necessário, naquele momento, a intervenção da equipe de Educação Especial do Núcleo Regional de Educação responsável por aquele município para esclarecer o direito de Jonathan a um tempo maior para concluir o Ensino Fundamental e o próprio Ensino

Médio. Teria sido necessário, também, o estabelecimento de um Plano de Atendimento individualizado para o trabalho de AEE de Jonathan na Sala de Recursos Multifuncional que ele deveria ter frequentado quando estava matriculado no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio; - Qual a condição de saúde de Jonathan hoje? - Qual seu prognóstico?; - Qual o futuro profissional de Jonathan? Ao longo de sua trajetória na universidade, muitos professores fizeram esse questionamento em tom de descrença: ele será capaz de exercer a profissão de Assistente Social considerando sua condição física e o comprometimento da fala? Mas, por que não poderia exercer a profissão, na medida em que Jonathan tivesse se apropriado do conhecimento científico necessário para o exercício profissional⁷¹? As barreiras arquitetônicas no ambiente

⁷¹ A equipe do PEE incentivou Jonathan a fazer um concurso público no município onde reside para testar seus conhecimentos. Ele relata: “Vendi tapetes de crochê que minha mãe confeccionou para pagar a inscrição. A minha professora de apoio me ajudou a preencher a inscrição e descreveu que eu precisaria de ledora, transcritora, sala exclusiva e tempo adicional. Alguns dias antes do concurso solicitaram que eu fosse até a prefeitura para explicar a minha necessidade. Expliquei para a médica do trabalho, só depois ela foi ver que eu já tinha escrito quais eram minhas necessidades para a realização da prova, e disse que eu não precisaria ter ido pessoalmente. Acho que foi proposital [que me chamaram] para confirmarem que eu tenho uma deficiência. No dia da prova, quando cheguei, não tinha ledora, só transcritora. Negaram que eu tinha solicitado ledora e negaram o tempo adicional, meu direito foi negado e não consegui concluir a prova. A transcritora e a fiscal da prova leram a prova para mim. Meu amigo descobriu a empresa que estava realizando o concurso e eu solicitei que eu pudesse terminar de realizar a prova, mas o pedido foi negado. Não fui classificado”.

de trabalho não podem ser impeditivas para seu futuro exercício profissional.

Ressalta-se que, no início de sua trajetória acadêmica na Unioeste, Jonathan constantemente elaborava memorandos junto com a equipe do PEE solicitando à direção do campus melhorias na universidade referentes à sua acessibilidade, sendo que uma das demandas urgentes era a cobertura do local onde ele descia do carro que o transportava até a universidade nos dias de chuva, a qual só foi realizada apenas no ano de 2020.

Ressalta-se, ainda, as barreiras atitudinais⁷² em relação a Jonathan e que devem ser enfrentadas com a finalidade de que possam ser superadas; - Quais as necessidades especiais a serem ainda atendidas para que Jonathan consiga concluir o curso de Serviço Social?; Qual o papel da universidade, especialmente durante os períodos de estágio de Jonathan, com relação à sua formação para o exercício da profissão?; Ressalta-se o fato de que alguns professores problematizam o fato de Jonathan precisar do professor de AEE a seu lado durante o estágio, pois o código de ética do curso de graduação que frequenta, ressalta a importância do sigilo durante o atendimento com o usuário. Assim,

⁷² Segundo a Lei Brasileira de Inclusão - LBI nº 13.146/2015 [...] Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: [...] e) **barreiras atitudinais**: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).

havia a cogitação de que o professor de AEE poderia até interferir nesse protocolo de conduta ética. Essa é uma questão que ainda necessita de uma conversação entre o PEE e o colegiado do curso que Jonathan frequenta e, se necessário, de outras instâncias da universidade, pois é inegável o direito de Jonathan de receber AEE do professor especializado em Educação Especial o qual, para isso, precisa estar a seu lado durante o estágio, mesmo que o código de ética do curso de graduação que frequenta, pressuponha sigilo durante o atendimento ao usuário. Faz-se necessário ressaltar que o professor de AEE também é um professor e, como tal, deve se comprometer com o sigilo necessário no momento em que acompanha Jonathan no atendimento a um usuário do Serviço Social. Mas, certamente, há que haver, ainda, muita conversação sobre essa questão.

- Quais os desafios da universidade na conscientização do mercado de trabalho no tocante à inclusão de Jonathan? Esta é uma questão importante e que remete e tem relação com a anteriormente discutida, pois trata-se do que está previsto na Lei Brasileira de Inclusão - LBI nº 13.146/2015, na

Seção III, Da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho

- Art. 37 Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho. [...] II - provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva,

de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho; [...] (BRASIL, 2015, grifos nossos).

Observa-se que a LBI nº 13.136/2015 prevê, no ambiente de trabalho, a provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência como, por exemplo, que haja um **agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho** para auxiliar/apoiar a pessoa com deficiência em seu local de atuação profissional. Assim, quando Jonathan se formar e for exercer a profissão de Assistente Social, ele poderá contar com esse profissional de apoio em seu ambiente de trabalho. Dessa forma, a LBI nº 13.136/2015 parece já responder a questão posta por alguns professores de seu curso sobre a questão ética referente à presença do professor de AEE estar a seu lado nos momentos do estágio. Ou seja, se a LBI nº 13.136/2015 prevê a possibilidade de um agente de apoio no ambiente de trabalho, parece lógico que Jonathan poderia contar com o professor de AEE nos estágios.

A deficiência física e as condições de saúde que Jonathan apresenta, certamente são fatores bastante limitantes e que, provavelmente, impedem sua participação mais intensa nas aulas, nas atividades de estudo quando recebe AEE e na vivência no cotidiano da universidade. Nesse sentido, Almeida (2012) explica que,

[...] a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF é descrita como tendo a sua gênese na condição de saúde (distúrbio ou doença) que dá origem a impedimentos das funções e estruturas do corpo, na limitação de atividades e participação restrita nos contextos pessoais e ambientais (p. 53).

Ainda segundo Almeida (2012) fundamentada em Hahn e Hegamin (2001) e Rioux (1997)

esses fatores orgânicos e sociais dão origem a limitações funcionais que vão refletir numa incapacidade ou restrição em ambos, funcionamento pessoal e desempenho de papéis e tarefas esperadas por um indivíduo no ambiente social (p. 53).

A partir das afirmações de Almeida (2012), faz-se necessário refletir sobre as possibilidades para que Jonathan possa realizar seu processo de compensação psíquica tendo em vista que em determinadas situações de sua trajetória acadêmica na universidade, apresentou manifestações até de infantilidade e ingenuidade; que houve falta de vivência social e, inclusive, que pode ter havido superproteção por parte dos pais. Também o fato de, em seu processo de escolarização não ter recebido uma educação especial que tivesse sido realizada visando à sua autonomia, pode continuar a se constituir como obstáculos a esse processo de compensação. Na verdade, o que parece ter ocorrido foi que Jonathan recebeu uma educação especial que não se preocupou com o aligeiramento de seu processo de escolarização e que parece ter facilitado esse processo ao invés de, como afirma Vigotski, contribuir para permitir que o aluno pudesse ter consciência de sua condição com relação à deficiência, para poder avançar no processo de compensação psíquica.

Nesse sentido, mesmo em se considerando que Jonathan não apresenta deficiência intelectual - apesar de seu histórico de encaminhamento para classe especial - ao colocar o desafio de uma Educação

Especial voltada aos alunos com deficiência intelectual que seja realizada na direção do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, Vigotski vai demonstrar que a questão da supercompensação psíquica para as pessoas com deficiência intelectual é mais complexa. Para o autor (1997),

[...] nas crianças com retardo mental se observa um aumento da autovalorização. Se a esta criança se propõe que haja uma valorização comparativa de si mesma, de seus companheiros e do professor, resultará que a criança submetida à prova manifestará a tendência a considerar-se a mais inteligente. Ela não reconhecerá seu atraso; devido à autovalorização elevada, o desenvolvimento dos processos compensatórios se dificulta, senão se reduz a zero, porque a criança retardada mental está satisfeita consigo mesma, não nota sua deficiência e, portanto, não experimenta a vivência penosa do sentimento de inferioridade, o qual, em algumas crianças, constitui a base da formação de seus processos compensatórios (VIGOTSKI, 1997, p. 106).

De acordo com Vigotski (1997), a questão da não consciência da criança com deficiência intelectual quanto a sua condição e das consequências disso para o convívio no grupo social, assume um caráter que dificulta, ou até impede as possibilidades de compensação. Nesse sentido, embora Jonathan não deva ser considerado pessoa com deficiência intelectual, percebe-se dificuldades para ele realizar a compensação psíquica, pela sua vivência sócio-cultural com restrições. No entanto, por tudo que vem experimentando nesses últimos anos ao vivenciar a vida acadêmica numa instituição de ensino superior, certamente vem caminhando na direção do avanço nesse processo.

Assim, a partir dos estudos realizados nesta obra, faz-se necessário que reflitamos sobre as seguintes questões: - É possível um aluno, após a conclusão da educação básica não estar plenamente alfabetizado, mas conhecer o conteúdo acadêmico trabalhado em determinadas disciplinas/componentes curriculares, ter se apropriado do conhecimento científico apenas por meio das aulas expositivas orais dos professores e pela leitura feita pelos profissionais de apoio que o acompanharam na sala de aula regular e nos atendimentos de apoio realizados em contraturno? - É possível a um aluno do ensino superior - após a conclusão da educação básica e não estando plenamente alfabetizado e tendo se apropriado do conteúdo acadêmico apenas parcialmente - se apropriar do conhecimento científico de seu curso de graduação, conhecimento este muito mais complexo do que o da educação básica? - É possível que essa apropriação do conhecimento científico se efetive apenas por meio das aulas expositivas orais dos professores e pela leitura feita pelos profissionais de apoio que o acompanham na sala de aula comum e nos atendimentos de apoio realizados em contraturno?

Esse parece ter sido o caso de Jonathan, pois em seu processo de escolarização sua linguagem expressiva parece ter se realizado sempre sob a forma de oralidade (não se exigindo que registrasse as palavras por escrito), pois ele parece conhecer as palavras e seus significados, mas se as vir escritas, provavelmente não saberá ou terá dificuldades para decodificá-las/lê-las. Ou seja, ele parece ter sido habituado a responder tudo oralmente e a não ter

necessidade nem de ler e nem de escrever. Dessa forma, chega ao Ensino Superior como alguém não alfabetizado ou, talvez, como um analfabeto funcional.

Assim, independente da resposta à pergunta inicial, é necessário ressaltar a importância de se trabalhar exaustivamente a leitura e a escrita com os alunos que apresentam deficiência (especialmente aqueles com história de deficiência intelectual) em toda a sua trajetória escolar (E não apenas trabalhar com os conteúdos na oralidade!), pois ao longo do processo de escolarização e em eventual inserção no mercado de trabalho, eles receberão, inexoravelmente, demandas por ler e escrever.

Relato da entrevista com uma transcritora/ledora que atendeu Jonathan em 2016-2017

Entendemos que era necessária a elaboração de um questionário destinado às profissionais denominadas Técnicas em Assuntos Universitários - TAU⁷³ que trabalharam no PEE no atendimento a Jonathan na função de transcritoras/ledoras, para garantir a sua permanência no Ensino Superior. As perguntas elaboradas têm o objetivo de: 1) conhecer o trabalho que o PEE realizou junto a Jonathan com relação às adaptações curriculares, tendo em vista suas necessidades educacionais especiais; 2) identificar as dificuldades de Jonathan em termos de ensino e

⁷³ Apenas uma Técnica em Assuntos Universitários - TAU - respondeu o questionário.

aprendizado e compreender como essas dificuldades eram trabalhadas no atendimento educacional especializado (AEE); 4) conhecer as habilidades de Jonathan; 5) verificar como ocorria a organização do atendimento educacional especializado (AEE) com esse aluno e quais elementos eram considerados na elaboração do plano de ensino; 6) compreender como era realizado o trabalho colaborativo entre os professores do curso de Serviço Social, a TAU e a direção do Campus; 7) verificar quais ações o PEE realizava para a promoção de uma universidade inclusiva.

A pergunta número um do questionário refere-se às adaptações que o PEE realizou para o acadêmico Jonathan entre 2016 e 2017, tendo em vista suas necessidades educacionais especiais decorrentes da deficiência física. Segundo o relato da Transcritora/Ledora, o PEE realizava: *“adaptação do material conforme observações familiares sobre a baixa visão [apresentada por Jonathan]: o material era transcrito e ou editado em fonte maior; audiobook; disponibilidade de profissional leitor para acompanhar a leitura, escrever e/ou ler para o acadêmico”*. A pergunta número dois é sobre se o acadêmico apresentava dificuldades em termos de ensino e aprendizado, se sim, quais eram as principais dificuldades e como elas eram trabalhadas? A Transcritora/Ledora respondeu: *“Sim. Embora ele tenha iniciado na instituição com o relato de baixa visão, ao longo do curso fez exames e identificou-se inexistência de baixa visão, apenas miopia. A partir dos acompanhamentos observou-se que o acadêmico tinha pouco desenvolvimento na leitura, não reconhecendo sequer termos orientadores da vida cotidiana,*

como: *banheiro masculino; secretaria acadêmica... A partir disso refletiu-se sobre o papel de tutela da família, dos profissionais e da comunidade ao longo da vida do Jonathan, que prejudicou desenvolver sua autonomia*".

A pergunta número três é sobre as habilidades em que Jonathan se destacava, considerando o período que a Transcritora/Ledora trabalhou com ele. Para essa profissional, ele se destacava em duas habilidades: *"Memória, argumentação - sabe explicar sua opinião de forma política e elaborada"*.

A pergunta número quatro questiona como ocorria a organização do trabalho de atendimento educacional especializado (AEE) com Jonathan, e quais elementos eram considerados na elaboração do plano de ensino desse acadêmico. A profissional afirma que: *"Havia articulação com os professores, que sinalizavam dificuldades e prioridades com relação ao conteúdo. A mãe também tinha acesso e trazia demandas e necessidades, também dificuldades do estudo na unidade familiar, o que permitiu personalizar as intervenções e atendimentos"*.

A pergunta número cinco, ao considerar que são necessárias estratégias pedagógicas, mediações, orientações, recursos de acessibilidade e demais ações voltadas para a inclusão, questiona sobre como era realizado o trabalho colaborativo entre os professores do curso de Serviço Social, as Técnicas em Assuntos Universitários e a direção do Campus de Toledo. A Transcritora/Ledora que respondeu a pesquisa diz que: *"A articulação era realizada sempre que necessária. Todos os setores e profissionais se apresentavam disponíveis e acessíveis para o PEE"*.

Por fim, a pergunta número seis indaga sobre as ações que o PEE realizava para a promoção de uma universidade inclusiva. A Transcritora/Ledora afirma que *“Na época nós fizemos alguns momentos de reflexão pontuais, como falas nas salas que iriam recepcionar alunos atendidos no PEE, como com professores, profissionais, familiares e comunidade acadêmica. Mobilizávamos a universidade para conceder espaços adaptados, com acessibilidade”*.

Relato do bolsista/estagiário de apoio/cuidador⁷⁴ de Jonathan no período pré-pandemia

O questionário elaborado para os bolsistas/estagiários de apoio/cuidadores de Jonathan tem como objetivo: a) identificar quais os trabalhos desenvolvidos com o acadêmico; b) saber por quanto tempo os bolsistas/estagiários trabalharam com Jonathan e se nesse período perceberam se o acadêmico se desenvolveu, se sim, em quais aspectos; c) conhecer a concepção dos bolsistas/estagiários sobre quais condições de trabalho poderiam melhorar e que, por conseguinte, teriam retorno positivo para Jonathan; d) verificar se os bolsistas/estagiários já presenciaram manifestação de preconceito direcionada a Jonathan.

A pergunta número um é sobre o trabalho que era desenvolvido com Jonathan. O bolsista/estagiário de apoio/cuidador relata: *“A minha função era auxiliá-lo em*

⁷⁴ Enviamos o questionário para três bolsistas/estagiários, mas obtivemos a resposta de apenas um. Este que respondeu trabalhou com Jonathan tanto como bolsista, quanto como estagiário.

todas as tarefas dentro da Unioeste, fora da sala de aula, mas todo dia o levava até a sala de aula e o trazia de volta para o PEE (Programa de Educação Especial). Nos dias em que ele ficava na Unioeste para ter apoio à tarde eu o acompanhava até o Restaurante Universitário (RU) para almoçar, onde eu servia o almoço na bandeja e o alimentava dando-lhe os alimentos na boca, depois escovava seus dentes e o levava até a maca que fica na sala de aula para ele deitar alguns minutos antes do retorno das aulas. Para realizar todas essas atividades, eu precisava tirá-lo da cadeira, colocá-lo na maca e depois fazer o trabalho inverso, sempre com muito cuidado para não machucá-lo. Também o alimentava com o lanche que ele trazia de casa, fazia adaptações de textos para ele escutar por meio do programa DOSVOX e, eventualmente, o levava para tirar xerox de textos, assistir a filmes promovidos pelo PET (Programa de Educação Tutorial). Algumas vezes o acompanhei fora da universidade para eventos promovidos pelo PEE, pelo curso de Serviço Social e pelo PET, indo até a Unioeste campus de Cascavel e uma vez até Guaira em uma aldeia indígena, em um evento promovido pelo PET; nessas atividades sempre fomos com carro comum (ou tipo van) da Unioeste, onde eu o colocava no carro, desmontava sua cadeira de rodas e a colocava no carro e, ao chegar no local, montava a cadeira e o colocava nela novamente”.

A pergunta número dois questiona por quanto tempo os bolsistas/estagiários trabalharam com Jonathan e se nesse período perceberam se o acadêmico se desenvolveu, se sim, em quais aspectos. O bolsista/estagiário conta: *“Trabalhei diretamente com Jonathan de março de 2017 até setembro de 2018, mas até dezembro de 2019 eu acompanhei sua trajetória na Unioeste,*

fazendo o trabalho de o acompanhar quando era preciso. Nesses quase três anos que tive contato com ele, considero que ele teve uma progressão muito grande, tanto no aspecto acadêmico como no pessoal, ele desenvolveu muito a leitura, a compreensão de textos, a fala, a conversa com as pessoas, e já estava conseguindo [com certa dificuldade] pegar alguns alimentos [com uma das mãos, e às vezes, com o apoio do cotovelo] e comer sozinho e conseguir escrever sua própria assinatura”.

A pergunta número três indaga a concepção dos bolsistas/estagiários sobre quais condições de trabalho poderiam melhorar e que, por conseguinte, teriam retorno positivo para Jonathan. Ele responde: *“Nesse período que o acompanhei, ele avançou muito; o trabalho da equipe do PEE, principalmente da Luana, o fizeram crescer muito como ser humano capaz e autônomo em suas escolhas. Infelizmente, com a pandemia, esse trabalho de AEE realizado com ele pelos professores de AEE do PEE, ficou somente no modo remoto, trazendo perda de qualidade já que o acompanhamento presencial requer possibilidades de interação social que o modo remoto de aulas não permite com a mesma qualidade. Penso que quando possível esse trabalho presencial deve ser mantido para sua evolução, com apoio extraclasse diário”.*

A pergunta número quatro questiona os bolsistas/estagiários se eles já presenciaram alguma manifestação de preconceito direcionada a Jonathan. O bolsista/estagiário afirma que sim: *“pessoas já me falaram palavras capacitistas em relação a ele, como por exemplo, que ele não vai conseguir exercer a profissão de assistente social, não vai conseguir ter uma família, não vai conseguir viver sem os pais e, em algumas situações quando estava junto com ele,*

algumas pessoas faziam perguntas para mim sobre ele, ao invés de perguntar diretamente para ele, e eu, nessas situações o deixava responder e conversar com a pessoa”.

PARTE II

A TRAJETÓRIA NO ENSINO SUPERIOR CONTINUA: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

3. OS ANOS DE 2018 E 2019 E OS AVANÇOS DE JONATHAN

A segunda parte desta obra faz referência à trajetória acadêmica de Jonathan na universidade no período de 2018 ao final do ano letivo de 2021 em agosto de 2022. Por causa da pandemia, o ano letivo de 2021 teve início em 04/11/2021 e término em 12/08/2022. Inicialmente, abordaremos “Os anos de 2018 e 2019 e os avanços de Jonathan”; depois relataremos sobre “Jonathan na Universidade durante a pandemia e as “Perspectivas para a continuidade e término/conclusão do curso de Jonathan”.

Consideramos importante abordar sobre a atuação dos profissionais do PEE que acompanharam Jonathan desde o início de sua entrada na Unioeste. Em 2016, quando Jonathan ingressou na universidade, havia duas trabalhadoras que atuavam no PEE, as quais tinham sido contratadas em 2015 para o cargo de Técnico em Assuntos Universitários - TAU⁷⁵, por meio de Processo Seletivo Simplificado - PSS, conforme já explicado anteriormente. A contratação de trabalhadores por meio de PSS nas universidades públicas do Estado do Paraná ocorre por tempo determinado, sendo válida por um ano e podendo

⁷⁵ O primeiro PSS realizado para a contratação de Técnico em Assuntos Universitários - TAU, para a função de transcritor/ledor, ainda que esta função não estava descrita no edital, ocorreu em 2014. Este edital encontra-se no site: <https://www.unioeste.br/cogeps/arquivos/concursos/interno/2014/1pssagentes/002d.pdf>

ser prorrogada por mais um ano. Convém ressaltar que tal forma de vínculo empregatício caracteriza precarização do trabalho, pois por não tratar-se de concurso público, o trabalhador não ingressa na carreira estatutária do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, logo, não tem direito ao plano de carreira; por outro lado, também não tem direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. A leitura que fazemos é de que a precarização do trabalho repercute na qualidade da educação disponibilizada à classe trabalhadora, além disso, a educação acaba sendo tratada de forma mercadológica tal como a força de trabalho.

A precarização do trabalho, intrínseca ao PSS, está diretamente atrelada à exploração própria do capitalismo que se revela cada vez mais intensa à classe trabalhadora, além de metamorfosear-se com primor nas formas de exploração. As implicações da precarização chegam à sociedade como um todo, não limitando-se à educação pública do Ensino Superior, pois a Educação Básica⁷⁶ do Paraná também sofre implicações, uma vez que, nos últimos anos, o PSS está ainda mais presente nas contratações dos profissionais das escolas desse Estado. O interesse oculto por trás da contratação via

⁷⁶ Acerca deste tema, indicamos a interessante pesquisa de mestrado realizada na Unioeste do campus de Francisco Beltrão: MARTINS, Jéssica Carolina de Souza. **A precarização do trabalho docente nas escolas estaduais de Marechal Cândido Rondon/PR: um estudo sobre os professores PSS.** 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1102/1/Jessica_Carolina.pdf. Acesso em: 6 set. 2022.

PSS, é o de economia para o Estado, já que trabalhadores efetivos são considerados gastos e não investimento na educação, dado o direito à progressão e promoção no plano de carreira do profissional efetivo. É fato que os profissionais - tanto professores quanto técnicos - que trabalham no regime PSS padecem de instabilidade profissional e financeira pois, devido ao caráter provisório do contrato, eles não têm as mesmas garantias trabalhistas assim como os trabalhadores concursados têm, além de que o PSS favorece a desarticulação da organização sindical. Para os alunos que têm professores na condição de contratação por regime PSS, ocorre a perda da continuidade do trabalho que até então vinha sendo realizado, o que pode acarretar em prejuízo aos seus estudos.

Uma especificidade do PSS de 2015, pelo qual as(os) técnicas(os) em assuntos universitários - TAUs, que trabalhavam no PEE - na função de transcritoras/ledoras - foram contratadas(os), era a exigência de nível superior, com graduação em qualquer área do conhecimento como requisito para exercer a função; vejamos a descrição sumária das tarefas:

Planejam, executam, coordenam e acompanham as atividades relativas à sua área de atuação, assegurando a regularidade do desenvolvimento dos diversos processos e procedimentos administrativos. Descrição detalhada das tarefas que compõem a Função 1. Planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades das unidades técnicas ou administrativas de responsabilidade do respectivo órgão; 2. Assessorar o superior hierárquico em assuntos técnicos, administrativos, jurídicos, acadêmicos, orçamentários, financeiros e de planejamento; 3. Coletar e elaborar dados

visando a melhoria das atividades no campo de atuação, estabelecendo normas e critérios para a avaliação das atividades e do órgão. 4. Viabilizar os meios para a celebração de convênios, com outros órgãos ou entidades, para a captação de recursos; 5. Organizar e ministrar treinamentos, prestar assessoria técnica na elaboração de planos, programas, projetos em assuntos relacionados a sua área de atuação; 6. Assessorar a administração em assuntos técnicos, administrativos, acadêmicos, orçamentários, financeiros, de planejamento, de recursos humanos e de legislação, na área específica; 7. Elaborar e executar projetos, planos e programas, pesquisas, levantamentos e diagnósticos nas áreas de Recrutamento e Seleção, Treinamento, Avaliação de Desempenho, Funções e Salários, Rotinas Trabalhistas, Planejamento de Recursos Humanos; 8. Preparar relatórios, planilhas, informações e pareceres para expedientes e processos sobre matéria própria do Órgão e proferir despachos interlocutórios e preparatórios de decisão superior; 9. Criar programas culturais, tais como: exposições de artes-plásticas e fotografias, mostras e ciclos cinematográficos, debates, espetáculos de teatro, dança e música, promovendo o incentivo aos valores artísticos-culturais da comunidade regional, programando-lhes igualmente meios de desenvolvimento; 10. Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes estabelecidas para a unidade administrativa; 11. Participar de programa de treinamento, quando convocado; 12. Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão em sua fase de Planejamento, de coordenação, de desenvolvimento, de orientação e de ministração; 13. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. 14. Executar outras tarefas para o desenvolvimento das atividades do setor (UNIOESTE/EDITAL N^o 080/2015-GRE, 2015, p. 22-23).

Como podemos observar, o edital não descreve qualquer atuação relacionada ao atendimento

educacional especializado (AEE), mas a função de fato exercida pelos Técnicos em Assuntos Universitários – TAU naquele momento, foi, principalmente, a de transcritores/letores. O trabalho, em suma, era realizar a leitura das avaliações/provas e materiais de estudo para o aluno que necessitava, seja por ser cego, surdo, com deficiência física, apresentar quadro de dislexia ou de Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH; e o de transcrever o conteúdo das aulas e avaliações, de forma fidedigna, conforme fosse ditado pelo aluno; ademais, a transcrição era somente para alunos com dislexia, com TDAH, com deficiência física que apresentassem impossibilidade de escrever, seja por que não tivessem mobilidade nos membros superiores, ou por outros motivos. Com o aumento expressivo de alunos com deficiência/NEE que demandavam atendimento especializado e devido à própria forma de realizar esse atendimento - que a cada dia se tornava um atendimento com caráter pedagógico e, portanto, deveria ser realizado por um professor e ainda, constatando que, para que houvesse mais qualidade nesse atendimento, o professor deveria ser especializado em Educação Especial - foi necessário repensar a função de Transcritor/leitor. A realidade vivenciada tanto pelos profissionais, quanto pelos alunos atendidos pelo PEE naquele período, mostrava ser necessária a mudança do cargo; eram requeridos professores especializados em Educação Especial para exercer esse atendimento, que é educacional. Ademais, Jonathan, com o apoio de sua família, fez uso de mandado de segurança para que seu direito fosse

garantido, conforme estabelece a Lei nº 9.394/1996 - LDB, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado [...] (BRASIL, 1996, s.p.).

E, ainda, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, Lei nº 13.146/2015:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado [...] (BRASIL, 2015, s.p.).

Foi somente em 2018⁷⁷, após intensa reivindicação de Jonathan, de seus pais e da equipe do PEE, que o Estado dispôs de PSS para contratação de professor para atendimento educacional especializado no campus de Toledo, tendo como requisito graduação em Educação Especial ou outra licenciatura com especialização em Educação Especial. Em 2021 e 2022 foram realizados novos PSS para professor de AEE, mas a contratação continua sendo por tempo determinado, válida por um ano, podendo ser prorrogada por mais um ano. Uma das contradições é que a contratação de trabalhadores para o serviço público por tempo determinado, conforme a Lei Complementar nº 108/05, é para atender necessidade temporária desses professores. Ocorre que a necessidade

⁷⁷ A partir do ano de 2018 não foi mais realizado processo seletivo (PSS) para contratação de Técnico em Assuntos Universitários com a finalidade de trabalhar no PEE.

de professores de AEE não tem caráter temporário, haja vista o direito à inclusão e a tendência de aumento de alunos com deficiência devido às cotas para esse público; portanto, a forma adequada de suprir a demanda existente, sem que comprometa o aspecto qualitativo das condições de trabalho, bem como a qualidade do atendimento ao usuário do serviço público, é por meio de concurso público.

Outra menção importante acerca da equipe que trabalhou/trabalha com Jonathan, diz respeito aos cuidadores, esses eram contratados como bolsistas ou estagiários⁷⁸, dependendo do edital. Segundo os trabalhadores que atuaram com Jonathan, se fosse bolsa, o trabalho era de quatro horas diárias, com remuneração de R\$400,00; se fosse estágio, o trabalho era de seis horas diárias e remuneração de R\$600,00. Tanto o bolsista, quanto o estagiário desempenhavam as mesmas atividades que, em geral, eram relacionadas aos cuidados básicos e essenciais: escovação dos dentes, alimentação, vestimenta, locomoção no espaço universitário e até mesmo locomoção externa à universidade, como por exemplo, aos locais onde se fazia xerox de materiais. Além de realizar trabalho relativo a cuidados, os estagiários/bolsistas de apoio também atuavam na conversão de textos da forma escrita para áudio. Entendemos que a função está de acordo com o que é descrito pela LBI:

⁷⁸Esses estágios não são obrigatórios, são atividades acadêmicas não curriculares, portanto, opcionais aos estudantes.

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, s.p, grifos nossos).

Destacamos o termo “profissional”, se analisarmos criticamente interpretamos que a função do trabalho desempenhado é considerada de um profissional, porém, contraditoriamente, a remuneração não é compatível com a de um profissional. Nosso intuito não é, de modo algum, colocar em xeque a boa intenção dos bolsistas/estagiários em realizar um trabalho de qualidade a Jonathan, o que indagamos mais uma vez é sobre a forma precarizada do trabalho desenvolvido sob a égide do Estado burguês. De modo geral, o Estado beneficia-se com esse tipo de contratação, sequer considerada vínculo empregatício, pois é uma maneira inovadora de evitar gastos com a folha de pagamento do funcionalismo público; ocorre aí forte redução de postos de trabalho que deveriam ser garantidos mediante concurso público.

O aspecto da precarização do trabalho no âmbito da sociedade capitalista é intrínseco à organização do mundo do trabalho diante da necessidade de redução de gastos com a força de trabalho, que é elemento constituinte do capital variável [...] o caráter formativo/educativo do estágio acaba sendo convertido em relação salarial escamoteada, ou seja, subemprego aberto e disfarçado (LINHARES et al., 2021, p. 345-346).

Vale destacar que a baixíssima remuneração, inferior a um salário mínimo, e os direitos trabalhistas espoliados refletem o patamar cada vez mais intensificado de exploração do trabalhador, de tal forma que podemos afirmar que exploração e precarização são fenômenos generalizados nas relações societárias do capital. E, na medida em que se acentuam, se configuram como uma resposta estratégica do capitalismo às suas crises estruturais. Desse modo, reafirmamos que o trabalho precarizado no serviço público está imbricado com a precarização do produto ofertado aos usuários do serviço público; atinge, no caso do objeto aqui analisado, a qualidade da educação da classe trabalhadora, em específico, da educação de Jonathan.

Relato da atuação das professoras/docentes de AEE entre os anos de 2018 a 2022

O questionário elaborado para a entrevista com as professoras/docentes de AEE é o mesmo que foi elaborado para as Técnicas em Assuntos Universitários (que exerceram a função de transcritoras/ledoras em 2016 e 2017) e para a coordenadora do PEE; portanto, os objetivos que visamos em cada pergunta também são os mesmos.

A pergunta número um é sobre as adaptações curriculares que as professoras de AEE organizaram e realizaram com Jonathan durante sua trajetória acadêmica, tendo em vista suas necessidades educacionais especiais (NEE). Em síntese, o trabalho realizado por meio de adaptações curriculares, foi: - leitura e adaptação de textos, sendo ampliação de texto

para a leitura, conversão de material escrito para áudio; - Transcrição das aulas, palestras e de sua fala para trabalhos, avaliações e artigos; - Apoios extraclasse em pesquisa e elaboração de materiais de estudo conforme a orientação do próprio Jonathan, produção de resumo esquemático, acesso a curta-metragens, auxílio com as atividades do PET, criação de pastas no OneDrive de materiais de estudo e de certificados acadêmicos, ligações para algum setor da Instituição conforme demanda do acadêmico, checagem e respostas dos e-mails do acadêmico conforme sua solicitação e orientação, consulta ao sistema Academus⁷⁹, apoio nas atividades do curso de Inglês que Jonathan frequenta de forma remota no Centro de Ensino de Línguas do campus da Unioeste, em Toledo (CELTO); - Apoio nas atividades remotas como na transmissão das aulas; - Acompanhamento nos eventos de ensino, extensão e pesquisa; - Auxílio nas necessidades fisiológicas, como

⁷⁹ “O sistema de gestão acadêmica Academus gerencia desde o ingresso de acadêmicos em cursos de graduação da UNIOESTE até a sua desvinculação da universidade. Contempla o registro de diversos dados como Curso, Disciplina, Ementa da Disciplina, Plano de Ensino da Disciplina, Grade Curricular, Equivalência de Grades Curriculares, Calendário Acadêmico, Instituição de Ensino, Turma, Horário da Turma, Avaliações da Turma, Acadêmico, Cursos do Acadêmico, Matrícula, Ensalamento de Acadêmico, Conteúdo Programático ministrado nas aulas, Notas do Acadêmico, Frequência do Acadêmico nas aulas, dentre outros”. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/comunidade-unioeste/academus-prograd#:~:text=O%20sistema%20de%20gest%C3%A3o%20acad%C3%AAmica,a%20sua%20desvincula%C3%A7%C3%A3o%20da%20universidade>. Acesso em: 10 set. 2022.

comer e beber; - Mediação entre o acadêmico, os docentes e alunos quanto a sua fala.

A pergunta número dois, sobre as dificuldades que Jonathan apresenta em termos de ensino e aprendizado: duas respostas afirmam que sua área cognitiva está preservada, ou seja, na concepção das professoras de AEE, Jonathan não apresenta déficit intelectual. Dentre as sete professoras, uma professora de AEE considera que sua maior dificuldade é com os números, quatro professoras de AEE consideram que a maior dificuldade de Jonathan está vinculada com a falta de domínio da leitura, uma professora avalia que: *“A leitura dele é pré silábica e, acredito, ser sua maior dificuldade [...]”*. Duas professoras de AEE consideram que suas principais dificuldades estão atreladas ao pouco entendimento da matemática básica e à não consolidação da alfabetização; uma das professoras afirma: *“Eu penso que quando ele estava na ed. básica, algumas lacunas ficaram e desta forma no Ensino Superior essas defasagens emergem, contudo, certamente para chegar no Ensino Superior, muita coisa ele passou e aprendeu, com a limitação da fala, algumas dúvidas que ele levanta, não são entendidas pelos docentes e desta forma às vezes algo que poderia ser melhor entendido ou esclarecido e acaba não sendo muito explorado; de modo geral, percebi que o acadêmico possui limitações na leitura complexa e na matemática básica, o que julgo ser importante para a vida do mesmo, desta forma seriam válidos apoios e atendimentos suplementares para esta questão específica”*.

A outra professora que concorda que Jonathan tem dificuldade tanto na leitura, quanto na matemática, afirma: *“o acadêmico tem dificuldades na leitura, para além*

da baixa visão, (pois os textos eram ampliados), mas por conta da própria alfabetização. Nesta mesma perspectiva, o acadêmico possui dificuldades com números (o reconhecimento das dezenas, centenas, milhar), seja com os números arábicos ou romanos”.

É curioso que a interpretação textual - que é uma habilidade a ser adquirida por qualquer sujeito alfabetizado - aparece duas vezes identificada, sendo que em uma das respostas, essa habilidade é mencionada como “*grande capacidade*” de Jonathan; porém, nessa mesma pergunta, contraditoriamente, uma professora afirma que ele “*apresenta dificuldades na [...] interpretação*”. Portanto, não é unânime entre as professoras que trabalham/trabalharam com Jonathan se a interpretação de textos é uma habilidade já adquirida por ele, ou se ele tem defasagem nessa área.

Na sequência da pergunta número dois, sobre como estão sendo trabalhadas tais dificuldades durante o AEE, obtivemos apenas três respostas, as quais destacamos: “*Não está sendo trabalhada essa defasagem na leitura*”; “*Nos apoios extraclasse muitas vezes o acadêmico foi auxiliado na leitura, por exemplo, com a junção das sílabas, dos números, seus sons e a formação da palavra ou numeral*”; “*Para sanar essas dificuldades, se trabalha o processo da leitura com a demanda de textos menores e com palavras mais simples, os quais precisam ser adaptados a um tamanho de letra que ele consiga enxergar*”.

A pergunta número três é sobre as habilidades que se destacam em Jonathan, sendo que as mais citadas são sua memória e sobre ser participativo nas aulas, no sentido de que faz perguntas e comentários,

posicionando-se de forma crítica e elaborada. Interessante observar, mais uma vez, que em resposta a essa pergunta uma professora de AEE afirma que Jonathan se destaca por ter boa interpretação textual, e na resposta da pergunta anterior, outra professora de AEE afirma que a interpretação de texto é uma das dificuldades que ele apresenta. Destacamos a resposta de uma professora, segunda a qual Jonathan tem habilidades: *“Cognitivas e sociais, é extrovertido e esforçado”*.

Em relação à pergunta número quatro - sobre a organização do trabalho de atendimento educacional especializado (AEE) e os principais elementos considerados na elaboração do plano de ensino das professoras de AEE para esse atendimento especializado a ser realizado com Jonathan - três professoras de AEE afirmam que levam em consideração a sua autonomia e prezam pelo fortalecimento da mesma. Para melhor compreensão das respostas, destaca-se a brusca mudança que houve na organização do trabalho de AEE devido a pandemia da Covid-19. No ano de 2020 até o final de 2021, as aulas foram realizadas de forma remota, com aulas síncronas e assíncronas. No primeiro formato, as aulas aconteciam ao vivo com data e horário pré estabelecidos e, por serem transmitidas em tempo real, era possível haver interação dos alunos entre si e entre o professor, como para tirar dúvidas sobre o conteúdo estudado. No segundo formato (nas aulas assíncronas), o professor podia encaminhar atividades para serem realizadas ou, então, pré-gravar as aulas e disponibilizá-las em ambiente virtual, os alunos as assistiam no momento que desejassem, e pelo fato de as aulas não

serem ministradas ao vivo, não havia interação; ambos os formatos eram transmitidos por aplicativo de videoconferência.

Em novembro de 2021 houve o retorno presencial das aulas na UNIOESTE, mas devido ao receio de ser infectado pela Covid-19, Jonathan solicitou ao PEE, ao reitor e ao diretor do campus de Toledo que as aulas fossem transmitidas ao vivo, assim ele poderia permanecer em ambiente domiciliar. Mas, no primeiro semestre de 2022, Jonathan apresentou problemas de saúde e, por este motivo, permaneceu estudando de modo remoto, conforme já explicitado anteriormente. Assim, entendemos que a organização do trabalho de AEE com Jonathan pode ser dividida em três períodos diferentes: antes da pandemia, durante o auge da pandemia, em que a população brasileira não tinha acesso às vacinas, e após o descenso da pandemia, a partir do momento em que a população teve acesso às vacinas, e que coincide com o agravamento da saúde de Jonathan.

Destacamos a resposta da professora de AEE que acompanhou Jonathan desde o início da pandemia da Covid-19 até o ano de 2022: *“Atualmente [2022] o acadêmico encontra-se no chamado Atendimento Domiciliar, participando das aulas com transmissão remota. Como docente de AEE em seu atendimento, me dirijo até a sala de aula, monto meu equipamento, com câmera, fones de ouvido e plataforma Teams, para a transmissão da aula síncrona. Todas as suas dúvidas e comentários são retransmitidos para os professores que o atendem no mesmo momento que atendem os demais acadêmicos em sala de aula. No contra turno as atividades são on-line, via teams e o Jonathan recebe*

atendimento matutino e vespertino diariamente. Nas quartas-feiras, das 18h30 até as 20h45 ele é atendido no apoio às aulas de Inglês no Celto Toledo, está cursando o terceiro livro de inglês, passou muito bem nos dois primeiros ciclos. Todo esse tipo de trabalho que vem sendo realizado requer planejamento de tempo e atividades, considerando que o acadêmico mantém em dia suas tarefas, trabalhos e avaliações. Quando das avaliações o mesmo tem seu tempo adicional para conclusão e, quando necessário, fazemos trocas de Docente de AEE para dar continuidade ao trabalho avaliativo ou avaliação que ele tenha que concluir, evitando troca de atendimento. O acadêmico solicita que suas avaliações sejam gravadas no Teams, para evitar qualquer suspeita de não autoria dos seus trabalhos ou avaliações. Às vezes os professores dizem: 'não precisa gravar Jonathan, eu sei como você procede'; mas ele sempre fica com pé atrás, ele sempre quer que grave porque ele não quer que ninguém pense que ele não foi capaz de fazer, que ele teve ajuda de alguém para fazer os seus trabalhos. Ele foi muito bem nas atividades síncronas e assíncronas. Não perdeu um dia de aula sequer, sempre no horário estava lá pronto para começar. Todos os textos foram lidos e fichados, as provas e trabalhos transcorreram com facilidade. Aliás, o ambiente virtual favoreceu muito as buscas e pesquisas. Ele pode acompanhar tudo. Sempre muito assíduo com os compromissos, atento, ético e exigente na elaboração dos trabalhos. E, apesar de todos os problemas de saúde, Jonathan não perde a esperança, o bom humor. Ele amadureceu muito, como pessoa e como acadêmico. Recebeu muitos elogios dos professores sobre o avanço na escrita. Desde que eu venho atendendo o Jonathan, comecei em agosto de 2020, em plena pandemia, o atendimento sempre foi remoto. Claro, a gente pode ter contatos pessoais, mesmo

porque ele teve problemas com os equipamentos dele. Então eu fui até a casa dele buscar notebook, trocar fone de ouvidos que são materiais que ele tem emprestado pela Unioeste, buscar, levar, então, já foi importante também conhecer o Jonathan pessoalmente, sempre com todos os cuidados, mantendo distância, com luva, com máscara, entrando na casa com calçado que levava junto, não o mesmo calçado da rua; enfim com todos aqueles cuidados necessários. Pude, então, conhecê-lo, porque uma coisa é você ver uma pessoa por meio de um computador, de uma imagem, outra é você estar pessoalmente, então esse atendimento sempre foi assim. E o que eu observo no Jonathan é um esforço muito grande, uma vontade muito grande de superar todas as dificuldades e limites dele, uma ética interna muito forte. A questão de trabalhos em grupos, ele sempre conclui, todos os trabalhos que nós fizemos em grupo, até hoje, que eu acompanhei, ele sempre conclui antes dos demais e ele já quer que envie no grupo dos colegas para verem que foi feito, se tá (sic) bom daquele jeito. Ele já fez muito trabalho para os colegas que de última hora não puderam participar, não tiveram tempo. Mandam para ele ler e ele se virar com o resto. Aconteceu muitas vezes de ele ficar muito chateado, ele ficava muito ansioso com tudo isso, até que ele começou ele mesmo a pedir para os professores para fazer trabalho sozinho e para se estressar menos. Mas o que observo muito nele é isso, uma vontade muito grande de superar todas as dificuldades, e agora que ele vem vivendo toda essa situação, que ele solicitou esse pedido de trabalho domiciliar⁸⁰, que ele

⁸⁰ O trabalho realizado com Jonathan no ano letivo de 2021 (que terminou em agosto de 2022), não se caracteriza como trabalho/atendimento domiciliar (no qual o docente de AEE iria até a residência de Jonathan e ali realizaria o AEE). Na verdade, o que ele

não está conseguindo ficar sentado, a única posição que ele tem ficado é deitado e durante a aula, durante o apoio, muitas vezes ele pede desculpa, pede licença para poder chamar a mãe para [o] virar de lado porque ele sente muitas dores. Então o trabalho que eu tenho feito com ele é bem isso, eu chego na sala de aula no horário da aula, ele está na casa dele já posicionado na cama⁸¹ e a mãe dele levanta a cabeceira da cama, coloca os travesseiros atrás para ele poder olhar para o vídeo do computador ou para a televisão⁸² (acoplada ao notebook para ampliação da imagem), eu acesso o Teams, a sala onde se realiza o atendimento dele e, do outro lado, sua mãe “aceita” a chamada pelo Teams e inicia-se a transmissão. Considerando todas as situações e peculiaridades que ocorrem, a casa não é um espaço com muito silêncio, e aí nós decidimos, em conversa com Jonathan, que eu, professora de AEE, ficaria com um fone de ouvido transmitindo com uma câmera sobressalente, pois a câmera do meu do meu notebook fica virada para mim, então eu não conseguiria transmitir a aula, por isso nós acoplamos uma câmera extra e focamos no professor ou focamos na turma e, na medida em que alguém da turma começa a apresentar alguma atividade ou discutir alguma coisa, eu foco a câmera nessa pessoa e Jonathan vai vendo tudo que está acontecendo dentro da sala de aula. No entanto, a turma não o vê em seu quarto, deitado, e nem o escuta. Eventualmente, se seu irmão

solicitou e está ocorrendo é atendimento remoto, com a professora de AEE transmitindo e realizando a mediação das aulas de seus professores do curso de Serviço Social com Jonathan participando em seu quarto, deitado em sua cama, pois neste momento é a única forma de ele conseguir dar continuidade a seus estudos.

⁸¹ Cama hospitalar

⁸² A televisão - por meio da qual Jonathan assiste às aulas - fica sobre um móvel posicionado a poucos metros de seu campo visual.

adolescente [com síndrome de down] entrar no quarto de repente e falando alto durante a transmissão da aula, sua turma não vai perceber, o que evita a exposição dele e de sua família. Mas quando a aula era no Teams para toda a turma, às vezes acontecia isso, às vezes acontecia de ter barulho, de ter uma conversa, de ter o irmão entrando no quarto e alguma discussão, alguma coisa assim e toda a turma ficava acompanhando tudo isso; agora não, agora ele fica de uma certa forma mais preservado em relação a isso. Mas ele acompanha tudo que está acontecendo na sala, apresentação de trabalhos e normalmente leio o slide que está sendo apresentado no data show da sala e o Jonathan está acompanhando pelo Teams, eu leio e ele explica e assim ele vai fazendo toda apresentação dos seus trabalhos, terminada a aula eu fecho meus equipamentos, encerro a sessão do Teams. E depois, na hora do apoio⁸³, eu fico na sala do PEE e pelo Teams também a gente faz o apoio. Muitos livros que os professores citam em sala de aula, e que ele tem interesse, a gente escaneia e faz a adaptação para um texto audível. Infelizmente e-books são raríssimos, nós quase não temos e-book, o que facilitaria muito as atividades dos alunos que precisam dessa adaptação, incluindo todos os nossos alunos cegos e com baixa visão. Seria muito bom se até a editora da Unioeste começasse a pensar na produção desse material. Mas, enfim, a gente faz adaptação e grava em CD, normalmente eu uso o software Balabolka e gravamos e entregamos os CDs identificados para ele poder organizar os seus livros adaptados. E também temos todo um sistema de arquivamento, eu tenho o meu pessoal no meu notebook, mas

⁸³ Atendimento realizado com Jonathan para que ele possa tirar dúvidas, estudar, ler os textos, escrever e fazer os trabalhos e atividades solicitados pelos seus professores.

nós temos a nuvem no Google onde nós inserimos todo esse material de todos os alunos que nós atendemos, na verdade, não só do Jonathan. Assim, para ele - com todas as comorbidades que ele apresenta hoje [em 2022], como, por exemplo, a impossibilidade de permanecer sentado (ele não tem mais usado a cadeira de rodas) - é fundamental a possibilidade de sua permanência em casa e de participar das aulas de forma remota, lembrando que ele tem participado das aulas normalmente. Dificilmente ele perde aula, dificilmente ele perde o AEE o que só acontece quando são marcadas consultas do SUS, mas é uma situação que o desagrada imensamente, ele fica muito chateado, muito preocupado. [...] Também quando ele participa de palestras, lives, congressos online, ele apresenta trabalhos e a gente grava em áudio quando é solicitado o envio em áudio, quando é solicitado o envio de texto escrito, produzimos os textos. Algumas das professoras de AEE dele também já figuram como co-autoras. Enfim, ele participava do PET e até o ano passado (2021) eu também o acompanhava, depois nós dividimos as tarefas, então hoje eu o acompanho em algumas disciplinas, outras colegas acompanham em outras disciplinas, mas sempre sabemos o que uma ou outra está fazendo para o caso de nós termos que nos substituir, nos apoiar uma na outra e a gente pode dar segmento às atividades de AEE. Todo o trabalho que a gente faz vai aprendendo, eu vejo que o importante aqui é aquilo que o aluno precisa que a gente faça, o tipo de atendimento é seguir aquilo que o aluno gosta [...]. Para as aulas de inglês também, como nem sempre é possível dar um zoom⁸⁴ nas atividades (durante os apoios nas terças à tarde ou nas quartas à tarde

⁸⁴ “Ampliar” as atividades de inglês, quando necessário.

quando normalmente ele faz as tarefas) eu procuro usar sempre no Word onde transcrevo a lição em Word, então eu coloco no tamanho de letra 40/42 para que ele possa ver, e eu soleiro também a grafia da palavra para que ele possa compor isso na cabeça dele [para memorizar a forma gráfica da palavra]. E é assim que a gente tem feito, quando ele diz “assim tá bom” aí a gente segue fazendo, quando ele diz que não entende daquele jeito, aí a gente procura de outra forma, com vídeos, com explicações que aparecem na internet, com a busca de outros textos que tratem do mesmo assunto. E assim, tudo que é dúvida a gente anota porque ele chega na aula seguinte ele interroga o professor, não tem jeito, ele tem os minutos dele, às vezes o professor vem na carteira que eu estou sentada transmitindo (sempre bem pertinho da mesa do professor para que ele possa ouvir bem) aí o professor pega o fone, coloca o fone, dialoga diretamente com ele, e ele tira as dúvidas dele, é assim que nós estamos nos organizando. E, felizmente, a possibilidade de ele fazer online é o que faz com que o Jonathan continue na universidade, porque se não for possível ele fazer o atendimento da forma como vem sendo feita, remota, ele dificilmente conseguirá vir para a faculdade, mesmo porque tem toda essa situação de que ele não está mais conseguindo sentar-se”.

A pergunta número cinco questiona como é realizado o trabalho colaborativo entre os professores do curso de Serviço Social, a professora de AEE e a direção do campus. Destacamos uma resposta, na qual a professora de AEE cita que uma professora do curso de Serviço Social relatou: “sei que essas palavras não são dele, nem suas, pois conheço seu trabalho e sua ética profissional, mas do acadêmico não é”. Tal fala sugere que houve

influência de alguma professora de AEE na produção avaliativa de Jonathan. A professora de AEE finaliza a resposta afirmando: *“Temos que ter muita postura ética e comprometimento na atuação do nosso trabalho junto a toda a Instituição”*. Outra professora de AEE que respondeu a esta pergunta mencionou que *“é raro o professor que não adere à frente inclusiva”*.

Destacamos a resposta de outra professora de AEE: *“Como docente de AEE que acompanha o Jonathan, juntamente com outras colegas (neste momento) temos como prática inserir as atividades que foram realizadas no grupo do whatsapp e lançar os materiais, como textos fichados, trabalhos em andamento, avaliações, no drive do google (nuvem), ao qual todas temos acesso. Com os professores do Colegiado informamos os seus direitos [de Jonathan] de tempo estendido, solicitamos o envio dos textos escritos com certa antecedência, sempre em conversas diretas”*.

Outra professora afirma que: *“Quando o aluno era matriculado em determinada disciplina, os profissionais [professores] de AEE entravam em contato com o docente daquela disciplina que [os professores de AEE] acompanhariam e adicionava [o docente da disciplina] na equipe do Teams. Também tínhamos o contato telefônico do docente [da disciplina] para situações de urgência. Os professores das disciplinas que acompanhei, buscavam atender as estratégias pedagógicas [adaptadas] para o acadêmico. Mandavam o conteúdo para adaptação, sanavam as dúvidas do acadêmico até mesmo fora do horário de aula, disponibilizavam o tempo ampliado para a entrega de avaliações, trabalhos e suas apresentações, não havendo intercorrências no período do meu trabalho. Quanto à direção do Campus, tive pouco contato,*

apenas sei que o acadêmico solicitou uma reunião com o Diretor de Campus e o Reitor e o mesmo foi atendido”.

Por fim, a pergunta número seis do questionário destinado às professoras de AEE que acompanharam/acompanham Jonathan, indaga quais ações o PEE tem realizado para a promoção de uma universidade inclusiva. Destacamos a seguinte resposta de uma professora de AEE: *“Nos últimos tempos anda segregando muitas coisas, dentro do próprio setor existem diferenças nos atendimentos. Deveria ser mais transparente e seguir um mesmo protocolo ou conduta para todas as suas atividades”.* Consideramos importante trazer para a reflexão as contradições que se apresentam no processo inclusivo, as quais não ocorrem de forma linear e tranquila. Essas contradições, muitas vezes postas pelas tensões nos relacionamentos, se evidenciam e, neste caso, a professora de AEE não deixa claro em sua fala, sobre que tipo de segregação está se referindo, ou seja, não fica claro quem está segregando, o que/quem está sendo segregado, e não fica claro, também, se o setor a que se refere é o PEE. A professora de AEE afirma que há diferenças nos atendimentos, mas adverte que é necessário que haja mais transparência e que seja seguido um mesmo protocolo ou conduta para todas as suas (do PEE) atividades.

Em suma, as demais respostas mencionam que o PEE promove e participa de seminários, cursos de extensão e palestras, desenvolve o projeto Sem Fronteiras⁸⁵, organiza

⁸⁵ O programa Universidade Sem Fronteiras é financiado pela Secretaria do Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Estado do Paraná. Em 2017 o programa lançou edital e o projeto

reuniões e mantém diálogo entre sua equipe, a coordenação do campus e os professores dos cursos em que há alunos com deficiência/NEE, visando a, de forma coletiva, diminuir as barreiras existentes na universidade. O PEE também faz parcerias com a prefeitura de Toledo, proporciona espaços de estudos para os professores de AEE, além de realizar adaptações de materiais conforme as necessidades dos alunos que atende. Destacamos a resposta de uma professora que afirma: *“Dispõe o docente AEE, muito embora que no início necessitou de ministério público, dispõe materiais, garante a inclusão enquanto acesso e permanência. Com bolsa reduzida, na época 300,00, dispôs um estagiário para a locomoção, descanso, refeições e eventos fora do contexto pedagógico”*.

Relato da coordenadora⁸⁶ do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais - PEE, campus Toledo

O questionário elaborado para a coordenadora do PEE, campus Toledo, é o mesmo que foi elaborado para as Técnicas em Assuntos Universitários e para as professoras de AEE, portanto, os objetivos que visamos

“Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial” foi selecionado. Em 2022 o programa selecionou novamente o projeto, agora com o nome “Ações Educacionais para Promoção da Inclusão Social”; atualmente o projeto tem cinco bolsistas, sendo quatro graduandos e um recém formado. O projeto é coordenado pela professora da UNIOESTE Dra. Francy Rodrigues da Guia Nyamien, a qual também é coordenadora do PEE - campus Toledo.

⁸⁶ A atual (2022) coordenadora do PEE/campus Toledo exerce essa atividade desde 2018.

em cada pergunta também são os mesmos. Na pergunta número um, sobre quais as adaptações que o PEE tem realizado para o acadêmico Jonathan, tendo em vista suas necessidades educacionais especiais (de 2017 até 2022), a coordenadora respondeu que: *“As docentes de AEE realizam: a verificação de e-mails e da plataforma do Academus juntamente com o aluno ou com sua autorização; Leitura dos textos científicos para o aluno, bem como a inserção de destaques e comentários nos textos; auxílio na busca por produções bibliográficas e vídeos; auxílio na digitação de trabalhos e avaliações disciplinares; auxílio na leitura e digitação de atividades do curso de Inglês (CELTO); adaptação de textos científicos para áudio; auxílio na inscrição do acadêmico em eventos, bem como o acompanhamento e a assinatura em listas de presença; promover a mediação entre o aluno e docente em sala de aula, ou com os colegas de turma”*.

A pergunta número dois é sobre as principais dificuldades que o acadêmico apresenta em termos de ensino e aprendizado e como elas estão sendo trabalhadas durante o atendimento educacional especializado. Para a coordenadora: *“O atendimento busca complementar e/ou suplementar a formação do Jonathan com vistas à sua autonomia intelectual. No atendimento o uso de recursos e de acessibilidade são essenciais para o desenvolvimento das suas atividades acadêmicas”*.

A pergunta número três é sobre as habilidades que Jonathan apresenta. A coordenadora considera que: *“Jonathan é um acadêmico ativo, crítico, participativo”*. A pergunta número quatro questiona como ocorre a organização do trabalho de atendimento educacional especializado (AEE) com Jonathan e quais elementos são

considerados na elaboração do plano de ensino deste acadêmico. A coordenadora afirma que: *“Na organização do trabalho de atendimento busca-se a compreensão sobre como o acadêmico aprende, o que ele já sabe e como pode aprender melhor. E também considera-se a organização de situações de ensino, as opções metodológicas e o planejamento de recursos, as adaptações de materiais para promoção de apoio ao acadêmico com a finalidade de garantir a aprendizagem”*.

A pergunta número cinco considera que são necessárias estratégias pedagógicas, mediações, orientações, recursos de acessibilidade e demais ações voltadas para a inclusão, e questiona como é realizado o trabalho colaborativo entre os professores do curso de Serviço Social, a professora de atendimento educacional especializado (AEE) e a direção do Campus. A coordenadora relata que: *“A parceria entre os docentes do curso e os docentes de AEE é crucial. Facilita a organização e as estratégias pedagógicas inclusive individualizadas a fim de garantir a participação e aprendizagem do acadêmico. É um trabalho que consiste na co-participação e cooperação, combinação das habilidades dos docentes do curso e docentes de AEE para promoção do acadêmico. A direção do Campus sempre está à disposição dos cursos e do PEE. Atua mediando e atendo a algumas demandas específicas do programa quando se faz necessário”*.

Por fim, a pergunta número seis é sobre quais ações o PEE tem realizado para a promoção de uma universidade inclusiva. A coordenadora afirma que: *“O programa trabalha no sentido de propiciar as adaptações dos materiais curriculares para os discentes; Busca estratégias para diminuir as barreiras, principalmente as atitudinais, de*

aprendizagem que se apresentam aos discentes atendidos; Procura continuamente proporcionar condições necessárias para esses discentes terem o acesso aos níveis mais elevados de ensino, de se desenvolverem e de se constituírem como sujeitos autônomos, com o atendimento educacional especializado mediados pelas docentes de AEE. Busca dialogar sempre com os colegiados dos cursos de graduação e pós-graduação no sentido de coletivamente construirmos uma parceria e compromisso com a inclusão dos discentes no ensino superior”.

Relatos dos colegas de curso

Nosso objetivo com o questionário destinado aos colegas de curso é: a) identificar se os colegas já presenciaram manifestação preconceituosa direcionada a Jonathan; b) verificar o envolvimento de Jonathan com as questões relacionadas à vida universitária; c) verificar a percepção dos colegas sobre as relações sociais estabelecidas no espaço universitário entre Jonathan e demais estudantes; d) distinguir como foi e como está sendo estabelecida a interação social e/ou laço de amizade entre os colegas e Jonathan; e) conhecer relatos que envolvem Jonathan e que os colegas consideram importantes de serem mencionados.

Na pergunta número um, sobre se os colegas já presenciaram alguma manifestação de preconceito direcionada a Jonathan, as respostas foram unânimes, todos afirmaram que já presenciaram. Conforme os relatos, foram inúmeras atitudes discriminatórias que Jonathan sofreu no espaço universitário, as quais ocorreram em virtude de sua deficiência física. As

práticas discriminatórias mencionadas são: recusar a fornecer conteúdos adaptados, negar tempo adicional para realização de provas, negar a realização de provas no contraturno, ignorar pedidos de fala de Jonathan ou impedi-lo de falar, falta de paciência da professora para repetir as falas que Jonathan não entendia, ignorar as contribuições de Jonathan nas aulas, dar preferência à fala da professora de AEE e não à fala de Jonathan, considerar a professora de AEE como referência àquilo que diz respeito à Jonathan, e não ele mesmo, e uso de expressões capacitistas. Destacamos a resposta de um colega: *“Sim, já ouvi uma colega de turma dizer a Jonathan que “rezaria para ele melhorar de sua deficiência”*. Outro colega afirma que: *“[...] para nossa surpresa a docente impediu literalmente a verbalização do colega com rispidez”*. Podemos avaliar que tais práticas não proporcionaram o acesso ao conhecimento em condições de igualdade ao acadêmico, o que, por conseguinte, compromete sua inclusão. Sobre as atitudes e crenças capacitistas, que no fundo representam juízo de valor de que a pessoa com deficiência é inferior, incapaz e que sua deficiência precisa ser superada ou corrigida, inclusive por intervenção divina, para, então, se tornar uma pessoa dita normal; tem efeito de reforço à segregação, ao estereótipo e ao estigma dessas pessoas na sociedade.

Na pergunta número dois, sobre a percepção dos colegas quanto ao envolvimento de Jonathan com a vida universitária, um colega menciona a perceptível diferença entre a participação do acadêmico antes da pandemia da Covid-19 e depois da pandemia, sendo que anterior à pandemia sua participação ocorria de forma

mais intensa e em vários campos: *“Antes da pandemia da COVID-19, Jonathan era muito ativo na universidade, participou com assiduidade do Diretório Central dos Estudantes (DCE) por um ano, onde levantou várias reivindicações, pois a militância fazia parte da vida do acadêmico, que mostrava muito interesse em avançar na organização política. Nas aulas e eventos do curso e da universidade, Jonathan sempre se mostrou muito interessado em participar, parecendo gostar muito do momento de debate nesses espaços, pois sempre era um dos primeiros a levantar questionamentos que fomentavam os debates, assim como nas aulas, onde sua participação com perguntas e apontamentos eram uma realidade que presenciávamos cotidianamente. Com a pandemia da COVID-19, a participação de Jonathan ficou limitada devido a muitas questões, com isso, infelizmente não observo mais essa participação dele na universidade, exceto em algumas disciplinas que participa de forma on-line, onde ele faz colocações e perguntas em alguns momentos, mas com menor frequência significativa se comparado ao período em que estava presencialmente na universidade”.*

Outro colega destaca que mesmo Jonathan enfrentando algumas limitações, ele é mais atualizado que alguns de seus colegas. Quanto à resposta do outro colega, se sobressai a afirmação de que Jonathan demonstra disposição para enfrentar os embates, e essa disposição serviu de inspiração para muitos, inclusive para esse colega que participou da presente pesquisa: *“Ao conhecer o Jonathan automaticamente você percebe de que não se trata de uma pessoa qualquer, desde nosso primeiro diálogo sempre mostrou um pensamento contundente, um papo reto e um posicionamento muito firme e verdadeiro.*

Como calouro de um curso muito singular como o Serviço Social, você busca alguns referenciais dentre tantas lutas e disputas que ocorrem, posso afirmar que a disposição para enfrentar os embates demonstrada pelo Jonathan, por vezes inspirou muita gente que estava na correria, eu sou um deles”.

A pergunta número três é sobre a percepção dos colegas acerca das relações sociais estabelecidas no espaço universitário entre Jonathan e demais estudantes. Um colega afirma que, embora ainda há colegas capacitistas, por outro lado, há colegas com quem Jonathan firmou relações recíprocas de amizade. Quanto às práticas capacitistas que o colega diz haver no curso, outro colega cita em sua resposta um exemplo, ele observa que Jonathan enfrenta dificuldades quando tem atividades em grupos, tanto para compor o grupo, quanto dificuldades relacionadas a imprevistos que surgem no grupo e que acabam deixando o acadêmico solitário. Uma resposta traz à tona algo de significativa importância: foi observado que, embora havia boa recepção sobre as discussões acerca dos direitos da pessoa com deficiência, o esforço em promovê-las recaía sobre Jonathan, de modo que isso levava à compreensão equivocada de que a contribuição reflexiva do acadêmico se limitava a essa temática. Nesse sentido, convém afirmarmos que a luta anticapacitista, sem dúvidas, não deve se restringir às pessoas com deficiência; as pessoas sem deficiência têm papel fundamental no processo de superação dessas práticas sociais discriminatórias, tal como as pessoas não negras devem se opor com vigor às práticas racistas e somar na luta contra o racismo. O anticapacitismo é uma bandeira

anti opressão a ser defendida de forma unificada, uma responsabilidade histórica e um compromisso ético que compete a todos. Atribuir essa luta apenas às próprias pessoas com deficiência ou a seus familiares, e crer que essas pessoas são incapazes de contribuir com outras tantas lutas indispensáveis à emancipação humana, acaba sendo mais uma forma de capacitismo.

A pergunta número quatro pede aos colegas entrevistados que relatem como foi e como está sendo estabelecida a interação social e/ou laço de amizade com Jonathan. Uma resposta relata com riqueza de detalhes a relação estabelecida entre o colega e Jonathan no período anterior à pandemia, os quais tinham afinidades com muitas lutas. Todavia, após a pandemia o vínculo sofreu uma considerável fragilidade: *“Antes da pandemia da COVID-19, Jonathan era muito ativo na universidade, participou com assiduidade do Diretório Central dos Estudantes (DCE) por um ano, onde levantou várias reivindicações, pois a militância fazia parte da vida do acadêmico, que mostrava muito interesse em avançar na organização política. Nas aulas e eventos do curso e da universidade, Jonathan sempre se mostrou muito interessado em participar, parecendo gostar muito do momento de debate nesses espaços, pois sempre era um dos primeiros a levantar questionamentos que fomentavam os debates, assim como nas aulas, onde sua participação com perguntas e apontamentos eram uma realidade que presenciávamos cotidianamente. Com a pandemia da COVID-19, a participação de Jonathan ficou limitada devido a muitas questões, com isso, infelizmente não observo mais essa participação dele na universidade, exceto em algumas disciplinas que participa de forma on-line, onde ele*

faz colocações e perguntas em alguns momentos, mas com menor frequência significativa se comparado ao período em que estava presencialmente na universidade”.

Outro colega menciona com alegria, que aprendeu muito com Jonathan, faz elogios a ele e diz que pretende estender a amizade, futuramente, enquanto profissionais. E em outra resposta o colega ressalta que Jonathan foi uma das primeiras pessoas que o recebeu no curso e que lhe apresentou lutas relevantes a serem enfrentadas no espaço universitário.

Por fim, a pergunta número cinco pede aos colegas entrevistados que relatem algo que não foi abordado nas questões da entrevista e que julgam importante ser mencionado. Um colega descreveu uma experiência que o marcou: ele, Jonathan e outro amigo foram juntos à festa junina da universidade. É interessante o relato sobre o quão feliz Jonathan ficou ao ter o aval da família para ir na festa somente entre amigos, assim como sua realização em participar. *“Uma experiência com Jonathan que me marcou, foi a participação dele em uma festa junina que a universidade realizou. Para ele ir ao evento, foi preciso que eu e outro amigo dele ligássemos para sua mãe e conversássemos com ela para permitir que Jonathan fosse a festa (mesmo ele sendo adulto, depende de sua mãe para locomoção, por isso, precisávamos que ela aceitasse que ele fosse), existiram resistências para essa permissão, mas com bastante conversa ela aconteceu (o que já deixou Jonathan muito feliz). Durante a festa, foi possível perceber a realização de Jonathan em estar participando daquele espaço, uma vez que, até então ele só havia participado de atividades acadêmicas no espaço universitário (lembrando que esse é um dos poucos*

espaços que ele frequentava no período), nesse sentido, festas não eram uma realidade na vida de Jonathan, embora ir a festas fosse um desejo dele, ou seja, ver sua vontade sendo realizada e a felicidade que esta resultou foi muito marcante”.

Outro colega, ao recordar as experiências que vivenciou com Jonathan num período de cinco anos, menciona ter empatia e gratidão por conhecer pessoas comprometidas com uma educação de qualidade às pessoas com deficiência. Declara que, mesmo havendo dificuldades no PEE, esse programa não deixa de ter grande importância. Um outro colega diz que, embora houve obstáculos que o impediram de ter maior convívio com Jonathan, o que permanece para ele é a capacidade que Jonathan tem de romper os limites que lhe são impostos, além de sua defesa pela luta contra as desigualdades sociais.

Com a palavra, Jonathan

Tendo em vista o lema adotado pelo movimento social das pessoas com deficiência *“nada sobre nós, sem nós!”*, ninguém melhor do que o próprio Jonathan para falar sobre ele mesmo e sobre os aspectos que considera relevantes em sua trajetória acadêmica. Assim, o principal objetivo desta entrevista é saber, a partir da própria perspectiva de Jonathan, o que ele tem a dizer em relação ao seu percurso no Ensino Superior, de modo geral, sobre as dificuldades enfrentadas, as conquistas alcançadas e quais as suas expectativas.

1. Qual a importância que atribui a sua família em relação aos estudos no Ensino Superior?

R: *“Muito importante, pois sem a minha família eu não consigo me locomover. Dependo dela em todas as áreas”.*

2. Qual é a importância que atribui ao PEE em relação aos estudos no Ensino Superior?

R: *“O PEE é o que me garante o acesso e a permanência para conquistar os meus objetivos acadêmicos, e, posteriormente, profissionais”.*

3. Quando você estava no Ensino Fundamental, por que você acha que foi encaminhado para frequentar a CLASSE ESPECIAL, se nessas classes estudavam apenas alunos que apresentassem deficiência Intelectual?

R: *“Por conta do preconceito, porque eu sou uma pessoa com deficiência motora, por conta de toda a carga histórica que a pessoa com deficiência traz consigo, e o estigma do capacitismo”.*

4. Como compreende as reprovações que teve em algumas disciplinas do curso?

R: *“Normais, pois pela primeira vez fui tratado como uma pessoa igual a todas as outras e não atribuo tais reprovações por eu ser uma pessoa com deficiência, exceto uma professora que não acreditava que eu poderia estar no ensino superior e me perseguiu”.*

5. Já sofreu preconceito no ambiente universitário?
Se sim, como lidou?

R: *“Já denunciei na ouvidoria da universidade e foi aberta uma sindicância que ainda está em andamento contra uma professora concursada do curso”.*

6. Percebe se tem recebido o mesmo tratamento que seus colegas? Em relação, por exemplo, ao nível de exigência nas avaliações, houve mudança se compararmos o momento em que ingressou na universidade com o momento atual?

R: *“Sim. Não, a exigência ficou até maior, ao longo dos anos fui aperfeiçoando minhas habilidades intelectuais, devido ao complexo de atividades”.*

7. Como foi o processo de conquista de sua autonomia no espaço universitário?

R: *“Foi lento e gradual, e muitas vezes penoso, pois não estava acostumado com tantas responsabilidades”.*

8. Percebe se hoje tem maior fluência na leitura em relação a quando ingressou na Unioeste?

R: *“Sim”.*

9. Está praticando a leitura em casa e nos apoios de AEE que ocorrem no contraturno?

R: *“Não muito por conta do grande número de atividades”.*

10. Percebe progresso em sua escrita e interpretação textual? Referente a isso, quais os erros que não comete mais?

R: *“Sim, melhorei no vocabulário, na maneira de organizar as ideias”.*

11. Jonathan, já havia um relato sobre sua trajetória acadêmica na Unioeste referente aos anos de 2016 a 2017. Na sua concepção, houve uma mudança qualitativa nos anos seguintes (de 2018 a 2021)? Se sim, em quais aspectos e o que contribuiu para tal mudança? (como, por exemplo: amadurecimento, apropriação de conhecimento, saúde mental, relacionamento interpessoal entre colegiado do curso e colegas)

R: *“Sim, em todos os aspectos acima mencionados”.*

12. Relembrando alguns dos momentos vivenciados na universidade durante esses 6 anos (2016 a 2022), quais os mais difíceis e os melhores? Por quê?

R: *“Os mais difíceis foram os momentos em que sofri preconceito quando uma professora duvidou da minha capacidade intelectual e, por isso, desenvolvi crise de pânico, crise de ansiedade e, o mais terrível, foi o fato de ser agredido tanto psicologicamente, quanto fisicamente por ela. Os melhores momentos - foram tantos! - foi quando eu tirei 100 na primeira prova; quando fui convidado para o primeiro congresso; quando fui convidado para dar uma palestra no Congresso Brasileiro de Políticas Sociais e Serviço Social, realizado em 2020”.*

13. Comente sobre a experiência de participar de eventos externos ao campus de Toledo. Qual a riqueza desses momentos?

R: *“Importantíssimos, porque fortalece o tripé que dá sustentação à universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão, além de melhorar o convívio social entre os acadêmicos, com ou sem deficiência”*.

14. Como ocorreu o estudo durante o período de aulas remotas?

R: *“A universidade cedeu um computador e as professoras de apoio⁸⁷ realizaram o AEE via Teams”*.

15. Quais as principais dificuldades/problemas encontrados nesse período e, se eles foram solucionados, como o foram?

R: *“A oscilação da internet e a presença de meu irmão [durante os momentos de realização das aulas]”*.

16. As horas de estudo aumentaram, permaneceram as mesmas ou diminuíram durante o ensino remoto?

R: *“Aumentaram”*.

17. Descrever sobre sua inserção no PET, ela foi importante? Em qual sentido? A experiência de ser petiano contribuiu em quais aspectos de sua vida acadêmica?

R: *“O PET deu um caminho científico [à minha trajetória de aluno do ensino superior] como, por exemplo, no projeto de iniciação científica sobre mobilidade urbana para pessoas com deficiência. E contribuiu, também, para aperfeiçoar as três dimensões necessárias à minha [futura] profissão, que são: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa”*.

18. Jonathan, você poderia relatar sobre o período em que participou da direção do DCE, dos momentos de paralisação/greve e de atos políticos realizados na

⁸⁷ Professoras/docentes de AEE

universidade em defesa da educação e da democracia (em especial em 2018 e 2019)? Quais as contribuições que essa participação ativa lhe trouxe e como foi exatamente que você contribuiu com o DCE e com os atos?

R: *“Foi muito importante, porque eu dei visibilidade para as causas das pessoas com deficiência e esses movimentos me ampliaram os horizontes, eles me ajudaram a perceber a dinâmica da sociedade como de fato ela é, e desconstruíram preconceitos internos que eu possuía, me desconstruíram inteiramente. Me mostraram os processos internos da universidade, como é complexa a negociação do que é preciso fazer entre os interesses da universidade e do movimento estudantil, essa disputa entre esses dois segmentos. Mostrou também a minha independência, a minha autonomia, porque foi a primeira vez que pude colocar as minhas opiniões e as minhas convicções para o coletivo da universidade, porque nós fizemos muitas reivindicações, muitas lutas. Não vencemos todas, mas vencemos algumas”.*

19. Ainda faz acompanhamento psicológico? Se não faz é porque decidiu parar (por quê?) ou por que a universidade não tem mais o profissional (ou hoje são estagiários que realizam o atendimento)? Poderia fazer um breve relato sobre os principais benefícios que você percebeu ter com o acompanhamento psicológico, isto é, com essa importante assistência estudantil? O acompanhamento refletia de forma positiva nos seus estudos? Como?

R: *“Parei de ir porque ela [a psicóloga que atendia pelo SUS] queria que fosse presencial [o atendimento], e não tem como [pela minha situação familiar naquele momento]; também [parei] porque o tratamento não estava como gostaria,*

no sentido de que ela [a psicóloga] não interagiu comigo, não discutia, só me questionava sobre o que eu achava, o que eu poderia fazer ou ficava em silêncio. Queria que ela discutisse os problemas comigo assim como a psicóloga da UNIOESTE”.

20. Qual sua expectativa em relação à realização do estágio? Já encontrou local para a realização? Teve ou está tendo dificuldade em encontrar? O local tem acessibilidade? Qual foi seu critério de escolha de local?⁸⁸

R: *“Aprender cada vez mais sobre a minha profissão. Sim, no projeto de hortas comunitárias do município de Toledo. Fui informado que o local tem acessibilidade, mas ainda não conheço”.*

21. Quais os problemas que você identifica no ambiente universitário em relação à inclusão da pessoa com deficiência?

R: *“Problemas com relação à acessibilidade, falta de formação dos profissionais para incluir a pessoa com deficiência. Por exemplo, uma vez tinham agendado uma aula pública no ginásio de esportes da Unioeste, só que lá não tem acessibilidade, tive que mostrar meu ponto de vista, tive que argumentar com o presidente do DCE sobre a importância da participação de todas as pessoas, inclusive das pessoas com deficiência que fazem parte da universidade. Ele não pensou nas pessoas cadeirantes, teve uma atitude excludente. E após isso, conquistamos o direito de mudar de local para o miniauditório da universidade que é acessível. Outra vez, foi marcada uma recepção para os calouros do curso, era no ginásio de esportes que não tinha acesso, e para complicar a situação, um carro parou na rampa de acesso à*

⁸⁸ Essa pergunta foi respondida antes do agravamento da saúde de Jonathan, meses depois ele teve que trancar a disciplina de Estágio, conforme já mencionamos..

entrada. Aí fizemos um cartaz e colamos no vidro do carro: “você atrapalhou muito minha chegada aqui”. Para eu ter acesso ao local alguns professores me ajudaram com a minha cadeira de rodas, me carregaram”.

22. Por fim, “Como incluir numa sociedade de classes que se utiliza de discursos ideológicos para manter-se e reproduzir-se”? Em outras palavras, na sua concepção é possível a efetivação da inclusão plena e radical em uma sociedade cuja lógica da exploração do ser humano pelo ser humano, gera inúmeras formas de desigualdade social?

R: *“Nesse modo de produção capitalista não há a possibilidade de inclusão, porque esse modo de produção despreza a nossa força de trabalho, ele não considera-nos como pessoas que podem contribuir para a mudança da sociedade, o capitalismo que é o modo de produção em que vivemos, é completamente excludente”.*

Relatos de Jonathan sobre situações capacitistas que tem enfrentado na vida acadêmica

“Um certo dia, uma professora de apoio⁸⁹ foi me acompanhar no almoço do RU (Restaurante Universitário) e na hora de enfrentar a fila para pegar a refeição, ela não me deixou acompanhá-la, quis escolher o que eu iria comer, tirando minha autonomia de escolher o que eu gostaria de me alimentar. Eu conversei com ela, expus o meu incômodo com a situação. Me infantilizou totalmente. Toda pessoa com

⁸⁹ Docente/Professora de AEE

deficiência deve ser tratada com o devido respeito com relação a sua autonomia de pensamentos e decisões”.

“Em uma determinada aula, com a presença da professora de apoio⁹⁰, estávamos eu e a turma discutindo a importância do código de ética, que tem como pressuposto o materialismo histórico dialético de Karl Marx. Essa discussão foi muito proveitosa, e ao encerrar a aula a docente de AEE, fora da sala de aula, me questionou o porquê do pressuposto do materialismo histórico dialético se no código de ética não era citada a palavra “marxismo”. Então expliquei calmamente para a professora, eu disse: professora, essa teoria é a que melhor explica a contradição entre capital e trabalho, que é a origem do conceito “questão social”. Fomos até a sala do PEE, chegando lá, ela me colocou próximo ao computador, buscou pelo código de ética e disse: onde está escrito que essa deve ser a teoria adotada? Eu falei sobre o oitavo princípio⁹¹. Fomos para o almoço no RU, e como faço parte do programa PET, tenho que cumprir a carga horária de 20 horas semanais, então, após o almoço subimos até a sala do programa e logo após abrir a porta ela retornou a essa discussão. Cansado e estressado, alterei a voz e disse: professora, você não tem a mínima qualificação para discutir esse conceito comigo, eu já estou no curso há quatro anos! Ela ficou muito mais nervosa, gritando muito alto comigo, ela me disse que tinha mestrado e que possuía todas as condições de discutir isso comigo. Ai eu falei: você viu no código de ética que nós buscamos uma nova sociabilidade sem exploração de classe, etnia e gênero,

⁹⁰ Docente/Professora de AEE

⁹¹ “VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 24).

então ela me falou que Marx não era o único pensador que versava sobre o assunto. Eu disse: quais? Porque eu conheço só um! Ela não teve resposta. Eu respirei fundo, tomei uma água e tentei trocar de assunto. Mas, ela voltava ao mesmo ponto toda vez, aí eu falava: nós temos mais atividades para fazer. De repente, eu ouvi batidas na porta, era um professor: está acontecendo alguma coisa aí? Eu fiquei muito envergonhado por causa do barulho! Eu disse que estava tudo bem, só estávamos discutindo o assunto da aula da manhã. No outro dia de manhã fui chamado pela coordenadora do programa do PEE, ela me perguntou se estava tudo bem entre eu e a professora, porque havia pessoas que foram reclamar que estavam acontecendo discussões muito altas no PET e que isso estava atrapalhando o funcionamento da biblioteca, porque lá exige silêncio. Tive que explicar tudo o que aconteceu. A coordenadora falou que nós não podemos discutir tão alto porque atrapalha os outros departamentos. Essa situação foi um tanto embaraçosa porque a professora não conhece as discussões do interior da categoria, então, não tem a mínima qualificação para discutir isso. Acho que isso aconteceu pelo fato dela me considerar um sujeito menor, infantil por eu ter uma deficiência física. Foi muito constrangedor!

“Uma determinada professora, no início do ano letivo encontrou a minha professora de apoio⁹² e disse a ela que eu só poderia fazer perguntas no final da aula porque ela não entendia a minha fala, mas essa regra valia só para mim. A minha professora me contou sobre isso, mas como qualquer outro aluno eu tenho direito a fazer perguntas quando surgirem as dúvidas no decorrer da aula. Eu perguntava para

⁹² Docente/Professora de AEE

ela e ela fingia que não ouvia, sendo que eu sentava bem próximo a ela, ela ignorava minhas perguntas. Considero isso um preconceito por eu ser uma pessoa com deficiência, ela não considera a minha capacidade de estar frequentando o curso. Num determinado dia tínhamos marcado uma prova (e por resolução do programa as provas são realizadas no contraturno e com 50% de tempo adicional, isso já está firmado no colegiado, porque houve reunião com todos os docentes), então, no começo da aula dessa professora fui discutir com ela quando seria a minha prova, já que a data da prova da turma já estava chegando. Ela me solicitou que eu enviasse essa pergunta por e-mail, e a aula transcorreu normalmente. Depois disso, como ela havia me solicitado, à tarde eu enviei um e-mail para ela. Após alguns dias ela me respondeu, explicou que não poderia realizar a prova no contraturno, pois não tinha carga horária para isso. Mas, em outros momentos ela já tinha aplicado no contraturno sem problema nenhum. Ela pediu para que eu solicitasse à coordenação do curso para que outro professor aplicasse a prova no lugar dela. Na mesma hora eu subi na coordenação, esperei por horas [durante muito tempo], a coordenadora chegar, pedi uma reunião com a coordenadora do curso, e após explicar a situação, ela disse que a própria professora da disciplina deveria aplicar a prova. Fiquei irritado com a situação, aí no outro dia mandei e-mail para a professora explicando o que a coordenadora tinha me dito, e a professora negou que tinha carga horária para isso. A minha turma fez a prova normalmente e a minha prova ficou pendente, atrasou uns 3 meses. Antes de a minha prova ser realizada, eu continuei participando das aulas dela normalmente, e toda aula nós tínhamos discussão sobre outras coisas, além da prova. Eu fiquei tão irritado, certo dia, que me deu uma crise

de pânico muito forte, comecei a chorar durante a aula dela e senti muita falta de ar, então, a professora de apoio me tirou da sala de aula e no caminho entre a sala de aula e o PEE comecei a vomitar, tive a sensação que iria desmaiar, pedi para a professora parar a cadeira e chamar o SAMU, eu falei para ela que iria morrer! De tanta falta de ar não consegui falar com o SAMU, me colocaram na maca e forneceram oxigênio, mas quando me colocaram na maca, com pressa, me pegaram de forma errada e machucaram meu quadril. Fui para a UPA e permaneci a tarde inteira, em casa tive que fazer tração⁹³ por causa da dor no quadril, e permaneci cinco dias em casa. Logo após isso, fui ao psiquiatra e relatei para ele o que aconteceu, ele fez uma carta recomendando à professora que ela tivesse um tratamento condizente com o meu quadro de saúde mental, mas mesmo com essa recomendação, a professora não mudou de atitude comigo. Depois disso, com a ajuda de colegas, denunciemos via ouvidoria da faculdade vários casos em que essa professora agiu mal. A pró-reitora de graduação foi para Toledo para fazermos uma reunião com toda a turma e

⁹³ É uma técnica da fisioterapia de esticar ou puxar, “além disso, a tração ainda é definida como um processo que aplica forças através do peso corporal do paciente, pesos extras e/ou polias [...]” (FOGLIARINI, 2012, p.11) A tração é uma “tensão de estiramento aplicada a determinado segmento corporal” (PRENTICE, 2004, p.321 apud FOGLIARINI, 2012, p.11) A mãe de Jonathan realiza uma forma caseira de tração, conforme relato dele: “na perna é colocada uma meia e enrolada uma faixa no pé até a altura do joelho; é passada uma fita durex na faixa em torno do pé, formando uma argola e nela prende-se um barbante que está amarrado numa garrafa [pet com água], a qual fica pendurada e, conforme ela vai descendo, vai puxando a perna para baixo. Isso ajuda a afastar o osso do quadril onde foi lesionado. Foi ensinado pelos médicos do hospital Pequeno Príncipe de Curitiba”.

relatamos todos os problemas para ela. Durante essa reunião a professora bateu na porta da sala e perguntou o que estava acontecendo, um colega perguntou se ela queria participar da reunião, ela respondeu que não e saiu. Foi aberto sindicância e essa professora ficou afastada por quase um ano”.

“Fui numa recepção aos calouros, uma das dinâmicas era corrida e a minha professora de apoio não se encontrava fisicamente preparada para correr comigo, outra dinâmica era jogo de vôlei. Fiz uma nota de repúdio ao curso de Serviço Social, depois fui procurado pela coordenação, ela queria saber o que estava acontecendo, expliquei que não havia gostado, não havia me sentido bem porque era uma dinâmica não condizente com a minha condição física, foi excludente. Ela [a coordenadora] não gostou que eu primeiro enviei a nota de repúdio, ela compreendeu [o que argumentei] mas levei um puxão de orelha”

“Em 2021 o PET organizou a semana acadêmica que se realizou de forma remota, e eu fui designado para acompanhar o chat das perguntas, só que o meu mediador não me deu a palavra para fazer esse trabalho. Fiquei tão chateado que mandei mensagem para a coordenadora do PET. O mediador fez o meu trabalho!” “Os petianos assistiram ao filme Okja legendado e só depois que conversei com a coordenadora [do PET] o filme foi disponibilizado dublado”.

4. JONATHAN NA UNIVERSIDADE DURANTE A PANDEMIA: PERSPECTIVAS PARA A CONTINUIDADE E CONCLUSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Relato de Jonathan sobre sua condição de saúde: “No início de 2022 houve uma reunião com o PEE, o reitor e o diretor do campus [de Toledo] para tratar de minha permanência em aula remota devido a pandemia; o reitor falou que iria avaliar se era possível, o que verdadeiramente ocorreu e vem se mantendo até este momento [setembro de 2022]. A partir do mês de fevereiro [de 2022] eu comecei a sentir muita dor nas costas e muita dor nas pernas, então minha mãe começou a procurar um médico. Primeiro chamamos o médico do Programa Saúde da Família para vir em casa porque eu não conseguia sentar de tanta dor, o médico pediu exame de sangue e exame de urina e encaminhou para o ortopedista. Para ir ao ortopedista tive que fazer uso de ambulância particular. O ortopedista olhou minha coluna (tenho histórico de escoliose e cifose), ele pouco tocou em mim e me encaminhou para Curitiba, não fiquei contente e fui buscar outra avaliação médica. Entrei em contato com a minha TO que entrou em contato com um fisiatra e ele me encaminhou para uma médica de Cascavel; fiz exames e foi detectado osteoporose muito acentuada. Ainda irei em busca de um tratamento para fortificar os ossos. Devido ao meu quadro clínico, pedi [em setembro de 2022] para continuar estudando de forma remota, solicitei ao colegiado do curso, ao reitor e ao PEE. Tenho orientação médica para tal, o médico fez um laudo e eu protocolei”.

Jonathan relata sobre sua principal demanda na universidade que é o fato de que, para que ele dê sequência a seus estudos é imprescindível a oferta do ensino remoto. E justifica afirmando: *“porque qualquer movimento que eu fizer pode causar fratura, meus ossos estão tão frágeis quanto uma casca de ovo, segundo o médico. O osso do quadril do lado esquerdo está quase perfurando a pele, não posso fazer movimento brusco. A costela pressiona o pulmão esquerdo. Vou fazer fisioterapia pulmonar duas vezes por semana pelo SUS, conseguimos via promotoria, porque o SUS não dispõe de fisioterapia domiciliar”*. Importante considerar que, conforme assegura a Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018, que altera a LDB, os alunos da educação básica que estiverem realizando tratamento de saúde por tempo prolongado têm direito ao atendimento pedagógico domiciliar:

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa (1996, s.p).

Jonathan está impossibilitado de frequentar presencialmente a universidade; sua condição é de permanência prolongada em domicílio, porém, o que ele requer não é o estudo domiciliar, é a oferta de ensino remoto. Relata que: *“A professora vem até em casa para trazer as avaliações, as provas, os CDs e deixa tudo na caixinha do correio porque ela tem receio de que eu pegue Covid”*. O ensino remoto, no caso de Jonathan, ocorre por transmissão ao vivo das aulas em que ele está

matriculado; essa transmissão é realizada pela professora de AEE que está presencialmente na aula e a transmite para Jonathan. Contudo, ainda não há lei que regulamente o ensino remoto, apenas está em tramitação um projeto de lei que versa sobre esse tema⁹⁴.

Em 2022 Jonathan havia se matriculado na disciplina de Estágio, mas em razão da sua condição de saúde não pode dar sequência à disciplina e relata: *“inicie o Estágio, fui presencialmente e a partir do momento em que as dores pioraram, pedi para trancar a matrícula. Não sei como vou fazer, mas a única coisa que sei é que ele [o estágio] vai ter que ser de forma remota devido a minha condição de saúde. Ainda não tivemos resposta do colegiado quanto ao estágio e nem quanto ao meu pedido de aula remota”*.

Antes de sua saúde ficar fragilizada, Jonathan apresentou trabalhos em eventos, ele cita um em especial, e fala em tom de alegria: *“participei do Encontro Anual de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação - EAICTI, realizado pela UNIOESTE no campus da Uniãoeste em Cascavel, apresentando trabalho científico presencialmente. Na pandemia apresentei trabalho, mas virtualmente, fui o único do PET que apresentou porque meus colegas perderam o prazo da inscrição”*. Com a pandemia da Covid-19 ele participou de eventos transmitidos de forma remota: *“participei dois anos seguidos do Congresso*

⁹⁴ O Projeto de Lei 4816/20 determina as regras que deverão ser observadas por estabelecimentos do ensino fundamental, médio e superior para substituir o ensino presencial pelo remoto. As regras previstas no projeto se aplicam a estabelecimentos privados e também aos públicos (no que couber) (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2020, s. p).

Brasileiro de Políticas Sociais, um ano como apresentador de trabalho [2020]; em 2021 recebi o convite para participar como palestrante, minha fala durou cerca de 30 minutos. Havia pessoas de todas as regiões do país. Tive a oportunidade de trabalhar com o tema da mobilidade urbana para pessoas com deficiência no município de Toledo, já faz alguns anos que trabalho com esse tema. Nunca esperava que eu seria convidado para palestrar porque eu sou só um acadêmico, fiquei surpreso quando vi no meu e-mail o convite para o congresso. Recebi muitos elogios, colegas de outros Estados do país entraram em contato comigo para pedir como desenvolvi minha pesquisa, para trocar experiências e debater sobre o tema que é muito interessante”.

Não há dúvidas sobre o quão relevante é a UNIOESTE para Jonathan, ele relata sobre a importância desta universidade em sua vida para além do conhecimento acadêmico: *“a UNIOESTE me possibilitou uma bagagem de vida, uma vivência que eu nunca tive em outros espaços! Eu convivía mais com adultos e não com pessoas da minha faixa de idade, então essa possibilidade de poder trocar ideias, conversar e desabafar coisas que não é conveniente contar aos meus pais eu pude ter, pude ter um espaço de fala. E é desse espaço de fala que eu sinto mais falta hoje! Lembrando que não é porque eu não quero [frequentar as aulas presencialmente] ou porque meus pais não querem, é por orientação médica. Foi lá que eu pude ter as primeiras experiências românticas, que foi com uma colega de sala no momento bem difícil da minha vida, que foi o AVC do meu pai. Depois tive uma paixão avassaladora por uma colega da universidade que também tem paralisia cerebral. Foi promovido o nosso encontro dentro da própria universidade,*

nós assistimos a um filme (*Uma mente brilhante*), ficamos só nós dois. Em outro momento me declarei para ela na cantina da universidade, expus todo o meu amor e todo o meu sentimento com relação a ela. Uma estagiária bolsista me levou e ficou em outra mesa, incentivou a me declarar, me disse para não ir com muita expectativa. Minha psicóloga também me incentivou. Ela [a colega] me disse que não correspondia ao meu sentimento porque gostava de outra pessoa. Sofri muito, no momento fiquei destruído! Foi muito ruim ouvir que ela gostava de outra pessoa, para qualquer pessoa seria difícil! Tive que fazer muita terapia, falei muito com a minha psicóloga sobre isso. [Mais tarde] conheci uma outra pessoa cadeirante na UNIOESTE, mas ela não era estudante, a irmã dela era. Conversamos, saímos para tomar um lanche, eu, ela, a mãe dela e a minha professora [de AEE]. Trocamos contatos nas redes sociais, trocamos mensagens de whatsapp. Conteí para minha mãe, ela é muito ciumenta, mas me deu apoio, me ajudava a mandar áudio para ela e mensagens. A gente chegou a marcar um dia para ela vir aqui em casa, mas ela não foi porque era dia dos pais. Quando eu fiz o convite para ela assistir a um filme comigo na UNIOESTE, ela teve uma reação desproporcional de indignação, não gostou do convite porque eu pedi para estarmos somente eu e ela. Ficou brava comigo, acho que ela não se reconhecia enquanto uma pessoa capaz de despertar sentimentos amorosos. Falei que não era a minha intenção ofendê-la e eu a lembrei que mesmo sendo uma pessoa com deficiência ela poderia namorar. Agora eu estou mais focado na minha área acadêmica, só quero terminar o meu curso e a minha intenção é fazer mestrado e doutorado. Mas não desisti de ter relacionamentos, só não encontrei uma pessoa que me despertasse esse sentimento”.

Na sociedade posta, as pessoas com deficiência enfrentam inúmeras barreiras atitudinais, uma delas está relacionada à sua sexualidade⁹⁵. É recorrente a concepção errônea de que as pessoas com deficiência são seres assexuados; em grande medida, essa ideia preconceituosa está presente no imaginário de muitos justamente porque tais pessoas recebem, ao longo de sua vida, um tratamento infantilizado. É comum, também, uma concepção oposta, de que a sexualidade das pessoas com deficiência sempre se expressa de forma descontrolada e exacerbada, ou seja, como um problema. Essas crenças levam à falsa ideia de que elas são incapazes de estabelecer relacionamentos afetivos maduros; em suma, contribuem para afetar de modo negativo a vivência da sexualidade das pessoas com deficiência (MENDES; DENARI, 2019).

Nesse sentido, não podemos nos abster de refletir acerca do padrão de beleza considerado ideal na sociedade vigente. Os atributos físicos avaliados como belo correspondem, primeiramente, a um corpo funcional, “normal e saudável”, de maneira que os corpos que não se ajustam a essa norma social - que impõe o que deve ser caracterizado como belo - são vistos como desviantes e incapazes de realizar toda a gama de atividades que uma pessoa sem deficiência realiza. Por certo, as formas equivocadas de

⁹⁵ Entendemos “[...] por sexualidade, a partir de Foucault (1976), o uso do corpo e de seus prazeres. A sexualidade, assim, é um fenômeno inerente a todos os seres humanos, não se limitando ao coito ou às práticas genitais, mas sim, englobando processos corporais e afetivos” (MENDES; DENARI, 2019, p. 1.358).

entendimento sobre a sexualidade da pessoa com deficiência servem como desencorajamento a vivê-la de forma plena.

Dado o contexto social de negação da sexualidade da pessoa com deficiência, ou da crença de que sua sexualidade é manifestada de modo inadequado, por vezes, as próprias pessoas com deficiência podem aderir às concepções pautadas no senso comum a respeito desse tema, reproduzindo mitos e até mesmo privando-se de experiências sexuais. Assim, é necessária uma quebra de paradigma em relação à sexualidade da pessoa com deficiência, pois, na medida em que deixar de ser tabu, essas pessoas se sentirão legitimadas a exercer livremente sua sexualidade, se reconhecerão enquanto sujeito de direitos sexuais e reprodutivos⁹⁶.

“Na UNIOESTE, como em toda a minha vida, tive que ter muita persistência, ter muita coragem porque foram muitos obstáculos, mas eles fazem parte. Durante esses seis anos de curso foram muitas lutas, batalhas e histórias”.

O presente relato demonstra o quanto o tratamento capacitista destinado às pessoas com deficiência é, em grande medida, resultado de uma condição social que

⁹⁶ Enfatizamos o Artigo 6º da LBI: “A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, s.p).

lhes é historicamente imposta, a saber, que esse segmento de pessoas é colocado à margem da sociedade. Há inúmeras problemáticas na Educação Básica e no Ensino Superior em relação à inclusão das pessoas com deficiência, e é justamente por isso que a escola e a universidade são espaços que devem ser legitimamente ocupados por elas, uma vez que é no enfrentamento da realidade que será possível modificá-la. Jonathan, enquanto sujeito de sua história, e junto com sua família, enfrenta e modifica a materialidade da vida concreta; para tanto, há um elemento decisivo que está presente: a esperança. Segundo Fromm (1969), esperança não é uma simples expectativa, um anseio ou desejo de algo melhor, tampouco otimismo vazio, fé irracional ou ser sonhador; esperança é uma atividade intensa, uma disposição interior, um estado de ser. A espera passiva é uma forma de não-esperança, é um disfarce da desesperança, pois a esperança exige reação frente a realidade e não impotência. É a esperança que causa transformações sociais e individuais, portanto, ela é exatamente o oposto da resignação. A coragem acompanha a esperança, ou seja, a firmeza como capacidade de resistência àquilo que se faz necessário. Nesse contexto, Fromm faz uma interessante analogia:

Ter esperança significa estar pronto a todo momento para aquilo que ainda não nasceu e todavia não se desesperar se não ocorrer nascimento algum durante nossa existência [...] aqueles cuja esperança é forte vêm e apreciam todos os sinais da nova vida e estão prontos a todo instante para ajudar no nascimento daquilo que está pronto para nascer (FROMM, 1969, p.27).

Outro filósofo que reflete acerca da esperança numa perspectiva crítica é Ernst Bloch (2005). A esperança, para esse pensador, tem qualidade de impulsionar avanços à efetivação de alternativas viáveis, assim, esperar e desejar algo melhor requer práxis. Tem esperança quem não se contenta com o *status quo*, pois esperança é afeto que parte de uma carência do real, é consciência que anseia um futuro qualitativamente diferente do presente. A esperança é elemento que constitui a utopia concreta, conceito blochiano que diz respeito a um horizonte concretamente possível, não idealista, o real que ainda não é, mas que contém em si as condições para ser.

Por isso, a esperança, este afeto expectante contrário à angústia e ao medo, é a mais humana de todas as emoções e acessível apenas a seres humanos. Ela tem como referência, ao mesmo tempo, o horizonte mais amplo e mais claro (BLOCH, 2005, p. 77)

Mediante as barreiras que encontra, Jonathan as utiliza como força motriz para a esperança que há em si, isto é, o efeito gerado não é no sentido de bloquear ou reduzir a esperança, mas de fortalecer e instigar a modificar as relações opressoras e exploradoras existentes na sociedade. Conforme Bloch “[...] a esperança é, em última análise, um afeto prático, militante. Ela desfralda bandeiras (2005, p. 113-114)”; então, Jonathan é um militante da esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo compreender como tem sido efetivada a trajetória acadêmica do aluno do curso de Serviço Social da Unioeste, Jonathan, no sentido de identificar os Atendimentos Educacionais Especializados (AEE) disponibilizados ao aluno no decorrer dos anos em que vem estudando na universidade, no sentido de contribuir para uma educação que visa realizar uma prática pedagógica na direção do máximo desenvolvimento humano também para os alunos com alguma deficiência/Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e, ainda, de enfatizar a importância da Educação Especial para a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência no Ensino Superior.

Por meio da coleta de relatos verificamos que a Educação Especial é fundamental para o acesso, a permanência e a terminalidade acadêmica dos estudantes do Ensino Superior, no sentido de contribuir com orientações e conhecimentos para a organização e aperfeiçoamento da prática pedagógica dos docentes do curso onde o aluno estuda, por meio de adaptações curriculares nos objetivos, conteúdos, metodologias de ensino e formas de avaliação da aprendizagem, juntamente com o trabalho colaborativo das professoras de AEE.

Esperamos, também, que os dados coletados nesta pesquisa possam contribuir para a formação de

professores de forma geral e, especialmente, para professores que buscam atuar como docentes de AEE no Ensino Superior. Levantamos com esta pesquisa a possibilidade de afirmar que um trabalho pedagógico organizado e sistematizado, com base em conhecimentos científicos sobre as formas de se promover a aprendizagem e o desenvolvimento de alunos com deficiência/NEE, pode contribuir para o processo de inclusão, para a geração de novos conhecimentos sobre esse processo e, nesse sentido, contribuir para a formação de professores e de outros profissionais que participam desse processo no interior das universidades. Ademais, nosso objetivo é de divulgar o conhecimento produzido, especialmente sobre as ações, atividades e adaptações curriculares realizadas pela equipe do PEE ao longo da trajetória acadêmica do aluno sujeito da pesquisa.

Assim, esperamos que essa produção teórica possa colaborar com as instituições de Ensino superior, tendo em vista que cabe a elas buscar o conhecimento sobre as formas de se incluir esse contingente cada vez maior de alunos, o qual, historicamente, esteve alijado de qualquer participação social. Desejamos, concomitantemente, que o presente estudo possa servir de incentivo às pessoas com necessidades educacionais especiais ingressarem no Ensino Superior. Para Vigotski (2019), o convívio da pessoa com deficiência no meio cultural junto com todas as pessoas é que pode tornar possível a compensação da deficiência: “A validade social é o ponto final da educação, já que todos os processos da supercompensação estão dirigidos à conquista de uma

posição social” (p. 79). No caso de Jonathan, certamente, sua difícil trajetória acadêmica tem caminhado na direção de sua validade social quando adentrou o Ensino Superior, no cotidiano, ao enfrentar as adversidades de sua vida pessoal e no enfrentamento de cada um dos obstáculos que se interpõem em seu percurso no interior da universidade. Considerando que o processo de permanência de Jonathan no Ensino Superior tem sido de constante quebra de barreiras de toda ordem, esperamos que este estudo possa provocar reflexões aos leitores quanto às atitudes capacitistas que as pessoas com deficiência enfrentam, e que tais reflexões possam conduzir a transformações qualitativas em relação ao tratamento dado a essas pessoas.

Por fim, queremos expressar nossos sinceros agradecimentos à família de Jonathan, às professoras de AEE que participaram desta pesquisa, assim como à coordenadora do PEE e demais profissionais do campus Toledo, à profissional técnica em assuntos universitários, ao bolsista/estagiário de apoio, aos colegas de curso e a toda a equipe do PEE campus Cascavel. Também agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior/CAPES, ao Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE e ao Programa de Apoio à Pós-Graduação/PROAP/UNIOESTE pelos recursos destinados à publicação desta obra.

MEU AMIGO JONATHAN

Da mais brilhante estrela do céu, a qual descrevo sua essência sobre este papel.

Do mais reluzente diamante, o qual recito sobre o seu brilho a cada instante.

Da mais água límpida pura, a qual me admiro com a suavidade de sua ternura.

Do mais inebriante infinito do mar, o qual eu olho no horizonte e fico a admirar.

Eu só posso dizer algo que jamais posso esquecer.

De alguém que transmite a mais profunda alegria.

Tão iluminada como a luz do sol que irradia.

Um encanto que enaltece na terna harmonia.

Quando lhe vejo e escuto, eu sempre fico atento.

Pois sua expressão e fala transmitem a palavra conhecimento.

Sua presença sempre enobrece a mente e também o coração.

Pois seu falar e olhar são sinônimos de obstinação.

Estar junto com ele é um momento de felicidade que nunca se cansa.

Pois ele aponta a direção e o significado do termo esperança.

E como a brisa que assovia, encontro nele o sopro da sabedoria.

E se no navegar não encontrar o cais, eu sei que na sua face se encontra paz.

Não se encontra em nenhum canto do mundo ou de uma cidade.

Tamanha alegria e gratidão por ter essa imensa amizade.

Felicidade enorme em ter conhecido ele na UNIOESTE, nesta universidade.

E de uma forma onírica e surreal, conhecê-lo no curso de Serviço Social.

Que bom saber que pude caminhar contigo essa parte da estrada da vida.

Onde pude entender que a cada passo ela ficou ainda mais querida.

Em cada nascer e pôr do sol saiba que sempre vou estar contigo.

Que bom ter te conhecido, meu caro Jonathan, meu amigo.

Prof. William Silvano de Camargo

11/10/2022

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Teoria da Semicultura**. In: PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon (orgs). **Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores associados, 2010. p. 7-40.

ALMEIDA, Maria Amélia. São Jonathan (Estado) Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. **O Caminhar da Deficiência Intelectual e Classificação pelo Sistema de Suporte/Apoio**. In: ALMEIDA, Maria Amélia (org.) **Deficiência intelectual: realidade e ação**. São Jonathan: SE, 2012, p. 51-63.

ALMEIDA, Simone Aparecida de. FONSECA, Aline Alves. **A produção e a percepção prosódica dos sinais de pontuação na leitura de alunos concluintes do Ensino médio: Experimento piloto**. In: Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala, VI, 2017. **Anais...** Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora, v.4, p.3-6, 2017. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_coloquio. Acesso em 19 mar. 2022.

AAIDD – AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. *El comité sobre terminología y clasificación de la AAIDD*. **Discapacidad intelectual: definición,**

clasificación y sistemas de apoyo. Trad. Miguel Ángel Verdugo Alonso 11. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. JÚNIOR, Janary. **Projeto prevê regulação para ensino remoto em escolas e universidades públicas e privadas**. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/698202-projeto-preve-regulacao-para-ensino-remoto-em-escolas-e-universidades-privadas/>> Acesso em: 07 set. 2022.

AMARAL, Tatiane Platzer. **Encaminhamento de crianças à classe especial**: o registro oficial dos profissionais responsáveis. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 24., 2001. Caxambu, MG: ANPED, 2001. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1581601862887.doc>. Acesso em: 15 de julho de 2010.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. v. 1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Ministério da Educação, 1989.

BRASIL. **Parecer nº 17/2001**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. CNE/CEB. Brasília: CNE, 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração**

de Salamanca (UNESCO) de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Curitiba: APP/SINDICATO, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 5.296/2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004.

BRASIL. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla.** [4. ed.] / elaboração prof^a Ana Maria de Godói – Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência. Decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. - 4. ed., rev. e atual – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 30 de agosto de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília: CNE/CEB, 2001.

CARVALHO, E. N. S.; MACIEL, D. M. A. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation – AAMR: o sistema 2002. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 11, n. 2, p. 147-156, 2003.

CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; MORAIS, Nayra Carolina Bueno de. **Intervenção pedagógica com jogo de regra de acentuação gráfica no ensino fundamental**. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem11pdf/sm11ss06_09.pdf. Acesso em 20-mar. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em

13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 2021.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem.** In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho. Escritos de Marx e Engels.* São Jonathan: Expressão Popular, 2004, p.11-28.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 2ª Edição Revista e Aumentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FOGLIARINI, Emilma. **Tração contínua mecânica no tratamento da dor lombar: revisão de literatura.** Monografia de especialização. (Reabilitação físico-motora) Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria, 2012. p. 40.

FROMM, Erich. **A revolução da esperança: por uma tecnologia humanizada.** Tradução: Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

IACONO, Jane Peruzo. **Deficiência mental e terminalidade específica: novas possibilidades de inclusão ou exclusão velada?** 2004. 257 f. Dissertação.

(Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

IACONO, Jane Peruzo; MORI, Nerli Nonato Ribeiro **Deficiência mental e terminalidade específica: novas possibilidades de inclusão ou exclusão velada?** In: ANPED SUL, SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 5., Curitiba, 2004. *Anais...* Curitiba: Editora Universitária Champagnat, v.1. p. 1-16. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000231&pid=S1413-6538201200030000900018&lng=en. Acesso em: 10 de Janeiro de 2018.

IACONO, Jane Peruzo. **Processos Fonológicos Presentes na Escrita de Alunos com Deficiência Intelectual de Salas de Recursos**. 2014. 257 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

IACONO, Jane Peruzo. **Processos Fonológicos: um olhar para a escrita de alunos com deficiência intelectual**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

LIMA, Solange Rodovalho. **Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

LINHARES, Renata; et al. O estágio, a precarização do mundo do trabalho e a formação dos(as) estudantes de educação física. *In: Arquivos em movimento*, v.17, n.1, 2021. p. 336-354.

MASSARO, M. Estratégias de Comunicadores Auxiliados para Instruir Parceiros de Comunicação na Construção de Modelos Físicos. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 22, n. 3, p. 337-350, Jul.-Set., 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** Tradução: Rubens Enderle. 2ª edição. São Jonathan: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Jonathan: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte.** Lisboa: Edições Avante, 1982.

MARX, Karl. **Feuerbach (1845).** *In:* MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Jonathan: Boitempo, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Evolução histórica da concepção científica da deficiência mental. *In:* GOYOS, C.; ALMEIDA, M. A.; SOUZA, D. (Org.). **Temas em Educação Especial.** v. 3. São Carlos: EDUFSCar, 1996. p. 119-136.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DENARI Fátima Elisabeth. Deficiência e sexualidade: uma análise

bibliométrica. *In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1357-1354, jul., 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12124/8338>>
Acesso em: 10, set. 2022.

MOREIRA, Cláudia M. **O estatuto da sílaba na aprendizagem da leitura: comparando o percurso de crianças e adultos**. 2009. 292 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Jonathan: EPU/ MEC, 1976.

OLIVEIRA, Anié Coutinho de; BASEGIO, Ivan Antônio. **A psicomotricidade relacional como possibilidade de intervenção com uma criança que apresenta autismo: um estudo de caso**. Curitiba: Reunião Científica Regional da ANPED; Curitiba: UFPR, 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. Centro Estadual de Avaliação e Orientação Pedagógica. **Curso de Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar: Subsídios para a Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar - Orientações Pedagógicas**. Curitiba: SEED, 2013.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Paraná. **Instrução n.º 15/2018** - Critérios para a oferta do Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais e Centro de Atendimento Educacional Especializado para estudantes da Educação Especial e/ou com Atraso Global do Desenvolvimento, matriculados na Educação Infantil das instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: CEE, 2018.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Jonathan: T. A. Queiroz; EDUSP, 1984.

SANCHES-FERREIRA, M., LOPES-DOS-SANTOS, P., SANTOS, M. A. A desconstrução do conceito de deficiência mental e a construção do conceito de incapacidade intelectual: de uma perspectiva estática a uma perspectiva dinâmica da funcionalidade. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 4, p. 553-568, 2012.

SILVA, Adriana da Cruz. **Estrutura da sílaba e acento fonológico**: novos caminhos e estratégias para o ensino de acentuação gráfica. 2018. 217f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS), Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, (UESB) - Vitória da Conquista, 2018.

SILVA, Danielly Firmino da. MORAES, Mayara Cristina Galindo de. GOLIN, Marina Ortega. **Características**

clínicas e intervenções fisioterapêuticas na tetraparesia espástica. Rev. Neurocienc, 2021;29:1-24.

TEIXEIRA, Elizabeth Reis. Processos de simplificação fonológica como parâmetros maturacionais em português. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, p. 53-63, jan./jun,1988.

TEIXEIRA, Elizabeth Reis. A aquisição fonológica em casos de desabilidade fonológica de desenvolvimento. In: YAVAS, S. M. (Org.). **Desvios fonológicos em crianças: teoria, pesquisa e tratamento.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. p. 211-230.

TEIXEIRA, Elizabeth Reis. Perfil do desenvolvimento fonológico em português. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 12, p. 225-237, dez. 1991.

TEIXEIRA, Elizabeth Reis. **Maturação fonológica no português: os processos fonológicos de simplificação e a aquisição de elementos nas distintas posições silábico-prosódico-lexicais.** Manuscrito ainda não publicado, parte do manual do Exame Fonético-Fonológico ERT. 2009a.

TEIXEIRA, Elizabeth Reis. Um estudo sobre Processos de Simplificação Fonológica na aquisição do português. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). **Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa.** Salvador: EDUFBA, 2009b, p. 174-185.

UNIOESTE/EDITAL Nº 080/2015-GRE, 2015, p. 22-23.
Disponível em: <<https://www.unioeste.br/cogeps/arquivos/concursos/interno/2015/1pssagentes/002.pdf>>
Acesso em 19 de agosto de 2022.

VIGOTSKI, L. S. Obras completas: **Fundamentos de Defectologia**. Tomo V. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Obras Completas – **Tomo cinco**: Fundamentos de Defectologia / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. – Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2019.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A Transformação Socialista do Homem**. Tradução de N. Dória, 2004.
Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>> Acesso em: 17 de agosto de 2022.

ANEXOS

Questionário destinado às Técnicas em Assuntos Universitários (Transcritoras/Ledoras) que trabalharam com Jonathan nos anos de 2016 e 2017.

1. Quais as adaptações que o PEE realizava para o acadêmico Jonathan, tendo em vista suas necessidades educacionais especiais?

2. O acadêmico apresentava dificuldades em termos de ensino e aprendizado? Quais as principais? Como eram trabalhadas tais dificuldades durante o atendimento educacional especializado?

3. Jonathan se destacava em quais habilidades?

4. Como ocorria a organização do trabalho de atendimento educacional especializado (AEE) com Jonathan? Quais elementos eram considerados na elaboração do plano de ensino desse acadêmico?

5. Considerando que são necessárias estratégias pedagógicas, mediações, orientações, recursos de acessibilidade e demais ações voltadas para a inclusão, como era realizado o trabalho colaborativo entre os professores do curso de Serviço Social, as Técnicas em Assuntos Universitário e a direção do Campus?

6. Quais ações o PEE realizava para a promoção de uma universidade inclusiva?

Questionário destinado às professoras de AEE que atenderam Jonathan em sua trajetória acadêmica do ano de 2018 a 2022

1. Quais as adaptações que o PEE tem realizado para o acadêmico Jonathan, tendo em vista suas necessidades educacionais especiais (de 2016 até 2022)?

2. O acadêmico apresenta dificuldades em termos de ensino e aprendizado? Quais são as principais? Como estão sendo trabalhadas tais dificuldades durante o atendimento educacional especializado?

3. Jonathan se destaca em quais habilidades?

4. Como ocorre a organização do trabalho de atendimento educacional especializado (AEE) com Jonathan? Quais elementos são considerados na elaboração do plano de ensino desse acadêmico?

5. Considerando que são necessárias estratégias pedagógicas, mediações, orientações, recursos de acessibilidade e demais ações voltadas para a inclusão, como é realizado o trabalho colaborativo entre os professores do curso de Serviço Social, a professora de atendimento educacional especializado (AEE) e a direção do Campus?

6. Quais ações o PEE tem realizado para a promoção de uma universidade inclusiva?

Obs. O Questionário destinado à coordenadora do Programa Institucional de Ações relativas às Pessoas com Deficiência - PEE, campus Toledo é o mesmo das Docentes de AEE e da Transcritora/Ledora

Questionário destinado aos bolsistas/estagiários de apoio/cuidadores de Jonathan.

1. Qual era o trabalho que você desenvolvia com o Jonathan?

2. Por quanto tempo você trabalhou com o Jonathan? Você percebeu se Jonathan se desenvolveu? Se sim, em quais aspectos?

3. Na sua concepção, quais condições de trabalho poderiam melhorar e que, por conseguinte, teriam retorno positivo para Jonathan?

4. Já presenciou manifestação de preconceito direcionada a Jonathan? Se sim, descreva como foi.

Questionário destinado aos colegas de curso

1. Você já presenciou manifestação de preconceito direcionada a Jonathan? Se sim, descreva como foi.

2. A partir de sua percepção enquanto colega de Jonathan, descreva sobre como é o envolvimento dele com a vida universitária.

3. No âmbito das relações sociais estabelecidas no espaço universitário entre Jonathan e demais estudantes, relate sua percepção.

4. Relate como foi e como está sendo estabelecida a interação social e/ou laço de amizade entre você e Jonathan.

5. Fique à vontade para relatar algo que julga importante de ser mencionado e que não foi abordado nas perguntas.

Autores:
Jane Peruzo Iacono
Luana Aparecida Oliveira
Jonathan Carlos Herkert

ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade, 9, 17, 18, 30, 66, 67, 68, 72, 73, 91, 100, 113, 118, 119, 120, 121
acesso, 9, 10, 12, 14, 15, 17, 18, 21, 37, 38, 41, 47, 49, 72, 81, 83, 86, 88, 90, 92, 93, 97, 100, 109, 111, 121, 122
adaptação, 37, 66, 68, 72, 80, 86, 89, 90, 122
atendimento educacional especializado, 5, 8, 71, 72, 77, 78, 83, 91, 92, 114, 118, 119
autonomia, 13, 32, 37, 44, 48, 49, 59, 69, 72, 83, 91, 97, 99, 101
avaliação, 3, 13, 19, 21, 25, 26, 44, 49, 50, 59, 63, 64, 65, 77, 84, 105, 111

D

deficiência, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 35, 37, 38, 40, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 79, 90, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 121
deficiência intelectual, 3, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 47, 69, 70, 71, 115
dificuldade, 18, 29, 32, 42, 46, 58, 59, 74, 81, 82, 100, 120, 122

E

Educação, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 27, 29, 30, 31, 40, 41, 65, 66, 67, 69, 73, 76, 78, 89, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122
Educação Especial, 4, 5, 12, 13, 15, 17, 25, 27, 66, 67, 69, 73, 78, 89, 111, 113, 114, 116, 117, 122
Ensino Médio, 3, 13, 14, 18, 29, 31, 65, 66
Ensino Superior, 3, 16, 17, 18, 29, 31, 33, 44, 64, 71, 76, 81, 89, 96, 109, 111, 112, 122
entrevista, 3, 5, 14, 17, 41, 71, 80, 95, 96
escolarização, 3, 4, 12, 14, 15, 16, 19, 29, 47, 53, 64, 69, 70, 71

I

Inclusão, 9, 10, 11, 67, 68, 78, 89, 114, 116

L

luta, 7, 10, 49, 94, 96

P

PEE, 4, 5, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 58, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 83, 86, 89, 90, 91, 96, 97, 101, 103, 105, 111, 112, 117, 118, 119

Pessoa com Deficiência, 9, 68, 114

possibilidade, 10, 20, 29, 52, 53, 68, 87, 101, 107, 111, 116

preconceito, 33, 73, 74, 92, 97, 98, 103, 119, 121

professor, 8, 12, 15, 17, 25, 33, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 59, 67, 68, 69, 78, 83, 86, 88, 102, 103, 120

profissão, 50, 51, 56, 57, 58, 66, 67, 68, 75, 99, 100

R

relato, 35, 36, 71, 95, 98, 99, 104, 109

S

Serviço Social, 4, 5, 18, 31, 50, 51, 56, 57, 67, 71, 72, 74, 85, 88, 91, 94, 98, 104, 105, 111, 118, 119, 120, 121, 122

T

trajetória acadêmica, 31, 67, 69, 75, 80, 96, 98, 111, 112, 118

transcritora/ledora, 3, 35, 36, 38, 39, 43, 46, 47, 50, 53, 55, 56, 71

U

Unioeste, 4, 5, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 30, 31, 32, 41, 49, 52, 59, 67, 73, 74, 75, 76, 81, 85, 97, 98, 100, 106, 111

universidade, 4, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 29, 30, 31, 35, 36, 39, 40, 44, 45, 47, 49, 55, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 79, 81, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 118, 119, 122

"Jonathan, ao longo de sua trajetória escolar, tem utilizado as barreiras que encontrou pelo caminho como força motriz para a luta e a esperança. Esta obra trata dessa trajetória, demonstrando que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que recebeu – ou deixou de receber – nesse percurso, tem marcado não apenas sua vida escolar, mas sua constituição como sujeito e seu processo de humanização como estudante do ensino superior".

